

**Guia de Fundos e Coleções
do
Arquivo da Defesa Nacional**

V.2024



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL



FICHA TÉCNICA:

Ministério da Defesa Nacional
Secretaria-Geral. Direção de Serviços Administrativos e Financeiros.
Arquivo da Defesa Nacional

Guia de Fundos e Coleções do Arquivo da Defesa Nacional

Descrição: Maria João Pires
Norma de descrição Arquivística: ISAD(G)
Data: V. 2024



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

ORIGEM DO ADN

PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

Fichas de Fundo e Coleção

- (F) ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas (em tratamento)
- (CL) AV – Audiovisuais
 - (SCL) – FILME - Filme
 - (SCL) – VIDEO - Vídeo
- (F) CAHLE – Comissão de Aquisição de Helicópteros Ligeiros para o Exército
- (F) CCAU – Comissão de Coordenação dos Assuntos do Ultramar
- (F) CCEM – Conselho de Chefes de Estado-Maior
- (F) CDAM - Comissão Diretiva de Artes Marciais
- (F) CEIOTAN - Comissão Executiva de Infraestruturas OTAN (em tratamento)
- (F) CEMGFA – Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
- (SC) GABCEMGFA – Gabinete do CEMGFA
- (SC) PDT – Gabinete de Timor: Processo de Descolonização de Timor
- (F) CEOME – Comissão Executiva de Obras Militares
- (F) CMLA – Comissão Mista Luso Alemã
- (F) COMIN - Comissão de Manutenção de Infraestruturas NATO (em tratamento)
- (F) CPHM – Comissão Portuguesa de História Militar
 - (SC) APVS – Arquivo Particular Valdez dos Santos
- (F) CREEFA – Comissão de Reequipamento Extraordinário do Exército e Força Aérea (em tratamento)
- (F) EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas
- (SC) 5DIV – 5ª Divisão/EMGFA
- (SC) CA – Conselho Administrativo (em tratamento)
- (SC) DCE – Divisão de Comunicações e Eletrónica
- (SC) DIRP – Divisão de Informação e Relações Públicas
- (SC) DME – Divisão de Material e Equipamento
- (SC) DOP – Divisão de Operações
- (CL) FDMU - Fundo de Defesa Militar do Ultramar
- (CL) FOTO – Fotografia
 - (SCL) AF – Álbuns Fotográficos
 - (SCL) DP - Diapositivos
 - (SCL) FA – Fotografias Avulsas
- (F) GABMIN - Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
- (CL) HD – General Humberto Delgado
- (CL) IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
- (CL) IUM/ECG – Espólio Costa Gomes
- (F) LVMR – Lar de Veteranos Militares de Runa
- (F) SGDN - Secretariado Geral da Defesa Nacional
 - (SC) 1REP - 1ª Repartição. Operações
 - (SC) 2REP - 2ª Repartição. Informações
 - (SC) 3REP - 3ª Repartição. Armamento e Equipamento
 - (SC) SAF – Serviço de Administração e Finanças
 - (SC) CA – Conselho Administrativo (em tratamento)
- (F) SIPFA - Serviço de Informação Pública das Forças Armadas

ACESSO

Regulamento do Arquivo da Defesa Nacional

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS FUNDOS ARQUIVÍSTICOS HISTÓRICOS DO MDN



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL



INTRODUÇÃO

O ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL (ADN), tem como missão guardar, tratar, preservar e difundir os documentos do Ministério da Defesa Nacional, promovendo o seu acesso ao público em geral, e salvaguardar e valorizar o património arquivístico da Defesa, enquanto fundamento da memória coletiva.

Este Arquivo possui documentação com elevado interesse para a História Contemporânea de Portugal, em especial no que respeita às relações com a NATO e à guerra colonial, abrangendo o período de 1950 a 1975. E desde 2018, faz parte da rede de Instituições da Memória da Defesa Nacional conhecido por Portal IMDN.

Inicialmente, os cerca de 28.000 processos documentais inventariados provisoriamente e registados em base de dados permitiram a identificação de vários fundos arquivísticos que vieram a ser autonomizados e organizados com destaque para o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) e o Gabinete do CEMGFA.

Atualmente, o ADN possui 22 fundos e coleções inventariados nomeadamente o Gabinete do Ministro da Defesa, Secretariado Geral da Defesa Nacional, Gabinete do CEMGFA, Comissão Mista Luso-Alemã, o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas, 5ª Divisão do EMGFA, Fundo de Defesa Militar do Ultramar, o Processo de Descolonização de Timor, a coleção digital do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, entre outros.

O património documental do ADN está acessível à consulta e à investigação de acordo com a legislação em vigor e com as normas específicas para a documentação militar e da Defesa.

O ADN encontra-se aberto a todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, devidamente identificados, interessados na consulta da documentação para fins de investigação científica e histórica.

Endereço:

Arquivo da Defesa Nacional
R. Costa Pinto, 165
2770-047 Paço de Arcos

Telefone: 2130227309 e **Linha Militar:** 204 309

Endereço eletrónico: adn@defesa.pt

Página do ADN: <https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/phc/adn/Paginas/default.aspx>

Base de Dados do ADN: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt>

Portal das Instituições da Memória da Defesa Nacional: <https://portalmemoria.defesa.gov.pt>

Portal ARQMEDIA da Defesa: <https://portalarqmedia.defesa.gov.pt>



ORIGEM DO ADN

O Arquivo da Defesa Nacional (ADN), enquanto núcleo histórico, tem a sua origem na documentação depositada no forte de São Julião da Barra, entretanto inventariada preliminarmente pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos do Ministério da Defesa, criado em 1996.

Deste acervo destaca-se a documentação produzida pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional inicialmente guardada no Palácio da Cova da Moura, em Lisboa e que após o 25 de Abril de 1974 foi transferida para o edifício do atual Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, e posteriormente para o Forte de São Julião da Barra.

Após o planeamento e preparação das instalações do ADN, na antiga EMEL, em Paço de Arcos, foi possível concretizar a transferência efetiva do arquivo de São Julião, em junho de 2008, o que exigiu a preparação e limpeza de cerca de 9.000 unidades de instalação e a descrição preliminar de ca. de 28.000 registos, iniciando a identificação, organização e inventariação dos seus fundos e coleções históricas de acordo com as normas e legislação em vigor.

O ADN abriu ao público em 2008, na dependência da Secretaria Geral do MDN, e tem como missão recolher, tratar e disponibilizar a documentação histórica dos serviços do ministério, incluindo os gabinetes dos ministros e secretários de Estado da Defesa, e do EMGFA, conforme despachos 182/MDN/1996, de 23 de outubro, e 173/MDN/2007, de 23 de julho, que determinou como tarefa prioritária a preservação da documentação com valor histórico da Defesa Nacional.

Uma vez que às Secretarias-gerais cabe assegurar a existência e a implementação de uma política de arquivo nos organismos dos seus ministérios como forma de (cf. RCM 124/2005, de 4 de agosto e artº 13º e 14º do DL nº 16/93 de 23 de janeiro), foi o ADN incumbido da missão de tratar e difundir os documentos históricos da Defesa Nacional, garantindo a conservação do seu património arquivístico do MDN e zelar pelas transferências para arquivo definitivo.



PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

Fundos e coleções:

(F) ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas (em tratamento)

(CL) AV – Audiovisuais

(SCL) – FILME - Filme

(SCL) – VIDEO - Vídeo

(F) CAHLE – Comissão de Aquisição de Helicópteros Ligeiros para o Exército

(F) CCAU – Comissão de Coordenação dos Assuntos do Ultramar

(F) CCEM – Conselho de Chefes de Estado-Maior

(F) CDAM - Comissão Diretiva de Artes Marciais

(F) CEIOTAN - Comissão Executiva de Infraestruturas OTAN (em tratamento)

(F) CEMGFA – Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

(SC) GABCEMGFA – Gabinete do CEMGFA

(SC) PDT – Gabinete de Timor: Processo de Descolonização de Timor

(F) CEOME – Comissão Executiva de Obras Militares

(F) CMLA – Comissão Mista Luso Alemã

(F) COMIN - Comissão de Manutenção de Infraestruturas NATO (em tratamento)

(F) CPHM – Comissão Portuguesa de História Militar

(SC) APVS – Arquivo Particular Valdez dos Santos

(F) CREEFA – Comissão de Reequipamento Extraordinário do Exército e Força Aérea (em tratamento)

(F) EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas

(SC) 5DIV – 5ª Divisão/EMGFA

(SC) CA – Conselho Administrativo (em tratamento)

(SC) DCE – Divisão de Comunicações e Eletrónica

(SC) DIRP – Divisão de Informação e Relações Públicas

(SC) DME – Divisão de Material e Equipamento

(SC) DOP – Divisão de Operações

(CL) FDMU - Fundo de Defesa Militar do Ultramar

(CL) FOTO – Fotografia

(SCL) AF – Álbuns Fotográficos

(SCL) DP - Diapositivos

(SCL) FA – Fotografias Avulsas



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- (F) GABMIN - Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
- (CL) HD – General Humberto Delgado
- (CL) IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
- (CL) IUM/ECG – Espólio Costa Gomes
- (F) LVMR – Lar de Veteranos Militares de Runa
- (F) SGDN - Secretariado Geral da Defesa Nacional
 - (SC) 1REP - 1ª Repartição. Operações
 - (SC) 2REP - 2ª Repartição. Informações
 - (SC) 3REP - 3ª Repartição. Armamento e Equipamento
 - (SC) SAF – Serviço de Administração e Finanças
 - (SC) CA – Conselho Administrativo (em tratamento)
- (F) SIPFA - Serviço de Informação Pública das Forças Armadas



FUNDOS E COLEÇÕES TRATADAS

[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas

(Em tratamento)

[Datas de produção]

1975 – 0000

[Dimensão e suporte]

30 metros lineares e 1 ficheiro de fotografias.

[História administrativa]

A ADFA foi fundada em 14 de maio de 1974, baseada na "liberdade de reunião e de associação" anunciada no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). Nesta reunião ficou assente a disposição de se criar uma estrutura democrática representativa dos deficientes militares e defensora dos seus interesses. Foi inicialmente constituída por uma comissão Ad-Hoc, composta por 10 elementos e com sede no Palácio da Independência, em Lisboa. Em reunião de 28 de maio de 1974, foi aprovado um caderno reivindicativo baseado em 3 princípios: preparação dos deficientes para a integração social, aceitação da integração pela própria sociedade e direitos consignados num código de deficientes das Forças Armadas. A escritura pública dos estatutos da ADFA realizou-se a 13 de setembro de 1974 tendo sido publicada em Diário da República de 11 de novembro.

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]

Protocolo entre a ADFA e a Secretaria Geral do Ministério da Defesa de junho de 2023 para apoio técnico ao tratamento do arquivo da ADFA e sua divulgação através do Arquivo da Defesa Nacional e do Portal IMDN.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo composto por documentação produzida e recebida no âmbito das atividades da ADFA desde 1974, incluindo uma coleção de fotografias de diversos eventos.

[Sistema de Organização]

Processos ordenados por ordem cronológica e nº original de processo.

[Idioma]

Português

Link:

<https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126648>



[FICHA DE COLEÇÃO]

PT/ADN/AV – Audiovisuais

[Datas de produção]

1945 - 1999

[Dimensão e suporte]

3.154 conteúdos audiovisuais.

[História custodial e arquivística]

Coleção tratada no âmbito do projeto ARQMEDIA da Defesa, coordenado pela SGMDN com o objetivo de reforçar a conservação e preservação digital, a longo prazo, dos arquivos audiovisuais da Defesa, onde estão registados, em imagens e sons, grande parte da história militar e da história do país. Assegurou-se, desta forma o tratamento, a digitalização, a preservação e a disponibilização do espólio audiovisual mais relevante existente no Ministério da Defesa Nacional, em particular na SGMDN.

[Fonte de aquisição ou transferência]

Coleção transferida para o ADN no decurso do ano de 2021.

[Âmbito e conteúdo]

A coleção audiovisual da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGDN) remonta aos anos 40 do séc. XX, sendo composto por um acervo analógico de pequenas dimensões pertencente na sua maior parte aos fundos arquivísticos do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) e da antiga Divisão de Informação e Relações Públicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (DIRP/EMGFA), em especial os conteúdos da antiga EMGFA/TV, e que foram herdados pela SGMDN. Este acervo, composto por filmes, vídeos e áudio, compreende vários tipos de suportes desde o analógico ao digital, e é composto por conteúdos relativos ao ultramar, cerimónias militares, receções pelo ministro da Defesa Nacional e general CEMGFA de entidades nacionais e estrangeiras, visitas de diversas individualidades nacionais e estrangeiras, cerimónias de assinatura de contratos e protocolos, condecorações e tomadas de posse, exercícios militares, entre outros.

[Sistema de organização]

Coleção composta por 2 subcoleções: Filme e Vídeo. A subcoleção de Filme é composta por 4 séries relativas aos conteúdos do EMGFA, Estados Maiores Peninsulares, Secretaria de Estado da Informação e Turismo e Secretariado Nacional de Informação. A subcoleção de Vídeo é composta por 5 séries, 4 das quais agrupadas por formatos: BCN, BTC, UMT e VHS e uma temática relativa aos conteúdos NATO.

[Condições de acesso]

Livre acesso disponibilizado via Portal IMDN e Portal ARQMEDIA e em consulta presencial no ADN. O acesso aos brutos encontra-se condicionado.

[Idioma e escrita]

Português, inglês, francês e outros.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39200>



[FICHA DE SUBCOLEÇÃO]

PT/ADN/AV-FILME - Filmes

[Datas de produção]
1945 a 1990

[Dimensão e suporte]
122 ficheiros digitais em formato MP4.

[História custodial e arquivística]
Filmes da filmoteca do EMGFA/DIRP - Divisão de Informação e Relações Públicas e do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN)

[Âmbito e conteúdo]
Contém filmes do EMGFA e da NATO sobre temáticas da Defesa e das Forças Armadas em particular exercícios militares e situação político-militar da Europa, reuniões dos Estados Maiores Peninsulares e da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e do Secretariado Nacional de Informação.

[Sistema de organização]
Subcoleção composta por 4 séries temáticas, ordenada por nº original: EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas, EMP - Estados Maiores Peninsulares, SEIT - Secretaria de Estado da Informação e Turismo e SNI - Secretariado Nacional de Informação.

[Idioma e escrita]
Português, francês, inglês, espanhol e alemão.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39202>

[FICHA DE SUBCOLEÇÃO]

PT/ADN/AV-VIDEO – Vídeo

[Datas de produção]
1980 a 2004

[Dimensão e suporte]
Ficheiros digitais em formato MP4

[História custodial e arquivística]
Vídeos da filmoteca do EMGFA/DIRP - Divisão de Informação e Relações Públicas e do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN)

[Âmbito e conteúdo]
Contém vídeos em formato BCN, Betacam, U-Matic e VHS sobre temáticas da Defesa e Forças Armadas em particular exercícios militares, cerimónias e eventos.

[Sistema de organização]



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Subcoleção organizada por séries de formatos magnéticos: BCN, Betacam (BTC), UMatic (UMT) e VHS e Videos NATO composta por Betacam, UMatic e VHS

[Idioma e escrita]

Português, francês e inglês.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39201>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CAHLE – Comissão de Aquisição de Helicópteros Ligeiros para o Exército

[Datas de Produção]

1998 - 2000

[Dimensão e Suporte]

36 processos.

[História Administrativa]

A CAHLE foi constituída em fevereiro de 1998 com a missão de conduzir o processo de aquisição de 6 a 9 helicópteros ligeiros para o Exército português. Esta comissão era apoiada por um grupo técnico da DGAED, da Secretaria Geral/MDN, do Exército, da Força Aérea, da EMPORDEF (SGPS) e do ICEP. As encomendas de helicópteros EC635 que deveriam equipar o GALE - Grupo de Aviação Ligeira do Exército foram canceladas em 2002, comprometendo o início da atividade aérea daquela unidade.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo composto pelos processos relativos à seleção dos concorrentes para a aquisição de helicópteros ligeiros com respostas da Textron Canadá, Eurocopter e Agusta, negociação de contrapartidas, relatórios de avaliação, propostas das empresas concorrentes, atas das reuniões de negociação e do Programa GALE com documentos relativos à aquisição dos helicópteros ligeiros para o Exército.

[Idioma e Escrita]

Português, inglês e francês

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125591>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CCAU - Comissão de Coordenação dos Assuntos do Ultramar

[Datas de Produção]
1968 - 1974

[Dimensão e Suporte]
3 caixas com 14 processos

[História Administrativa]
A CCAU foi criada por despacho do secretário adjunto da Defesa Nacional (SADN) de 16 de dezembro de 1971 enquanto órgão de trabalho individualizado para coordenação dos assuntos respeitantes ao Ultramar, funcionava na dependência direta do SADN e provisoriamente nas instalações da 5ª Direção.

[Âmbito e Conteúdo]
Contém documentos de trabalho da Comissão ALCORA de Alto Nível (ATLC), correspondência e informações da CCAU sobre o exercício ALCORA.

[Condições de Acesso]
Desclassificado por Despacho MDN de 2010.

[Idioma e Escrita]
Português

[Unidades de Descrição Relacionadas]
Ver o fundo do Secretariado Geral de Defesa Nacional (PT/ADN/SGDN) com destaque para a 2ª Repartição - Informações Militares (PT/ADN/SGDN/2REP)

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=58070>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CECM – Conselho de Chefes de Estado-Maior

[Datas de Produção]

1981 - 1988

[Dimensão e Suporte]

17 caixas (nº 1 - 17) com 216 pastas datilografadas.

[História Administrativa]

O Conselho de Chefes de Estado Maior (CECM) é o principal órgão militar de carácter coordenador. É presidido pelo chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e composto pelos chefes de Estado Maior da Armada (CEMA), do Exército (CEME) e da Força Aérea (CEMFA). O CEMGFA pode convidar outras entidades das Forças Armadas a participar nas reuniões do CCEM mas sem direito a voto.

O CCEM reunia mediante convocação do CEMGFA, por iniciativa própria ou sob proposta dos seus membros. Pela lei de 29/82, de 11 de dezembro, o CCEM passa a reunir ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que fosse convocado pelo CEMGFA, por sua iniciativa ou por proposta dos outros membros. Ao CEMGFA competia a execução e difusão das deliberações do CCEM, cabendo ao Gabinete do CEMGFA secretariar o CCEM.

Ver: decreto-lei 20/82, de 28 de janeiro; lei 29/82, de 11 de dezembro; lei 111/91, de 29 de agosto; lei orgânica 1-A/2009, de 7 de julho.

[História custodial e arquivística]

Documentação depositada em São Julião da Barra até 2008, data em que foi transferido para o ADN. Em 2022 procedeu-se à sua inventariação.

[Âmbito e Conteúdo]

Contém os documentos de trabalho das reuniões do CCEM com as respetivas deliberações (1981 a 1988) incluindo as sessões do Conselho de vice-chefes de Estado Maior (1981 a 1984).

[Sistema de organização]

Organizado em 2 séries documentais, ordenadas cronologicamente

SR.1 - Conselho de Chefes de Estado Maior

SR.2 - Conselho de Vice-Chefes de Estado Maior

[Idioma e Escrita]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125638>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CDAM - Comissão Diretiva das Artes Marciais

[Datas de Produção]

1972-00-00 / 1987-00-00

[Dimensão e Suporte]

184 processos acondicionados em 17 unidades de instalação.

[História administrativa]

Em 1972, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 105/72, de 30 de março, com o intuito de atender a conveniência de segurança interna, a Comissão Diretiva das Artes Marciais (CDAM), organismo dependente do então Departamento Defesa Nacional e cujas atribuições consistiam essencialmente na superintendência e controle do ensino, aprendizagem ou prática das artes marciais. Por este mesmo diploma sancionou-se com prisão e multa a prática não autorizada das artes marciais. A CDAM era constituída por 1 presidente, 5 vogais e 1 inspetor, coadjuvada por 1 conselheiro técnico e 1 secretário. Em 1980, por Decreto-lei 507/80, de 21 de outubro, todas as referências feitas aos Ministros da Defesa Nacional e da Educação e Ciência são substituídas por Ministro da Qualidade de Vida pelo que a CADM passa para a dependência deste ministério com a aprovação da Lei orgânica do Ministério da Qualidade de Vida, por decreto-lei 49/83, de 31 de janeiro. A CADM é extinta pelo Decreto-Lei 69/87 de 9 de fevereiro.

[História custodial e arquivística]

Fundo transferido para o ADN em 5 de fevereiro de 2019 pela Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM) da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional.

[Âmbito e conteúdo]

Fundo constituído por processos relativos à atividade da CDAM, normas regulamentares das artes marciais, processos disciplinares e verificação de atividades ilegais, correspondência com organismos nacionais e internacionais, formação e relações com associações e federações internacionais.

[Sistema de organização]

Fundo organizado em 12 séries ordenadas por ordem original, cronológica e alfabética:

SR. 1 - Pessoal da CADM

SR. 2 - Administração e Finanças da CDAM

SR. 3 - Informações e correspondência

SR. 4 - Correspondência com organismos nacionais

SR. 5 - Correspondência com organismos internacionais

SR. 6 - Normas regulamentares e propostas de organização da CDAM

SR. 7 - Processos disciplinares e atividades ilegais

SR. 8 - Formação

SR. 9 - Judo desportivo

SR. 10 - Artes marciais

SR. 11 - Federações internacionais

SR. 12 - Associações de artes marciais: legalização de atividades.

[Condições de acesso]



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Alguns documentos encontram-se reservados no âmbito da proteção de dados (40 anos a contar sobre a data final do processo).

[Idioma e escrita]

Contém documentos em português, inglês, francês, alemão, italiano e espanhol.

[Fontes e Bibliografia]

Decreto-lei 195/72 de 30 de março, Portaria 813/73 de 17 de novembro, Decreto-lei 507/80 de 21 de outubro, Decreto-lei 49/83 de 31 de janeiro, Decreto-Lei 69/87 de 9 de fevereiro. Ver a Tese de Doutoramento do Doutor Victor Valadas Rosa pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. O selo branco da CDAM acompanhou a documentação.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=36035>



[FICHA DE FUNDO]

**PT ADN/CEIOTAN - Comissão Executiva de Infraestruturas OTAN
(Em tratamento)**

[Datas de Produção]

Anos 60 e 70 do séc. XX.

[Dimensões]

Ca. 100 Processos.

[História Administrativa]

A Comissão Executiva de Infraestruturas OTAN (CEIOTAN) foi criada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 16 de agosto de 1957, tendo como atribuições:

- a) Conhecer todos os documentos NATO relativos a infraestruturas;
- b) Tratar com o SGDN e com os organismos competentes da NATO todos os assuntos relacionados com as infraestruturas internacionais na parte com interesse às Forças Armadas;
- c) Tratar com os departamentos não militares portugueses dos assuntos relativos às infraestruturas internacionais;
- d) Contactar com as firmas nacionais e estrangeiras que desejassem concorrer à execução de infraestruturas internacionais;
- e) Abrir os concursos;
- f) Propor a adjudicação das obras;
- g) Seguir a execução e progresso dos trabalhos;
- h) Elaborar os pedidos de fundos e promover os pagamentos.

A CEIOTAN era constituída por um presidente, um vice-presidente e dois vogais e tem adstrita uma Secretaria e Arquivo.

[História Custodial e Administrativa]

Esta documentação encontrava-se depositada em São Julião da Barra juntamente com o Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

[Aquisição ou Transferência]

Transferido provisoriamente para o ADN (no CME - Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo constituído por documentação com incidência na temática de obras relativas aos três ramos das Forças Armadas que, através dos orçamentos internacionais da NATO, tiveram lugar em território português metropolitano, com destaque para as propostas de execução de empreitadas na Base Aeronaval do Montijo e nos Depósitos Pol NATO das áreas de Lisboa e de Ponta Delgada; propostas e cadernos de encargos para instalação de comunicações na Base Aeronaval de Espinho; processos da Comissão de Progresso e Pagamento de Infraestruturas; propostas de despesas para infraestruturas NATO.

[Idioma]

Contém documentos em francês e inglês.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=144677>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CEMGFA - Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)

[Datas de Produção]

1960 – 1991

[Dimensões]

116 Unidades de instalação, 1101 processos dactilografados e manuscritos e 28 áudios.

[História Administrativa]

Por Decreto-lei 43.077, de 18 de julho de 1960, foi instituída a forma de nomeação para o exercício de funções militares do CEMGFA, por portaria conjunta do Presidente do Conselho e do Ministro da Defesa Nacional. O CEMGFA, escolhido entre os oficiais gerais do Exército, da Armada ou da Força Aérea era o secretário-geral da Defesa Nacional e enquanto conselheiro técnico do Ministro da Defesa Nacional, superintendia na execução das suas decisões relativas aos três ramos das forças armadas e à organização civil do território. Desta forma, o CEMGFA tinha como atribuições prestar conselho técnico ao Ministro da defesa nacional e superintender na execução das suas decisões em relação aos três ramos das forças Armadas e à organização da defesa civil; responder perante o Presidente do Conselho e o Ministro da defesa Nacional pela preparação e conduta militar do conjunto das operações, estabelecendo para os convenientes efeitos operacionais e informativos as ligações diretas com os comandos militares, terrestres, navais ou aéreos do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e com os comandos-gerais da GNR, PSP, Guarda Fiscal e Legião Portuguesa; preparar e submeter à apreciação do ministro da defesa nacional os planos de operações necessários à segurança do território, à segurança das linhas de comunicações e do espaço aéreo nacional e à situação dos compromissos militares internacionais; estudar, para decisão do Ministro da defesa Nacional, as necessidades em pessoal, armamento e equipamento e as disponibilidades financeiras que condicionam a elaboração dos planos de operações e a constituição das reservas gerais, estabelecendo as respetivas prioridades; orientar os chefes dos estados-maiores dos 3 ramos das forças armadas na inspeção da execução dos planos de forças no que a cada ramo compete realizar e inspecionar superiormente a preparação daquelas forças; superintender, sob a autoridade do Ministro da Defesa Nacional, na execução das decisões relativas à defesa civil e inspecionar superiormente os respetivos trabalhos; submeter à decisão do Ministro da Defesa Nacional os assuntos que excedam a sua competência e não careçam de ser sujeitos a exame do Conselho Superior da Defesa Nacional ou do Conselho Superior Militar; comandar as forças em operações ou a elas destinadas exercendo a sua ação normalmente através dos chefes dos Estados-Maiores dos 3 ramos das forças armadas, no continente, e dos comandantes-chefes, nos territórios das ilhas adjacentes e nos ultramarinos; e superintender na administração, preparação, disciplina e eficiência das tropas quando assumir a chefias direta de operações militares. O CEMGFA era coadjuvado por dois secretários-adjuntos da Defesa Nacional, oficiais gerais do Exército, da Armada ou da Força Aérea, nos trabalhos que lhes fossem confiados, e que orientavam e coordenavam diretamente a ação dos serviços do Secretariado-Geral da Defesa Nacional que lhes fossem atribuídos. A partir de 1974, segundo o Decreto-Lei 400/74, de 29 de agosto, o CEMGFA passou a ser assistido no exercício das suas funções pelo vice-chefe do EMGFA (vice-CEMGFA), escolhido de entre os oficiais gerais de quatro estrelas, de qualquer ramo das forças armadas, sendo equiparado ao cargo de ministro. O Gabinete do CEMGFA era inicialmente composto por 1 chefe, uma secção de estudos constituída por 2 oficiais superiores, um consultor jurídico e uma secção de expediente e arquivo constituída por uma arquivista e uma dactilógrafa, ambas tradutoras, dois contínuos e um desenhador¹.

¹ In. "Estrutura e quadros orgânicos do Estado-Maior General", 1969. [PT/ADN/CEMGFA/004/0005/010]



Em 1982, através do Decreto-Lei 20/82, de 28 de janeiro, foram reajustados os conceitos de comando operacional e de coordenação exercidos pelo CEMGFA, de forma a clarificar as relações orgânicas a nível interno das forças armadas, de otimizar as atividades de interesse comum e de simplificar a estrutura interna do EMGFA. Desta forma o CEMGFA ficou responsável pela adequação dos meios à política militar de defesa nacional, estabelecendo a coordenação entre os ramos através dos respetivos CEM's e exercer o comando operacional das forças armadas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, através dos CEM's, dos comandos-chefes e dos comandos conjuntos. O Gabinete do CEMGFA é o órgão de apoio direto e pessoal do CEMGFA, composto por um chefe de gabinete, 6 adjuntos, e os serviços de auditoria jurídica, protocolo e secretaria. Adstrito ao Gabinete havia um Centro de Estudos de direito Militar.

[História custodial e arquivística]

A documentação do Gabinete do CEMGFA (1960 - 1977) encontrava-se depositada em São Julião da Barra juntamente com o Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Transferência para o Arquivo da Defesa Nacional em junho de 2008. Posteriormente, em 2012 foi transferida uma 2ª fase proveniente da Secretaria Central do EMGFA.

[Âmbito ou Conteúdo]

O fundo do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) é constituído por documentação relativa ao arquivo do Gabinete no período de 1960 a 1990 e ao Gabinete de Timor com o Processo de Descolonização.

[Sistema de Organização]

Fundo constituído por 2 secções arquivísticas com classificador próprio:

- 1 - Gabinete [ADN/CEMGFA/GAB] com 44 series
- 2 - Gabinete de Timor [ADN/CEMGFA/PDT] com 4 séries.

[Condições de Acesso]

Documentação desclassificada por Despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma]

Contém documentos em inglês, francês e espanhol.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver o fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (PT/ADN/GABMIN) e do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (PT/ADN/SGDN). A partir de abril de 1974 os processos do ministro da Defesa Nacional passaram a ser tratados pelo chefe do EMGFA, através do seu gabinete.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=2>

[FICHA DE SECÇÃO]

PT/ADN/CEMGFA/GAB - Gabinete do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

[Datas de Produção]

1961 – 1991

[Dimensão e Suporte]

93 Unidades de instalação, 1025 processos e 11 fotografia em papel p/b.

[Estrutura Interna]



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

O Gabinete do CEMGFA era inicialmente composto por 1 chefe do gabinete, um adjunto para a Armada, um adjunto para o Exército e um adjunto para a Força Aérea, uma Secção de Estudos constituída por 2 oficiais superiores, um consultor jurídico e uma Secção de Expediente e Arquivo constituída por uma arquivista e uma dactilógrafa, ambas tradutoras, dois contínuos e um desenhador (In. “Estrutura e quadros orgânicos do Estado-Maior General”, 1969 [PT/ADN/CEMGFA/004/0005/0109]. Era o órgão de apoio direto e pessoal do CEMGFA, e em 1982 era composto por um chefe de Gabinete, 6 adjuntos e pelos serviços de auditoria jurídica, protocolo e secretaria. Adstrito ao Gabinete havia ainda um Centro de Estudos de Direito Militar. A partir do 25 de abril de 1974, o Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) foi extinto sendo as suas funções herdadas pelo Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) passando o CEMGFA a chefiar a Defesa Nacional.

[Fonte de transferência]

Transferido para o Arquivo da Defesa Nacional em Paço de Arcos em 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

O fundo do Gabinete do CEMGFA é constituído por series documentais relativa ao planeamento das forças armadas em geral e dos três ramos, Exército, Armada e Força Aérea em particular, contactos com as forças de segurança incluindo a organização da defesa civil e o Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), planos operacionais e comando das forças em operações no continente, ilhas adjacentes e territórios ultramarinos, relações a nível operacional com a NATO e seus comandos e com os diversos países da Europa, África e América, pareceres e despachos do CEMGFA, organização de unidades e serviços, recrutamento e serviço militar e relações laborais, informações militares com destaque para relatórios diários da situação político-militar portuguesa, PERINTREPS (relatórios periódicos de informação) e INTSUM (sumários de informação) de 1982 e enviados ao CEMGFA.

[Sistema de Organização]

Após análise do arquivo do Gabinete do CEMGFA identificou-se o classificador original relativo ao período de 1969 a 1977 bem como o classificador utilizado pelo Gabinete do Ministro da Defesa Nacional uma vez que alguns processos passaram a ser tratados pelo CEMGFA a partir de Abril de 1974. Desta forma, constituíram-se 33 séries documentais, cujos processos foram ordenados pelo nº original. A partir de 2020, foram constituídas 12 séries documentais (série 33 a 44) com os processos entretanto identificados e que se encontravam misturados com o fundo do EMGFA. O classificador final ficou constituído da seguinte forma:

- SR. 1 - Assuntos do Gabinete do CEMGFA, 1973 - 1975
- SR. 2 - Estudos sobre a Defesa Nacional, 1964 - 1973
- SR. 3 - Adidos Militares, 1973 - 1975
- SR. 4 - Forças Armadas, 1959 - 1975
- SR. 5 - Exército, 1969 - 1975
- SR. 6 - Armada, 1972 - 1975
- SR. 7 - Força Aérea, 1968 - 1975
- SR. 8 - Entidades Oficiais e Forças de Segurança, 1970 - 1975
- SR. 9 - Metrópole, 1969 - 1975
- SR. 10 - Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN), 1966 - 1975
- SR. 11 - Legislação preparada na Defesa Nacional, 1960 - 1976
- SR. 12 - Relatórios diários da situação político-militar portuguesa, 1974 - 1975
- SR. 13 - Madeira, 1971 - 1975
- SR. 14 - Açores, 1960 - 1975
- SR. 15 - Ultramar, 1963 - 1975
- SR. 16 - Cabo Verde, 1970 - 1975
- SR. 17 - Guiné, 1960 - 1976
- SR. 18 - São Tomé e Príncipe, 1974 - 1975
- SR. 19 - Angola, 1969 - 1975
- SR. 20 - Moçambique, 1964 - 1975
- SR. 21 - Macau, 1970 - 1975
- SR. 22 - Timor, 1965 - 1975
- SR. 23 - NATO, 1968 - 1976
- SSR. 1 - Representação Militar Portuguesa
- SSR. 2 - TOUR



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SSR. 3 - SHAPEX
- SSR. 4 - Colégio de Defesa NATO
- SSR. 5 - Comandos NATO
- SSR. 6 - COMIBERLANT
- SR. 24 - Europa, 1970 - 1975
- SR. 25 - África, 1969 - 1975
- SR. 26 - Ásia, 1972
- SR. 27 - América, 1970 - 1974
- SR. 28 - Cartas e pedidos particulares, 1975
- SR. 29 - Correspondência recebida, 1974 - 1977
- SR. 30 - Correspondência expedida, 1970 - 1974
- SR. 31 - Telegramas, 1958 - 1974
- SR. 32 - Relatórios semanais de informação do Conselho da Revolução, 1975
- SR. 33 - Pareceres, Despachos e Delegação de Competências, 1974 - 1983
- SR. 34 - Organização de Unidades e Serviços, 1970 - 1983
- SR. 35 - Recrutamento e Serviço Militar, 1968 - 1986
- SR. 36 - Pessoal, 1970 - 1975
- SR. 37 - Pessoal Civil e Relações Laborais, 1973 - 1978
- SR. 38 - Justiça e Disciplina, 1969 - 1981
- SR. 39 - Reuniões, visitas e Eventos, 1973 - 1982

[Condições de Acesso]

Documentação desclassificada por Despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma e Escrita]

Português, inglês, francês e espanhol.

[Existência de Cópias]

Os processos mais consultados encontram-se digitalizados com acesso on-line.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver o fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (ADN/GABMIN) e do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (ADN/SGDN). A partir de abril de 1974 os processos do ministro da Defesa Nacional passaram a ser tratados pelo CEMGFA, através do seu Gabinete.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126516>

[FICHA DE SECÇÃO]

PT/ADN/CEMGFA/PDT – Gabinete de Timor: Processo de Descolonização

[Datas de Produção]

1961 – 1977

[Dimensão e Suporte]

23 cx. (nº 1 - 23) com um total de 76 processos e 28 áudios digitalizados.

[Âmbito e Conteúdo]

O processo de descolonização de Timor é composto por documentos produzidos e recebidos pela Secção Eventual para os Assuntos de Timor posteriormente designada por Gabinete de Timor do GabCEMGFA, no período entre 1974 e 1977. Inclui recortes de imprensa do Gabinete de Imprensa da Presidência da República documentos da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor e do Gabinete Coordenador para a Cooperação e Descolonização de Timor. É composto ainda por documentos recebidos do CCFAT - Comando Chefe das Forças



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Armadas de Timor, e do CTIT - Comando Territorial Independente de Timor, correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e atas da Comissão Nacional de Descolonização sobre Timor.

[Sistema de Organização]

Secção organizada em 4 séries ordenadas de acordo com a ordem original de processos:

SR 001 – Gabinete de Timor

SR 002 – Recortes de Imprensa do Gabinete de Imprensa da Presidência da República

SR 003 – Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor (CAEPDT)

SR 004 – Gabinete Coordenador para a Cooperação e Descolonização de Timor (GCCDT)

[Idioma]

Português, inglês, francês, espanhol e sueco.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=126516>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CEOME – Comissão Executiva de Obras Militares

(Em tratamento)

[Datas de produção]

1959 – 1963

[História administrativa]

A CEOME foi uma comissão ou gabinete técnico, de constituição temporária e eventual, criada por despacho do Ministro da Guerra em 15 de março de 1946, com vista ao planeamento e execução de obras de interesse militar - depósitos, fábricas, paióis, defesa costeira de Lisboa, aeródromos - por conta das dotações extraordinárias inscritas no Orçamento Geral do Estado, atribuídas àquele Departamento. Mais tarde, com a criação do Ministério do Exército e do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, deixaram de ser cometidas àquele organismo as obras respeitantes às infraestruturas da Aeronáutica, uma vez que naquele Subsecretariado foi criada uma Direção do Serviço de Infraestruturas. Em março de 1960, com a reorganização da Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares, deixaram igualmente de ser competência da CEOME as obras destinadas ao Departamento do Exército, ficando, no entanto, a seu cargo as obras nacionais de interesse geral para as Forças Armadas como a Escola Militar de Eletromecânica e o Campo de Tiro de Alcochete e as infraestruturas a realizar pelos fundos comuns internacionais que já lhe haviam sido atribuídas em 1957. A CEOME, ainda que criada por despacho ministerial, vem, desde a data de sua criação, desenvolvendo a sua atividade e prestando os seus serviços, de início ao Exército e à Aeronáutica e mais tarde ao Departamento da Defesa Nacional. Tinha a seu cargo também as infraestruturas NATO e as decorrentes do Acordo Luso-Alemão. A realização de obras militares no Exército e na Força Aérea eram da competência da Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares (DSFOM) e Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA), pelo que se encontra muita documentação relacionada com este assunto no ADN, com origem ou destinada àqueles órgãos. A manutenção da CEOME, após a reorganização da Direção de Serviços de Fortificações e Obras Militares (DSFOM), em 1960, justificava-se porque convinha manter o órgão que apoiava tecnicamente a (Comissão Executiva de Infraestruturas OTAN - CEIOTAN) na execução de trabalhos e obras de engenharia relacionados com o plano da Defesa Nacional e apoio à NATO, que não possuíam características afins com os órgãos técnicos congéneres existentes no Ministério do Exército ou na Secretaria da Aeronáutica.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

Fundo constituído por processos relativos ao depósito de munições NATO na área de Lisboa e do depósito POLNATO em Ponta Delgada, Açores; instalações militares no Marco do Grilo; planos e cadernos de encargos com obras e equipamento da Escola Militar de Eletromecânica (EMEL) e propostas de despesas do Exército para infraestruturas NATO.

[Idioma]

Português



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CMLA - Comissão Mista Luso-Alemã

[Datas de Produção]

1954 - 1986

[Dimensões]

240 Unidades de instalação, 1863 processos dactilografados e manuscritos, 75 copiadores de correspondência, 4 livros de registo, 150 positivos fotográficos a p/b e 12 a cores, 9 negativos fotográficos.

[História Administrativa]

A Comissão Mista Luso-Alemã (CMLA) foi criada por Despacho do ministro da Defesa Nacional de 11 de junho de 1963 e regulamentada pelo ofício-circular de 17 de junho de 1963 da Delegação Portuguesa da Comissão Mista Luso-Alemã. Encontrava-se na dependência direta do ministro da Defesa Nacional e era composta por um presidente, um secretário permanente, um número variável de vogais permanentes e eventuais, serviços de Secretaria e Arquivo, funcionando junto da Repartição do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional mas independentes desta. Tinha como objetivos planejar e processar a execução das facilidades concedidas pelo governo português ao governo da República Federal da Alemanha, ou deste recebidas, no domínio militar e da indústria de material de guerra. Não dispunha de meios financeiros próprios. Os encargos com o funcionamento da Delegação Portuguesa eram suportados pela verba destinada a despesas de administração com a construção da Base Aérea nº 11, em Beja.

[Historia Custodial e Arquivística]

Inicialmente os processos eram elaborados pela 3ª Repartição do SGDN, a partir de 1964 os processos passaram a ser elaborados pela CMLA.

[Aquisição e Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

O Fundo da CMLA é constituído por processos das reuniões da comissão incluindo as conversações luso-alemãs, processos dos Serviços Centrais de Ligação Alemães em Portugal (SCLAP) posteriormente designados por Delegação Militar Alemã em Portugal (DMAP), e que tinham competência para tratar de todos os assuntos relacionados com o estacionamento, deslocação de unidades militares e serviços da Forças Armadas Alemãs e respetivas instalações em território português, enquanto serviços do Ministério Federal da Defesa Alemão. Destaque para os processos da construção da Base Aérea 11, em Beja, nomeadamente projetos, estudos e planos de construção, despesas e contas correntes, relatórios de atividades da Direção de Obras da BA11, construção do Bairro Residencial de Beja e do Hospital Militar de Beja e processos de recuperação de militares mutilados no Hospital Militar de Hamburgo. Realça-se também o Projeto “Turista” para concessão de facilidades militares na Península de Troia, a instalação do Depósito dos Castelões no Norte de Portugal, a utilização do Campo de Santa Margarida e do Campo de Tiro de Alcochete e o Projeto “Triton” em Alverca para manutenção de material aeronáutico. Contém também processos relativos à cedência de material para as Forças Armadas Portuguesas e contratos de fabrico de material de guerra pela indústria portuguesa para a República Federal da Alemanha, designadamente material aeronáutico, naval, transmissões, munições e armas ligeiras.

[Sistema de Organização]

Documentação organizada em 76 séries ordenadas de acordo com o classificador original da CMLA e numeradas sequencialmente. Os processos foram ordenados cronologicamente e acondicionados em unidades de instalação. O classificador final ficou constituído da seguinte forma:



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 1 - Reuniões Plenárias, 1960 - 1976
- SR. 2 – Reuniões, Visitas Ministeriais e Missões Especiais, 1959 - 1977
- SR. 3 - Reuniões dos Chefes das Delegações, 1963 - 1974
- SR. 4 – Pessoal da DPCMLA, 1964 - 1977
- SR. 5 – Organização da DPCMLA, 1964 - 1975
- SR. 6 – Relações com a Imprensa, 1965 - 1977
- SR. 7 – Relações Militares Luso-Alemãs, 1968 - 1973
- SR. 8 – SCLAP e DMAP, 1963 - 1977
- SR. 9 – Base Aérea 11, 1959 - 1977
- SR. 10 – Troia: Projeto Turístico, 1954 - 1973
- SR. 11 – Instalações Hospitalares, 1960 - 1967
- SR. 12 – Telecomunicações, 1964 - 1977
- SR. 13 – Depósito no Norte de Portugal, 1962 - 1967
- SR. 14 – Santa Margarida, 1963 - 1964
- SR. 15 – Cooperação em Tempo de Guerra, 1961 - 1970
- SR. 16 – Defesa Aérea de Portugal, 1964 - 1965
- SR. 17 – Projeto Triton: Alverca, 1962 - 1977
- SR. 18 – Pessoal Português a Empregar Pela Forças Armadas Alemãs, 1964 - 1971
- SR. 19 – Campo de Tiro Ar-Terra (Alcochete), 1964 - 1977
- SR. 20 – Transportes e Tráfego, 1965 - 1967
- SR. 21 – Aquisições para Facilidades Concedidas à RFA, 1965 - 1966
- SR. 22 – Aquisição de Armas Ligeiras, 1962 - 1971
- SR. 23 – Consultas de Material, 1970 - 1977
- SR. 24 – Material de Transmissões, 1960 - 1970
- SR. 25 – Material Aeronáutico, 1961 – 1977
- SR. 26 – Material Naval, 1960 - 1974
- SR. 27 – Material Diverso, 1960 - 1976
- SR. 28 – Compras Através do BWB, 1961 - 1971
- SR. 29 – Ofertas e Demonstrações de Material, 1964 - 1977
- SR. 30 – Mapas de Encomendas e Certificados de Destino de Material, 1965 - 1975
- SR. 31 – Espingardas Automáticas CETME e G3, 1959 – 1976
- SR. 32 – Munições 10,5, 1962 - 1976
- SR. 33 – Munições de Morteiro 81 e 120 Mm, 1962 - 1977
- SR. 34 – Munições Panzerfaust, 1961 - 1977
- SR. 35 – Munições 7,62, 1962 - 1971
- SR. 36 – Petardos e TNT Trotil, 1961 - 1968
- SR. 37 – Granadas de Mão, 1959 - 1971
- SR. 38 – Colaboração com a Indústria de Armamento, 1959 - 1977
- SR. 39 – Mapas de Produção, 1964 - 1976
- SR. 40 – Metralhadoras MG, 1965 - 1968
- SR. 41 – Fabrico de Morteiros, 1961 - 1977
- SR. 42 – Encomendas Alemãs a Portugal, 1965 - 1977
- SR. 43 – Inspeção de Encomendas, 1962 - 1975
- SR. 44 – Coordenação de Produção para as FAP E FAA, 1966 - 1972
- SR. 45 – Movimento de Avals, 1967 - 1976
- SR. 46 – Estatuto da Convenção NATO, 1964 - 1974
- SR. 47 – Autorizações de Residência, 1967 - 1977
- SR. 48 – Questões Alfandegárias, 1965 - 1975
- SR. 49 - Segurança do Pessoal Português ao Serviço dos SCLAP, 1964 - 1973
- SR. 50 – Auxílio Militar da RFA a Países Africanos e Asiáticos, 1963 - 1965



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 51 – Diversos, 1964 - 1977
- SR. 52 - Recuperação de Militares Mutilados, 1963 - 1977
- SR. 53 – Apoio Alemão às FAP, 1977
- SR. 54 - Despesas com a Ba11, 1961 - 1985
- SR. 55 - Despesas com as Instalações de Troia, 1960 - 1976
- SR. 56 - Transferência de Verbas, 1963 - 1971
- SR. 57 – Previsão de Despesas a Enviar aos SCLAP, 1964 - 1968
- SR. 58 - Despesas com Ampliação das OGMA, 1964 - 1974
- SR. 59 - Despesas com o Bairro Residencial de Beja, 1964 - 1985
- SR. 60 - Despesas com o Hospital Militar de Beja, 1964 - 1971
- SR. 61 - Despesas com o Projeto Turista, 1965 - 1975
- SR. 62 - Despesas com o Depósito de Material de Castelões, 1964 - 1971
- SR. 63 - Despesas com o Centro de Comunicações de Évora, 1965 - 1970
- SR. 64 - Contas Correntes da Base Aérea 11, 1962 - 1983
- SR. 65 - Contas Correntes das Instalações de Troia, 1964 - 1980
- SR. 66 – Contas Correntes das OGMA, 1965 - 1982
- SR. 67 – Contas Correntes do Bairro Residencial de Beja, 1965 - 1983
- SR. 68 – Contas Correntes do Hospital Militar de Beja, 1965 - 1967
- SR. 69 – Contas Correntes do Depósito de Material de Castelões, 1965 - 1968
- SR. 70 – Contas Correntes do Centro de Comunicações de Évora, 1965 - 1970
- SR. 71 – Contas Correntes do Adido Militar e Aeronáutico em Bonn, 1964 - 1969
- SR. 72 – Fichas de Obras, 1965 - 1974
- SR. 73 – Registo de Entrada de Correspondência, 1963 - 1967
- SR. 74 – Correspondência Expedida, 1963 - 1986
- SR. 75 – Informações, 1963 - 1979
- SR. 76 – Telegramas Expedidos, 1963 - 1970

[Condições de Acesso]

Documentação desclassificada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma]

Contém documentos em inglês, alemão, francês e espanhol.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver os fundos do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (PT/ADN/GABMIN), do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (PT/ADN/SGDN) e documentação da CEOME, CEIOTAN e CANIFA.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=3>



[FICHA DE FUNDO]

**PT ADN/COMIN - Comissão de Manutenção de Infraestruturas NATO
(Em tratamento)**

[Datas de Produção]
1963 - 1987

[Dimensões]
Ca. 300 Processos.

[História Administrativa]

A Comissão de Manutenção de infraestruturas NATO (COMIN) foi criada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 5 de fevereiro (VIDE pasta s/nº no dossier SGDN - COMIN) de 1963, e sendo concretizada a sua criação pelo Decreto-Lei nº 44 894, de 21 de fevereiro de 1963. Este Decreto foi regulamentado pelas “Instruções para a execução do Decreto-Lei nº 44 894, de 21 de fevereiro de 1963”. Funcionava no SGDN, sob a direção superior do Ministro da Defesa Nacional, centralizando todos os problemas que se relacionavam com o primeiro estabelecimento, manutenção e fiscalização das infraestruturas comuns NATO. A COMIN era composta por um presidente, que deveria ser o secretário-adjunto da Defesa Nacional, um vice-presidente (chefe da 3ª Repartição do SGDN) e por quatro vogais dos três ramos das Forças Armadas. O elo de ligação entre a Força Aérea e a COMIN era constituído pela CEMINFA (Comissão Executiva de Manutenção de infraestruturas NATO da Força Aérea), que estava integrado no Estado-Maior da Força Aérea (EMFA), sob direção superior do CEMFA. Estas condições foram estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 45 842, de 1 de agosto de 1964 e regulamentadas pelas “Instruções relativas à composição e funcionamento da CEMINFA”. Da mesma forma, a relação com o Ministério da Marinha era mantida através da Comissão Executiva de Manutenção de infraestruturas NATO da Armada (CEMINA).

[História Custodial e Arquivística]

A COMIN esteve instalada, por falta de espaço no edifício do SGDN, no 1º andar direito da Rua Ricardo Espírito Santo, nº 7². Aquando da mudança de instalações, na sequência do 25 de Abril de 1974, a documentação que, entretanto, existia no palácio da cova da Moura, foi transferida parte, para o edifício onde funciona atualmente o Ministério da Defesa Nacional, na Av. Ilha da Madeira, e outra enviada para o Forte de São Julião da Barra.

[Aquisição e Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

Documentação administrativa e financeira relativa ao primeiro estabelecimento, manutenção, funcionamento e fiscalização das infraestruturas comuns NATO.

[Idioma]

Português, inglês e francês.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver os fundos do SGDN (PT/ADN/SGDN), CREEFA, CEOME e CEIOTAN.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=144678>

² Cf. despacho de autorização do Ministro da Defesa de 13 de agosto de 1964.



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/ CPHM – Comissão Portuguesa de História Militar

[Sistema de organização]

Constituído por uma Secção relativa ao Arquivo Particular Valdez dos Santos.

[FICHA DE SECÇÃO]

PT/ADN/CPHM/APVS – Arquivo Particular Valdez dos Santos

[Datas de produção]

1910-1960

[Dimensões]

15 processos.

[Âmbito e conteúdo]

Espólio relativo ao Quartel de Vila Cabral do Regimento de Infantaria de Nampula, Moçambique, entre 1910 e 1960.

[Sistema de organização]

Ordenação cronológica.

[Condições de acesso]

Acesso online (digitalizado)

[Idioma e escrita]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=134419>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/CREEFA – Comissão de Reequipamento Extraordinário do Exército e Força Aérea

(em tratamento)

[Datas de Produção]

1968 - 1983

[Dimensões]

Ca. 1800 Processos.

[História Administrativa]

A CREEFA foi criada pelo Decreto-Lei nº 48.368 de 4 de Maio de 1968 em simultâneo com o COMPFA (Comissão do Plano de Aquisições da Força Aérea) e a COMPAE (Comissão do Plano de Aquisições do Exército). Este Decreto-Lei autorizava o Governo a abrir créditos consignados à defesa nacional para o reequipamento extraordinário do Exército e da Força Aérea. A utilização do montante estabelecido (dois milhões de contos) efetuar-se-ia de acordo com os planos elaborados pelo Ministério do Exército ou pela Secretaria de Estado da Aeronáutica e destinava-se aos anos de 1968 e 1969. Esses planos de aquisição, cuja execução estaria a cargo da COMPAE e da COMPAFA seriam supervisionados pela CREEFA, e submetidos à aprovação do Ministro da Defesa Nacional. Os Conselhos Administrativos do Ministério do Exército e da Secretaria de Estado da Aeronáutica seriam providos com os meios financeiros necessários ao pagamento dos fornecimentos realizados. Competia, assim, a esses Conselhos Administrativos o pagamento das despesas efetuadas e a apresentação das respetivas contas à CREEFA. O Decreto-Lei nº 113/70, de 18 de março de 1970 autorizou o Governo a contrair encargos até ao montante de 1 500 000 contos para continuação do reequipamento extraordinário do Exército e da Força Aérea, nos anos de 1971 e 1972. Pelo Decreto-Lei nº 306/70, de 2 de julho de 1970 foi dada nova redação às alíneas c) e d) do artigo 3º e ao artigo 5º do Decreto-Lei nº 48 368. Desta forma, passaria o Conselho Administrativo do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) a ser habilitado com os meios financeiros necessários ao pagamento dos fornecimentos realizados, competindo-lhe o pagamento dos encargos com o reequipamento extraordinário do Exército e da Força Aérea e também a apresentação das respetivas contas à CREEFA. Pela circular nº1 da CREEFA (Pº 6120/1/70), de 16 de Julho de 1970 são dadas a conhecer as normas a observar na execução dos PAE/68, 69 e 70, por força do Decreto nº 306/70, de 2 de Julho e as novas instruções para a execução do Decreto-Lei nº 48 368, de 4 de Maio de 1968.

[Aquisição e Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo constituído por correspondência expedida, contas, atas e relatórios das reuniões da CREEFA; processos de aquisição de serviços e material de guerra, engenharia auto, aquartelamento, transmissões, auto, aeronáutico e sanitário; catálogos de material; construção e remodelação de aquartelamentos e manutenção de infraestruturas nas ex-colónias; plano de aquisições do Exército e propostas orçamentais para reequipamento do Exército e Força Aérea; transferência de verbas, despesas e requisições de fundos; ofertas de material ao Exército; reparação e manutenção de material de engenharia; processos sobre aquisição de helicópteros; diários de operações; constituição da COMPAE.

[Sistema de Organização]



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Após análise do fundo identificou-se parte do classificador original o que permitiu constituírem-se 21 séries documentais:

- SR. 1 - Secretariado e Pessoal da CREEFA
- SR. 2 - Planos de Aquisições da CREEFA (COMPAE e COMPAFA)
- SR. 3 - Atas e agendas da CREEFA
- SR. 4 - Normas e circulares
- SR. 5 - Estabelecimentos fabris
- SR. 6 - Infraestruturas (geral)
- SR. 7 - Infraestruturas da Força Aérea
- SR. 8 - Infraestruturas do Ultramar.
- SR. 9 - Aquisição de material pela DSM
- SR. 10 - Aquisição de material pela DAE
- SR. 11 - Aquisição de material pela CHERET
- SR. 12 - Aquisição de material pela DAT
- SR. 13 - Aquisição de material pelo STM
- SR. 14 - Aquisição de material pela DSS
- SR. 15 - Aquisição de material da Força Aérea
- SR. 16 - Execução Orçamental. Cativações
- SR. 17 - Execução Orçamental. Orçamento
- SR. 18 - Tesouraria. Balancetes
- SR. 19 - Tesouraria. Contas da CREEFA (receitas e despesas)
- SR. 20 - Correspondência
- SR. 21 - Livros de registo e protocolo

[Idioma e escrita]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=121436>



FICHA DE FUNDO]

PT ADN/EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA). (Em tratamento)

[Datas de Produção]

1945 - 1999

[Dimensões]

217 unidades de instalação e 1353 processos.

[História Administrativa]

O EMGFA foi criado em 1974, após o 25 de Abril, por extinção do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), funcionando na Avenida Ilha da Madeira no Restelo em Lisboa. Em 1977, dependentes do EMGFA estavam outros órgãos a saber: Serviço de Polícia Judiciária Militar, Instituto da Defesa Nacional, Supremo Tribunal Militar no Campo de Santa Clara, Autoridade Nacional de Segurança, Serviços Sociais das Forças Armadas na Rua Pedro Nunes, Chefia do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, Conselho de Treino Físico e Desportos das Forças Armadas, Comissão Luso-Alemã na Avenida Infante Santo, Comissão Luso-Francesa, Comissão Executiva da Infraestruturas NATO (CEIOTAN), Comissão Executiva de Obras Militares Extraordinárias (CEIOTAN), Comissão de Manutenção de Infraestruturas NATO (COMIN) e Comissão Executiva do Polígono de Acústica Submarina dos Açores na Rua Rodrigo da Fonseca.

[História Custodial e Arquivística]

A documentação do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), e que incluía também o Gabinete do CEMGFA, foi transferida do edifício onde funciona atualmente o Ministério da Defesa e o EMGFA, no Restelo, e enviado para o Forte de São Julião da Barra. Desconhece-se com exatidão as datas de envio uma vez que não existem guias de remessa da documentação. Desde 1995 não foi enviada documentação para o Forte de São Julião da Barra, altura em que se constituiu o Grupo de Trabalho para os Arquivos da Defesa. Os arquivos do Ministério da Defesa Nacional e do EMGFA deram origem ao Arquivo da Defesa Nacional em 2008 com sede na unidade militar de Paço de Arcos. O arquivo do Gabinete do CEMGFA constituiu um fundo autónomo.

[Aquisição e Transferência]

Transferido do Forte de São Julião da Barra para o Arquivo da Defesa Nacional em junho de 2008.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo constituído por correspondência; processos sobre dispositivos das unidades militares no Ultramar; previsões de movimentos de unidades da Armada; mapas diários de situação de navios da Marinha Mercante; decisões das reuniões do Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores; projetos de decretos-leis; acordo de Penina; processos sobre dinamização cultural, servidões militares e reforma agrária; adidos estrangeiros em Portugal e contactos com a Junta Nacional de Salvação. A documentação da 5ª Divisão relaciona-se sobretudo com os processos de dinamização cultural, nomeadamente orçamentos, jornais e folhetos sobre o 25 de Abril de 1974, Comissão de Ação Cívica das Forças Armadas e ações de dinamização em Trás-os-Montes. Ao nível da DAF/SAF destacam-se os processos relativos a ajudas de custo, abonos aos militares em serviço no Ultramar e reintegração de militares e civis, aquisição de material para a Rodésia, estabelecimentos fabris, estudos sobre vencimentos e processos individuais. O Conselho Administrativo por sua vez é constituído por processos de cabimento de despesas com pessoal e aquisição de material, bens e serviços, resumo das receitas do fundo COMIN, infraestruturas comuns NATO CEIOTAN e CEMINFA, liquidação de contas do Plano de Aquisições do Exército, fundos para equipamento militar e orçamentos



do EMGFA. Existem também processos relativos à CREEFA e atas e relatórios e documentos NATO pertencentes à 3ª Divisão.

[Sistema de Organização]

As secções são compostas por séries documentais com processos ordenados cronologicamente e /ou por ordem original. Este fundo é composto por 5 secções: 5DIV - 5ª Divisão, CA - Conselho Administrativo, DCE - Divisão de Comunicações e Eletrónica, DIAF - Divisão de Administração Financeira, DIRP/DIRPAC - Divisão de Informações e Relações Públicas, DME – Divisão de Material e Equipamento, DOP – Divisão de Operações.

[Condições de Acesso]

Documentação desclassificada por Despacho MDN de 14 de dezembro de 2010.

[Unidades de descrição Relacionadas]

Ver os fundos do gabinete do CEMGFA (ADN/F003), CMLA (ADN/F004), COMIN e CLF.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=4>

[FICHAS DE SECÇÃO]

PT/ADN/EMGFA/5DIV – 5ª Divisão/EMGFA

[Datas de produção]

1972 - 1978

[Dimensões]

62 Unidades de instalação, 413 processos, 5 copiadores de correspondência, 6 copiadores de mensagens e 8 positivos fotográficos p/b. Contém também diversas publicações, folhetos, recortes de notícias, jornais e revistas.

[História Administrativa]

A 5ª Divisão do EMGFA foi a herdeira do SIPFA – Serviço de Informação Pública das Forças Armadas do SGDN. O SIPFA baseava-se numa estrutura que servia a finalidade de informar o público nacional e internacional focando essencialmente a condução da guerra do ultramar, depois de 1961. Durante largos anos, a atividade do SIPFA a par dos comunicados da situação militar nos teatros de operações e dos nomes dos feridos e falecidos incidia também em alguns programas de rádio e filmes de propaganda que justificavam a estratégia definida na época. Devido à situação político-militar emergente do 25 de Abril, a Comissão Coordenadora do programa do MFA enquanto principal motor do novo movimento, decidiu reestruturar o SIPFA, de forma a conseguir um órgão adaptado às novas missões, alterando a sua designação para CEIPFA – Centro de Esclarecimento e Informação Pública das Forças Armadas. A criação da 5ª Divisão sofreu vários impedimentos na sua entrada em funcionamento bem como na sua organização. Em julho de 1974, o coronel Vasco Gonçalves, chefe da divisão, tinha sido designado Primeiro-ministro; a quase totalidade do pessoal da divisão estava empenhada em tarefas externas; as instalações a ocupar provisoriamente só estariam disponíveis no final do ano. Em janeiro de 1975, e depois de apreciação superior, considerou-se que se constituíssem as seguintes repartições na 5ª Divisão: Relações Públicas (com um elevado volume de entradas de documentos), Pesquisa de Dados, Informação e Esclarecimento (tratava das equipas itinerantes, planeamento dos programas de rádio e TV, boletim do MFA, etc.) e Planeamento. No entanto, alguns dos assuntos tratados pela divisão não se enquadravam em nenhuma daquelas repartições, pelo que havia a necessidade de se criarem grupos de trabalho para fins específicos nomeadamente os referentes ao apoio cívico, habitação e cooperativismo a Comissão Central de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico. A falta de pessoal era também um dos problemas vividos por esta divisão. Superiormente optou-se por uma nova solução: a 5ª Divisão passava a designar-se Divisão de Assuntos Político-Militares e ficava na direta dependência do CEMGFA, assessorava o Conselho da Revolução e funcionava como um órgão de planeamento, coordenação e acionamento das atividades a desenvolver, no cumprimento do Programa do MFA.



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

No entanto, a 5ª Divisão não conseguiu desenvolver, na prática, toda a atividade que lhe competia. Desta forma, no início de 1976, e por determinação do CEMGFA, a 5ª Divisão foi reestruturada, reduzida às dimensões normais de um órgão do EMGFA encarregado da informação pública e das tropas, das relações públicas e assuntos civis, não tendo funções de natureza política as quais competiam aos órgãos de soberania previstos na plataforma MFA – partidos.

A sua missão, enquanto órgão do Estado Maior Coordenador do EMGFA, relacionava-se com o desenvolvimento de ações de caráter informativo a nível nacional dirigidas às Forças Armadas e à população civil, com a finalidade de contribuir para aumentar a eficiência operacional das Forças Armadas e consolidar a compreensão e mútua identificação entre o povo e as Forças Armadas; tratamento das tarefas de “Assuntos Civis” e planeamento e coordenação da ação cívica das Forças Armadas em apoio das tarefas de reconstrução nacional; desenvolvimento das atividades de relações públicas necessárias ao EMGFA e desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos de sociologia militar nas Forças Armadas.

[Aquisição ou Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito ou conteúdo]

A 5ª DIVISÃO/EMGFA é constituída por processos relativos a ação da Divisão no processo de dinamização cultural e ação cívica através da CODICE - Comissão de Dinamização Central e das CODIRES – Comissões de Dinamização Regionais nomeadamente dos Açores e Madeira, Comissão Norte com destaque para a campanha Maio-Nordeste em Trás-os-Montes e campanha Ação Verdade no Minho, no Comissão Centro com as comissões distritais de Coimbra, Guarda, Leiria e Aveiro; Comissão Lisboa, Comissão Sul com as campanhas do Alentejo em Beja, Portalegre, Elvas e Estremoz; e Comissão Faro com as atividades no Algarve através das distritais de Faro, Portimão, Tavira e Lagos.

Para além destes processos, ressaltamos as séries de correspondência recebida de particulares e de entidades oficiais sobre diversos assuntos para os quais se pedia a intervenção das Forças Armadas, em geral, e da 5ª Divisão, em particular. Dos assuntos tratados destacam-se as informações militares com relatórios da 2ª Repartição do EME, da 2ª Divisão do EMGFA e COPCON; partidos e propaganda política, situação social e espírito das populações, sindicalismo e relações laborais, ultramar e assuntos das províncias e relações internacionais incluindo o relatório diário da situação sociopolítica da Guiné. A nível da imprensa surgem os processos com recortes de notícias e transcrições de artigos da imprensa nacional e estrangeira sobre a situação política de Portugal e da ação do MFA e um conjunto de artigos sobre política internacional, no período de 23 de setembro a 2 de outubro de 1974, das agências noticiosas France Press e Reuter.

[Sistema de Organização]

Os processos da 5ª Divisão encontravam-se dispersos pelo fundo geral do Arquivo da Defesa Nacional, pelo que foi necessário proceder-se à sua identificação, levantamento preliminar e avaliação da documentação.

A análise do fundo permitiu reconhecer a não existência de classificadores originais, uma vez que era atribuído um nº sequencial de entrada à documentação, pelo que foi necessário proceder-se ao estudo dos processos de forma a constituírem-se séries documentais, “a posteriori”.

A análise e avaliação dos processos permitiram constituir o seguinte plano de classificação:

- SR. 1 - Estrutura da 5ª Divisão/EMGFA
- SR. 2 – Correspondência de Particulares e Entidades Oficiais
- SR. 3 – Forças Armadas
- SR. 4 – Informações Militares
- SR. 5 – Partidos e Propaganda Política
- SR. 6 – Situação Social e Espírito das Populações
- SR. 7 – Sindicalismos e Relações Laborais
- SR. 8 – Ultramar
- SR. 9 – Relatório Diário da Situação Sociopolítica da Guiné
- SR. 10 – Imprensa
 - SSR. 1 – Artigos da France Press e da Reuter
- SR. 11 – Junta de Salvação Nacional (JSN)
- SR. 12 – MFA
- SR. 13 – CODICE – Comissão de Dinamização Central
- SR. 14 – CODIRE Açores e Madeira
- SR. 15 – CODIRE Norte



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

SR. 16 – CODIRE Centro
SR. 17 – CODIRE Lisboa
SR. 18 – CODIRE Sul
SR. 19 – CODIRE Faro
SR. 20 – Correspondência Expedida pela CODICE
SR. 21 – Telexes e Mensagens Recebidas pela CODICE

Os processos estão na sua maior parte ordenados por ordem original de processo. A partir de 1975, a correspondência recebida deixou de ser organizada por assuntos e passou a ser ordenada por nº de entrada. Nalgumas séries, e sempre que se justificasse essa opção, optou-se pela ordem cronológica.

[Idioma]

Português, inglês, francês, italiano e espanhol.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver o fundo do SIPFA (PT/ADN/SIPFA).

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=8>

PT/ADN/EMGFA/CA – Conselho Administrativo (em tratamento)

[Datas de produção]

1970 – 1991

[Dimensões e suporte]

14 cxs. (nº 1 - 14) com 88 processos.

[Estrutura interna]

O Conselho Administrativo era composto por um chefe, um chefe da contabilidade, secção de contabilidade e tesouraria, secção de vencimentos, secção de dactilografia, secção adjunta da COMIN e a secção de expediente e arquivo. A Secretaria Geral era composta por um chefe, pelo serviço geral e arquivo, secção de oficiais, secção de sargentos, secção de justiça, secção de dactilografia fia, secção de distribuição de correspondência e secção de diversos.

[Âmbito e conteúdo]

Contém alguns processos herdados do antigo Secretariado Geral da Defesa Nacional em matérias como o Ultramar, pessoal incluindo estágios e missões, gestão interna, infraestruturas e obras militares, correspondência, contas correntes, diretivas e ordens de serviço do EMGFA de 1983 e 1984.

[Sistema de organização]

Secção constituída por 9 séries, ordenadas cronologicamente:

- Sr.1 - Ultramar
- Sr. 2 - Pessoal
- Sr. 3 - Gestão interna
- Sr. 4 - Infraestruturas e obras militares
- Sr. 5 - Correspondência e mensagens
- Sr. 6 - Contas correntes
- Sr. 7 - Cursos, estágios e missões
- Sr. 8 - Diretivas e instruções
- Sr. 9 - Ordens de serviço do EMGFA

[Idioma e escrita]

Português e inglês.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125937>



PT/ADN/EMGFA/DCE – Divisão de Comunicações e Eletrónica

[Datas de produção]

1975 – 1981

[Dimensões e suporte]

23 cxs. (nº 1 - 23) com 76 processos.

[Estrutura interna]

Composta por um chefe, Secretaria e pelas áreas de política e segurança, feixes hertzianos e linhas, radiofrequências, eletrónica e segurança das comunicações.

[História custodial e arquivística]

Herdou processos da antiga 3ª Divisão (Logística) do EMGFA sobre as comunicações.

[Âmbito e conteúdo]

A Divisão de Comunicações e Eletrónica (DIV-CE) contém processos relativos à ALLA - Agência de Linhas a Grande Distância, Programa NICS - Sistema Integrado de Comunicações NATO, reuniões do TSGCEE - Grupo Tri-Serviço em Comunicações e Equipamentos Eletrónicos e reuniões da ARFA - Agência Aliada de Radiofrequência.

[Sistema de Organização]

Série organizada em 4 séries documentais:

SR. 1 – Reuniões da ALLA (Agência de Linhas a Grande Distância).

SR. 2 – Programa NICS - Sistema Integrado de Comunicações NATO.

SR. 3 – Reuniões do TSGCEE (Grupo Tri-Serviço em Comunicações e Equipamentos Eletrónicos).

SR. 4 - Reuniões da ARFA (Agência Aliada de Radiofrequência).

[Idioma e escrita]

Contém documentos em português, inglês e francês.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125939>

**PT/ADN/EMGFA/DIAF - Divisão de Administração e Finanças
(em tratamento)**

[Datas de produção]

1973 – 1989

[História administrativa]

Inicialmente designada por Divisão de Administração Financeira (DAF) era constituída por um chefe e um adjunto, pela Repartição de Estudos, Repartição de Orçamento e pela Repartição Administrativa com a Secção de Expediente e Arquivo, posteriormente foi criada a Repartição de Assuntos Internacionais com a Secção NATO.

PT/ADN/EMGFA/DIRP – Divisão de Informação e Relações Públicas

[Título paralelo]

5ª Divisão do EMGFA e Divisão de Informação, Relações Públicas e Assuntos Cíveis (DIRPAC).

[Datas de produção]

1945- 1989



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

[Dimensão e suporte]

19 séries, 46 unidades de instalação e 496 processos

[História administrativa]

Em reunião do Conselho de Chefes de Estado Maior (CEEM), de 19 de julho de 1977, foi aprovado temporariamente o quadro orgânico e as atribuições da Divisão: elaborar os estudos de situação psicológica com interesse para as Forças Armadas; estudar e, de acordo com as decisões superiores, acionar as atividades de carácter informativo dirigidos às Forças Armadas e à população; estudar e, de acordo com as decisões superiores, acionar as atividades de assuntos civis das Forças Armadas, incluindo a colaboração nas tarefas de desenvolvimento nacional e de apoio humanitário às populações; assegurar as atividades de relações públicas e de protocolo do EMGFA (Estado Maior General das Forças Armadas) e coordenar o protocolo no âmbito das Forças Armadas.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN, em Paço de Arcos, em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

O arquivo da DIRP é composto por processos relativos a relações públicas e protocolo da Secção de Contactos Externos e Protocolo (SCEP), ação cívica e social, comemorações e cerimónias, visitas de entidades nacionais e estrangeiras, conferências e reuniões de grupos de trabalho, informação pública com difusão de notícias com destaque para os exercícios militares e serviço militar e as relações com os órgãos de comunicação social (imprensa, rádio e TV). Contém ainda uma coleção de recortes de imprensa nacional e estrangeira onde se incluem as notícias sobre baixas no ultramar e os resumos diários de imprensa elaborados pela DIRP e os relatórios de imprensa estrangeira do SEIT - Secretaria de Estado de Informação e Turismo. Inclui uma coleção de discursos desde 1945 com destaque para os discursos de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano, Adriano Moreira, António de Spínola, Silva Cunha, Ramalho Eanes, Amaro da Costa e Mota Pinto.

[Sistema de organização]

Secção organizada em 19 séries ordenadas por ordem original com processos ordenados por ordem cronológica. O plano de classificação da DIRP/DIRPAC ficou constituído da seguinte forma:

- SR. 1 - Relações Públicas e Protocolo
- SR. 2 - Ação Cívica e Social
- SR. 3 - Comemorações e Cerimónias
- SR. 4 - Visitas
- SR. 5 - Conferências, Reuniões e Grupos de Trabalho
- SR. 6 - Eventos Culturais e Desportivos
- SR. 7 - Informação Pública
- SR. 8 - Informação Pública: Exercícios Militares
- SR. 9 - Informação Pública: Imprensa, Rádio e TV
- SR. 10 - Agendas das reuniões do Conselho de Chefes de Estado Maior (CEEM)
- SR. 11 - Gestão Interna da DIRP
- SR. 12 - Correspondência, Mensagens e Informações
- SR. 13 - Livros de Registo de Correspondência
- SR. 14 - Recortes de Imprensa Nacional
- SR. 15 - Recortes sobre Baixas no Ultramar
- SR. 16 - Resumos Diários de Imprensa
- SR. 17 - Recortes de Imprensa Estrangeira
- SR. 18 - Relatórios de Imprensa Estrangeira do SEIT
- SR. 19 - Discursos.

[Idioma e escrita]

Português, inglês e francês.

[Unidades Relacionadas]



Ver o SIPFA - Serviço de Informação Pública das Forças Armadas [ADN/SIPFA] até 1974 e a 5ª Divisão do EMGFA [ADN/EMGFA/5DIV]

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125903>

PT/ADN/DME – Divisão de Material e Equipamento

[Título paralelo]

Antiga 3ª Repartição e 4ª Divisão - Armamento.

[Datas de produção]

1970 – 1985

[Dimensões]

16 unidades de instalação e 105 processos.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN, em Paço de Arcos, em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

Divisão dedicada aos assuntos de logística, armamento e equipamento nomeadamente ao nível do apoio logística de carácter geral, da saúde e transportes, ao NADGE (sistema terrestre de defesa aérea da NATO) enquanto sistema terrestre de defesa aérea, nos planos de defesa NATO ao nível das forças NATO terrestres, navais e aéreas, ao Grupo de Pesquisa para a Defesa (DRG) e ao nível das obras e infraestruturas NATO.

[Sistema de organização]

Secção composta por 11 séries ordenadas por ordem original:

SR. 1 - Apoio Logístico

SR. 2 - Apoio Logístico na Saúde

SR. 3 - Apoio Logístico nos Transportes

SR. 4 - NADGE (Sistema Terrestre de Defesa Aérea da NATO)

SR. 5 - Planos de Defesa NATO

SR. 6 - Planeamento de Defesa NATO para as forças

SR. 7 - Planeamento de Defesa NATO para as forças navais

SR. 8 - Planeamento de Defesa NATO para as forças aéreas

SR. 9 - NBC (Nuclear, Biológico e Químico)

SR. 10 - Grupo de Pesquisa para a Defesa (DRG)

SR. 11 - Infraestruturas e obras

[Idioma]

Português, inglês e francês.

[Unidades relacionadas]

Ver a 3ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional [ADN/SGDN/3REP], uma vez que as suas funções e processos foram continuados pela Divisão de Material e Armamento do EMGFA. Ver também outras secções do fundo do EMGFA [ADN/EMGFA] e do CEMGFA [ADN/CEMGFA/GAB].

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125936>



PT/ADN/DOP – Divisão de Operações

[Datas de produção]

1955 - 1986

[Dimensão e suporte]

68 unidades de instalação e 250 processos.

[História administrativa]

A Divisão de Operações do EMGFA continuou as funções da 1ª Repartição do Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN), extinto no 25 de Abril de 1974, tendo herdado e continuado alguns dos seus processos relativos às operações militares.

[Fonte de Transferência]

Transferido para o ADN, em Paço de Arcos, em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

Secção composta por processos relativos ao ultramar, planeamento de Defesa NATO para a meteorologia, armamento e forças NATO no longo e curto prazo, reuniões da Comissão dos Planos de Defesa (DPC), da Comissão Militar NATO e de grupos de trabalho com destaque para o Grupo de Trabalho para o Equilíbrio e Redução das Forças (MBFR), Comissão de Coordenação do Espaço Aéreo e Estação NATO de Aviso Longínquo e o sistema AEW de defesa aérea, operações e exercícios militares, reuniões, visitas e outros eventos e segurança e controlo.

[Sistema de organização]

Secção composta por 20 séries ordenadas de acordo com a ordem original. Os processos foram ordenados por ordem cronológica:

SR. 1 – Ultramar

SR. 2 - Planeamento de Defesa NATO para a Meteorologia

SR. 3 - Planeamento de Defesa NATO para o Armamento

SR. 4 - Planeamento de Defesa NATO para as Forças

SR. 5 - Planeamento de Defesa NATO de Longo e Curto Prazo

SR. 6 - Planeamento de Defesa NATO para as Forças Navais

SR. 7 - Comissão dos Planos de Defesa NATO (DPC)

SR. 8 - Revisão dos Planos de Defesa NATO

SR. 9 - Bloco Soviético

SR. 10 - Comissão Militar NATO

SR. 11 - Grupo de Trabalho para o Equilíbrio e Redução das Forças (MBFR)

SR. 12 - Comissão de Coordenação do Espaço Aéreo Europeu (CEAC)

SR. 13 - Estação NATO de Aviso Longínquo e o Sistema AEW de Defesa Aérea

SR. 14 - Sistema AEW de Defesa Aérea

SR. 15 - Operações e Exercícios Militares

SR. 16 - Operações e Exercícios Militares do ACLANT (Comando Aliado do Atlântico)

SR. 17 - Operações e Exercícios Militares do SACLANT (Comando Supremo Aliado do Atlântico)

SR. 18 - Operações e Exercícios Militares do STANAVFORLANT (Força Naval Permanente do Atlântico)

SR. 19 - Reuniões, visitas e eventos

SR. 20 - Segurança e Controlo

[Condições de acesso]

Desclassificado por despacho MDN de 14/12/2010.

[Idioma e escrita]

Português, inglês e francês.

[Unidades relacionadas]

Ver a 1ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional [[ADN/SGDN/1REP](#)], uma vez que as suas funções e



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

processos foram continuados pela Divisão de Operações do EMGFA e outras secções do fundo do EMGFA [ADN/EMGFA] e do CEMGFA [[ADN/CEMGFA/GAB](#)].

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=125941>



[FICHA DE COLEÇÃO]

PT ADN/FDMU - Fundo de Defesa Militar do Ultramar

[Datas de Produção]

1949 - 1986

[Dimensão e suporte]

254 unidades de instalação.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

Coleção constituída por processos relativos à gestão de verbas provenientes do Fundo de Defesa Militar do Ultramar, pelas diversas entidades militares a quem eram atribuídas, tanto em Portugal como nas colónias. Destaque para orçamentos, atribuição de verbas, aquisições, contabilidade, prestação de contas, liquidação de despesas do ultramar, propostas e planos de emprego de verbas, pedidos de autorização de despesas, conta-correntes, ordens de pagamento, faturas e recibos. Existem ainda planos de necessidades de comandos militares coloniais e alguns contratos de fornecimento de material de guerra por entidades nacionais e estrangeiras. A coleção do FDMU pertence ao Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN), uma vez que cabia à 3ª Repartição e ao Conselho Administrativo fazer o tratamento dessa documentação.

[Sistema de organização]

Organizado em 75 séries documentais, ordenadas cronologicamente:

- SR 1- Contas Correntes Geral. 1950 / 1983
- SR 2- Contas Correntes de Cabo Verde. 1950 / 1961
- SR 3 - Contas Correntes de S. Tomé e Príncipe. 1950 / 1962
- SR 4 - Contas Correntes da Guiné. 1954 / 1975
- SR 5 - Contas Correntes de Angola. 1951 / 1973
- SR 6 - Contas Correntes de Moçambique. 1955 / 1975
- SR 7 - Contas Correntes da Índia. 1955 / 1955
- SR 8 - Contas Correntes de Macau. 1950 / 1972
- SR 9 - Contas Correntes de Timor. 1951 / 1973
- SR 10 - Contas de Gerência. 1960 / 1972
- SR 11 - Créditos. 1964 / 1980
- SR 12 - Depósitos. 1953 / 1981
- SR 13 - Despesas Geral. 1943 / 1976
- SR 14 - Despesas de Cabo Verde. 1949 / 1975
- SR 15 - Despesas de S. Tomé e Príncipe. 1950 / 1952
- SR 16 - Despesas da Guiné. 1965 / 1970
- SR 17 - Despesas de Angola. 1950 / 1973
- SR 18 - Despesas de Moçambique. 1950 / 1951
- SR 19 - Despesas de Timor. 1959 / 1959
- SR 20 - Despesas de Material Geral. 1952 / 1983
- SR 21 - Despesas de Material de Cabo Verde. 1955 / 1975
- SR 22 - Despesas de Material da Guiné. 1954 / 1977
- SR 23 - Despesas de Material de Angola. 1958 / 1980
- SR 24 - Despesas de Material de Moçambique. 1957 / 1977



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR 25 - Despesas de Material da Índia. 1954 / 1975
- SR 26 - Despesas de Material de Macau. 1950 / 1953
- SR 27 - Despesas de Material de Timor. 1951 / 1962
- SR 28 - Despesas de Obras Geral. 1960 / 1984
- SR 29 - Despesas de Obras de Cabo Verde. 1963 / 1964
- SR 30 - Despesas de Obras da Guiné. 1950 / 1977
- SR 31 - Despesas de Obras de Angola. 1964 / 1977
- SR 32 - Despesas de Obras de Moçambique. 1957 / 1978
- SR 33 - Despesas de Obras da Índia. 1955 / 1955
- SR 34 - Despesas de Obras de Macau. 1975 / 1976
- SR 35 - Despesas de Obras de Timor. 1956 / 1971
- SR 36 - Despesas de Pessoal Geral. 1953 / 1976
- SR 37 - Despesas de Pessoal da Guiné. 1968 / 1977
- SR 38 - Despesas de Pessoal de Moçambique. 1972 / 1974
- SR 39 - Despesas de Pessoal da Índia. 1952 / 1952
- SR 40 - Despesas de Pessoal de Timor. 1952 / 1978
- SR 41 - Liquidação de Encargos Geral. 1966 / 1975
- SR 42 - Liquidação de Encargos da Guiné. 1960 / 1960
- SR 43 - Liquidação de Encargos de Moçambique. 1962 / 1976
- SR 44 - Mapas de Provisão de Encargos. Geral. 1960 / 1977
- SR 45 - Orçamento Geral. 1952 / 1984
- SR 46 - Orçamento de Cabo Verde. 1967 / 1975
- SR 47 - Orçamento de S. Tomé e Príncipe. 1966 / 1973
- SR 48 - Orçamento da Guiné. 1967 / 1968
- SR 49 - Orçamento de Angola. 1966 / 1973
- SR 50 - Orçamento de Moçambique. 1967 / 1974
- SR 51 - Orçamento de Macau. 1956 / 1973
- SR 52 - Orçamento de Timor. 1961 / 1967
- SR 53 - Ordens de Pagamento Geral. 1950 / 1981
- SR 54 - Ordens de Pagamento de Cabo Verde. 1955 / 1972
- SR 55 - Ordens de Pagamento de S. Tomé e Príncipe. 1956 / 1967
- SR 56 - Ordens de Pagamento da Guiné. 1954 / 1973
- SR 57 - Ordens de Pagamento de Angola. 1953 / 1974
- SR 58 - Ordens de Pagamento de Moçambique. 1953 / 1972
- SR 59 - Ordens de Pagamento da Índia. 1954 / 1966
- SR 60 - Ordens de Pagamento de Macau. 1954 / 1966
- SR 61 - Ordens de Pagamento de Timor. 1955 / 1960
- SR 62 - Planos. Geral. 1961 / 1981
- SR 63 - Prestação de Contas. Geral. 1955 / 1982
- SR 64 - Prestação de Contas de Cabo Verde. 1955 / 1975
- SR 65 - Prestação de Contas de S. Tomé e Príncipe. 1957 / 1969
- SR 66 - Prestação de Contas da Guiné. 1949 / 1977
- SR 67 - Prestação de Contas de Angola. 1960 / 1981
- SR 68 - Prestação de Contas de Moçambique. 1950 / 1976
- SR 69 - Prestação de Contas da Índia. 1955 / 1967
- SR 70 - Prestação de Contas de Macau. 1962 / 1977
- SR 71 - Prestação de Contas de Timor. 1958 / 1973
- SR 72 - Receitas. Geral. 1951 / 1958
- SR 73 - Relatórios Financeiros. Geral. 1966 / 1973
- SR 74 - Saldos. Geral. 1961 / 1986



SR 75 - Faturas (col.). 1962 / 1973

[Condições de acesso]

Desclassificado por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma e escrita]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=23895>



[FICHA DE COLEÇÃO]

PT/ADN/FOTO – Fotografia

[Datas de Produção]

1944- 1999

[Dimensão e suporte]

Coleção constituída por 2878 álbuns fotográficos com ca. de 144.000 fotografias e diapositivos.

[História custodial e arquivística]

Coleção tratada no âmbito do projeto ARQMEDIA da Defesa, coordenado pela SGMDN com o objetivo de reforçar a conservação e preservação digital, a longo prazo, das coleções de fotografia, incluindo negativos fotográficos, fotografias em papel e diapositivos realizadas no âmbito das atividades do EMGFA e SGMDN. Assegurou-se, desta forma o tratamento, a digitalização, a preservação e a disponibilização do acervo fotográfico existente no Ministério da Defesa Nacional, em particular na SGMDN.

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]

Coleção transferida para o ADN no decurso do ano de 2021.

[Âmbito e conteúdo]

Coleção de fotografias desde os anos 40 do séc. XX realizadas no âmbito das atividades do antigo Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN), da antiga Divisão de Informações e Relações Públicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (DIRP/EMGFA) e da Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional. Composta por fotografias do ultramar, comemorações, cerimónias militares, visitas e receções pelo ministro da Defesa Nacional e pelo CEMGFA de individualidades nacionais e estrangeiras, condecorações e tomadas de posse, celebração de protocolos e contratos e exercícios militares.

[Tipologia Documental]

Fotografia

[Sistema de Organização]

Coleção composta por 3 subcoleções: Álbuns Fotográficos, Diapositivos e Fotografias Avulsas.

[Idioma e escrita]

Português

[Existência e Localização de originais]

Fotografias em papel, negativos e diapositivos.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39305>

[Ficha de subcoleção]

PT/ADN/FOTO-AF – Álbuns fotográficos do EMGFA/DIRP (Divisão de Informação e Relações Públicas) e do MDN/GCRP (Gabinete de Comunicação e Relações Públicas).

[Datas de produção]

1977 - 2000



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

[Dimensões e suporte]

136 álbuns fotográficos com ficheiros digitais das fotografias em papel e negativos fotográficos, cor e p/b.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN no decurso do ano de 2021, no âmbito do projeto ARQMEDIA.

[Âmbito e conteúdo]

Contém fotografias da antiga DIRP (Divisão de Informação e Relações Públicas) do EMGFA e do GCRP (Gabinete de Comunicação e Relações Públicas) relativas a cerimónias, visitas, reuniões, receções no EMGFA e no MDN, festivais de bandas militares, exercícios militares, entre outros.

[Sistema de organização]

Organização dos ficheiros digitais com base nos ficheiros de negativos fotográficos e álbuns de fotografias em papel, mantendo a ordem e cotação original das fotografias em papel.

[Idioma e escrita]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39306>

[Ficha de subcoleção]

PT/ADN/FOTO-DP – Diapositivos do EMGFA/DIRP (Divisão de Informação e Relações Públicas) e do MDN/GCRP (Gabinete de Comunicação e Relações Públicas).

[Datas de produção]

1978 – 1999

[Dimensões e suporte]

59 álbuns com 3670 diapositivos.

[Fonte de transferência]

Transferido pela SGMDN/DSCRIP para o ADN no âmbito do projeto ARQMEDIA.

[Âmbito e conteúdo]

Coleção de diapositivos diversos relativos a temáticas militares como exercícios militares, Navio Escola Sagres, forte de São Julião da Barra, bandas militares, democratização das Forças Armadas no âmbito do Programa MFA, cooperação técnico-militar em Angola, Fuzileiros e do Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia (1620).

[Sistema de organização]

Organizado em 2 séries:

SR1 - Diapositivos do EMGFA/DIRP e MDN/GCRP.

SR2 - Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia (1620).

[Idioma]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=58420>

[Ficha de subcoleção]



PT/ADN/FOTO-FA – Fotografias Avulsas

[Datas de produção]

1944 – 1988

[Dimensões e suporte]

188 álbuns fotográficos com 4322 fotografias em papel p/b, muitas delas coladas em cartolina com inscrições no verso.

[História arquivística]

Fotografias avulsas, na sua maior parte sobre o ultramar, herdadas do antigo Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) e do EMGFA.

[Fonte de transferência]

Transferido para o ADN em 2020, pela SGMDN/DSCRCP no âmbito do projeto ARQMEDIA.

[Âmbito e conteúdo]

Coleção de fotografias sobre Portugal, NATO e ultramar com destaque para São Tomé, Guiné, Angola, Moçambique e Timor. Cerimónias oficiais, visitas e inaugurações, condecorações, comemorações do 10 de Junho, atividades e eventos no âmbito da NATO. Do ultramar destacam-se imagens dos aldeamentos e sua recuperação, armamento e material de guerra, instrução e exercícios militares, operações militares, assistência sanitária e apoio às populações, diversas visitas oficiais de altas entidades como a visita do Presidente da República Américo Tomás a Angola e chefes militares, entre outros.

[Sistema de organização]

Coleção composta por 8 séries, ordenadas cronológica e alfabeticamente:

- Sr. 1 - Fotografias de Portugal
- Sr. 2 - Fotografias da NATO
- Sr. 3 - Fotografias do Ultramar (geral)
- Sr. 4 - Fotografias de São Tomé e Príncipe
- Sr. 5 - Fotografias da Guiné
- Sr. 6 - Fotografias de Angola
- Sr. 7 - Fotografias de Moçambique
- Sr. 8 - Fotografias de Timor.

[Idioma]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=39307>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/GABMIN - Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

[Datas de Produção]

1944 – 1975

[Dimensões]

313 Unidades de instalação, 2.806 processos dactilografados e manuscritos e 780 positivos fotográficos. Alguns processos incluem catálogos impressos, desenhos, certificados, brochuras impressas, plantas com cortes e alçados, transparentes, croquis, mapas, gráficos e desdobráveis.

[História Administrativa]

O cargo de ministro da Defesa Nacional foi criado em 1950, através do Decreto-lei 37.909, de 1 de agosto, ficando com a missão de coordenar os problemas de política militar da nação e as altas questões relativas à defesa do país que corriam pelo Ministério do Exército, até aí designado por Ministério da Guerra, pelo Ministério da Marinha e pelo Subsecretariado do Estado da Aeronáutica. Competia-lhe orientar e coordenar os três ramos das forças armadas; submeter a exame do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Conselho Superior da Direção de Guerra os altos problemas da defesa nacional, orientar os respetivos estudos e promover a preparação dos planos correspondentes; dirigir os trabalhos de preparação da defesa civil do território, aprovando os respetivos planos e presidindo à sua execução; na falta do ministro da Mobilização Civil, orientar os problemas relativos à mobilização civil, especialmente respeitantes à mobilização civil, especialmente respeitantes à mobilização industrial e à mão-de-obra, presidir ao Conselho Superior de Mobilização Civil e promover o conjunto de providências necessárias ao funcionamento do sistema em caso de guerra ou de grave emergência; coordenar as atividades relativas à preparação militar da nação em harmonia com os tratados e convenções militares. O ministro da Defesa Nacional, juntamente com o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, era membro dos Conselhos Superiores de Defesa Nacional e de Direção de Guerra.

Segundo o Decreto-lei de 43.077, de 18 de julho de 1960, o Ministro da Defesa Nacional coordenava e dirigia todas as atividades fundamentais de preparação e condução da defesa militar e da defesa civil. O Gabinete do Ministro da Defesa Nacional era composto por um chefe e seus adjuntos, por uma Secção de Estudos Jurídicos e por uma Secção de Expediente e Arquivo e tinha como competências manter relações com os diferentes departamentos do estado, sem prejuízo daquelas que sejam mantidas diretamente pelo SGDN; estabelecer as relações necessárias com os órgãos de informação pública; realizar a revisão final de todos os diplomas legais que eram publicados pelo departamento da Defesa Nacional; encarregar-se de todos os assuntos que lhe fossem cometidos pelo ministro ou que não estivessem especificamente a cargo do Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Segundo o Decreto-Lei 49.106 de 7 de Julho de 1969, o ministro da Defesa Nacional era responsável pela coordenação e direção de todas as atividades fundamentais de preparação e condução da defesa militar e da defesa civil, competindo-lhe dar diretivas para a realização da política de defesa militar; aprovar os planos de operações; aprovar os planos de forças; atribuir os meios humanos, decidir sobre os programas de armamento e equipamento; repetir as verbas atribuídas à defesa de acordo com o plano de forças e promover a gestão financeira e coordenar os projetos dos orçamentos militares e aprovar os não incluídos no Orçamento Geral do Estado.

[Aquisição ou Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.



[Âmbito ou Conteúdo]

O fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional é constituído por documentação relativa a cerimónias, comemorações, visitas, processos de disciplina e justiça, condecorações, desporto, relações com o Conselho Superior Militar, com o Conselho de Ministros, com o Conselho Superior de Defesa Nacional e Conselho Aeronáutico; assuntos do Gabinete nomeadamente ordens de serviço, correspondência, pessoal, despesas, pareceres jurídicos, legislação e informações da PIDE; relações com o Ministério do Exército, Ministério da Marinha e Secretaria de Estado da Aeronáutica; exercícios e manobras NATO; segurança externa e interna; embaixadas e relações com os adidos; planos gerais de defesa; organização de pessoal a nível do Exército metropolitano e da Aeronáutica; orçamentos suplementares de defesa e extraordinários.

[Sistema de Organização]

Após análise do fundo identificaram-se 4 classificadores originais relativos ao período de 1953 a 1959, de 1960 a 1963, de 1964 a 1969 e de 1970 a 1974, e que foram objeto de estudo por forma a constituírem-se 57 séries documentais. Os processos foram ordenados por ordem cronológica e dentro desta pelo seu nº original. O classificador final, fruto da conjugação dos 4 classificadores originais, ficou constituído da seguinte forma:

- SR. 1 – Protocolo, 1951 - 1973
- SR. 2 – Visitas de Entidades Estrangeiras a Portugal, 1951 - 1973
- SR. 3 – Visitas de entidades portuguesas ao Estrangeiro, 1950 - 1973
- SR. 4 – Deslocamento de entidades portuguesas em Portugal e colónias, 1953 - 1973
- SR. 5 – Assuntos pessoais do ministro e chefe do Gabinete, 1951 – 1973
- SR. 6 – Cartas e requerimentos, 1951 – 1974
- SR. 7 – Processos confidenciais, 1963 - 1974
- SR. 8 - Assuntos do Gabinete, 1950 - 1974
- SR. 9 – Cerimónias e homenagens, 1957 – 1973
- SR. 10 – Cumprimentos e agradecimentos ao ministro, 1951 – 1973
- SR. 11 - Biblioteca, 1956 – 1972
- SR. 12 - Ordens de Serviço do SGDN, 1952 – 1972
- SR. 13 – Pessoal do Gabinete, 1952 – 1973
- SR. 14 – Despesas do Gabinete, 1951 - 1966
- SR. 15 – Imóveis, 1951 - 1970
- SR. 16 – Legislação preparada na Defesa Nacional, 1951 – 1973
- SR. 17 - Despachos e determinações, 1951 - 1973
- SR. 18 - Pareceres do Auditor da Defesa, 1959 - 1974
- SR. 19 – Informações e Relatórios, 1951 – 1973
 - SSR. 1 - Boletins de informação da Direção dos Serviços de Censura
 - SSR. 2 - Relatórios de escuta da Emissora Nacional
 - SSR. 3 – Relações com a Imprensa, Rádio e TV
- SR. 20 – Correspondência com Organismos Nacionais, 1950 – 1973
 - SSR. 1 - Presidência do Conselho
 - SSR. 2 - Conselho Superior de Defesa Nacional
 - SSR. 3 – Junta de Energia Nuclear
- SR. 21 – Correspondência com o Ministério do Exército, 1944 - 1972
 - SSR. 1 - Circulares do Ministério do Exército
- SR. 22 – Correspondência com a Aeronáutica / Força Aérea, 1951 – 1973
 - SSR. 1 - Circulares da Direção do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea
- SR. 23 – Correspondência com outros Ministérios, 1950 - 1974
 - SSR. 1 – Ministério das Finanças
 - SSR. 2 – Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - SSR. 3 – Ministério da Economia



- SSR. 4 – Outros Ministérios
- SR. 24 – Correspondência com outros Organismos, 1951 - 1973
 - SSR. 1 – Legião Portuguesa
 - SSR. 2 – Cruz Vermelha Portuguesa
 - SSR. 3 – Liga dos Combatentes da Grande Guerra
 - SSR. 4 – Movimento Nacional Feminino
 - SSR. 5 – Outros organismos oficiais
- SR. 25 – Embaixadas, adidos militares e corpo diplomático, 1951 - 1961
 - SSR. 1 – Adidos militares
 - SSR. 2 – Telegramas Recebidos e Expedidos para as Embaixadas
- SR. 26 – MAAG (Military Assistance Advisory Group), 1951 – 1961
 - SSR. 1 - Conferências do MAAG
- SR. 27 – Acordos e conferências internacionais, 1951 – 1975
 - SSR. 1 – Comissão Mista Luso-Alemã
 - SSR. 2 – Comissão Luso-Francesa
 - SSR. 3 – Polígono de Acústica Submarina dos Açores (PASA)
 - SSR. 4 – Comissão de Explosivos
- SR. 28 - Acordo dos Açores, 1951 – 1973
- SR. 29 – Acordo Luso-Espanhol: defesa da Península Ibérica, 1950 – 1973
- SR. 30 – Pacto Atlântico, 1949 – 1973
 - SSR. 1 – Reunião do Conselho do Atlântico Norte
 - SSR. 2 - Programas Gerais
 - SSR. 3 – Comandos e Comissões NATO
 - SSR. 4 – Conferências NATO
 - SSR. 5 – Telegramas sobre o Pacto Atlântico
- SR. 31 – Negociações Luso-americanas, 1950 – 1960
- SR. 32 – Plano Suplementar de Defesa, 1950 – 1954
 - SSR.1 – Despesas suplementares de Defesa
- SR. 33 – Preparação dos Meios de Defesa, 1950 – 1966
 - SSR. 1 - Organização do Exército
 - SSR. 2 – Organização da Marinha
 - SSR. 3 – Organização da Aeronáutica
 - SSR. 4 – Exercícios e Manobras
 - SSR. 5 - Cartografia
- SR. 34 – Pessoal, 1950 – 1973
- SR. 35 – Justiça e disciplina, 1950 – 1973
 - SSR. 1 – Averiguações
- SR. 36 - Condecorações e louvores, 1952 - 1974
 - SSR. 1 - Cerimónias de imposição de condecorações
- SR. 37 – Cursos e estágios, 1950 – 1973
 - SSR. 1 - Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM)
 - SSR. 2 - Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN).
- SR. 38 – Educação Física e Desporto, 1951 – 1973
 - SSR. 1 - Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM)
- SR. 39 – Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA): 1959 – 1973
 - SSR. 1 – Ordens de Serviço dos SSFA
 - SSR. 2 – Circulares dos SSFA
- SR. 40 – Comunicações e Transportes, 1950 – 1970
- SR. 41 – Reconhecimento industrial: estudos e programas, 1951 – 1962
- SR. 42 – Material, 1951 – 1973



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SSR. 1 – Matérias-primas
- SSR. 2 – Assistência técnica
- SSR. 3 – Aquisição e transformação de material
- SR. 43 – Fornecimento de material disponível e de fabrico nacional, 1952 – 1962
 - SSR. 1 – OSP
 - SSR. 2 - Países NATO
 - SSR. 3 - Países não NATO
 - SSR. 4 - Entidades particulares
- SR. 44 - Fornecimentos do MDAP, 1953 – 1960
- SR. 45 - Fábricas produtoras de materiais militares, 1945 – 1974
 - SSR. 1 – Fábricas de Chelas - Moscavide
 - SSR. 2 – Fábrica de Braço de Prata
 - SSR. 3 – Fábrica do Bico
 - SSR. 4 – Fábrica de Barcarena
 - SSR. 5 – Sociedade Portuguesa Novembal
 - SSR. 6 - Fábricas de Pólvoras e Explosivos
 - SSR. 7 - Fábricas adaptáveis à produção de material militar
 - SSR. 8 - Paíóis
- SR. 46 – Campo de Tiro de Alcochete e Laboratório Balístico, 1954 – 1955
- SR. 47 – Programas gerais e orçamentos da Defesa, 1953 – 1974
 - SSR.1 - Programas e orçamentos normais
 - SSR.2 - Orçamentos suplementares de defesa
 - SSR.3 - FMEU e FDMU
 - SSR.4 – Despesas
- SR. 48 – Infraestruturas e servidões militares, 1952 - 1973
 - SSR. 1 – Infraestruturas da Aeronáutica
- SR. 49 - Segurança e Defesa Civil, 1950 – 1975
 - SSR. 1 – Segurança das Transmissões
- SR. 50 - Defesa de África, 1951 – 1969
 - SSR. - Defesa do baixo curso do Zaire
- SR. 51 - Defesa da Índia, 1954 – 1963
 - SSR. 1 – Oferecimentos
 - SSR. 2 – Comando-Chefe
 - SSR. 3 – Organização e operações
 - SSR. 4 – Inspeções às unidades
 - SSR. 5 – Informações e Relatórios
 - SSR. 6 – Boletins de informação do Comando-Chefe
 - SSR. 7 - Imprensa
 - SSR. 7 – Correspondência
- SR. 52 - Ação Psicológica e contrassubversão, 1969
- SR. 53 - Informações, 1951 – 1971
- SR. 54 – Correspondência expedida, 1951 – 1973
- SR. 55 - Telegramas, 1952 – 1974
- SR. 56 - Verbetes, 1953 – 1973
- SR. 57 – SIGUE – Sociedade de Investimentos da Guiné, 1960 - 1965

[Condições de Acesso]

Documentação desclassificada por Despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma]



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Contém documentos em português, inglês, francês, alemão, espanhol, chinês e italiano.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver o fundo do SGDN (PT/ADN/SGDN) e fundo do Gabinete do CEMGFA (PT/ADN/CEMGFA).

A partir de abril de 1974 os processos do ministro da Defesa Nacional passaram a ser tratados pelo CEMGFA, através do seu gabinete.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=5>



[FICHA DE COLEÇÃO]

PT/ADN/HD – General Humberto Delgado

[Datas de Produção]
1956 - 1957

[Dimensão e suporte]
3 pastas datilografadas com anotações manuscritas.

[História Biográfica]

O general Humberto Delgado (15-05-1906 - 13-02-1965) frequentou o Colégio Militar e a Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas. participou no movimento militar de 28 de maio de 1926 que derrubou a República Parlamentar e implantou a Ditadura militar que daria lugar em 1933 ao Estado Novo. Durante a Segunda Guerra Mundial, representou Portugal nos acordos secretos com o Governo inglês sobre a instalação das Bases Aliadas nos Açores. Em 1944 foi nomeado diretor do secretariado da Aeronáutica Civil. De 1947 a 1950 representou Portugal na Organização da Aviação Civil Internacional sediada em Montreal no Canadá e em 1952 foi nomeado adido militar na Embaixada de Portugal em Washington e membro do Comité dos Representantes Militares da NATO e posteriormente chefe da Missão Militar junto da NATO. Nomeado diretor-geral da aeronáutica Civil. Liderou o principal movimento de derrube do regime de Salazar através de eleições, conhecido pelo General Sem Medo.

[Funções, ocupações e atividade]
Chefe da Missão Militar a Washington.

[História custodial e arquivística]
Processos junto do arquivo do Gabinete do Ministro da Defesa (GABMIN).

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]
Transferido para o ADN em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]
Documentação sobre os Açores escrita pelo GEN Humberto Delgado, enquanto desempenhava funções de chefe da Missão Militar a Washington.

[Sistema de Organização]
Ordem original e cronológica.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=62190>



[FICHA DE COLEÇÃO]

PT/ADN/IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

[Datas de produção]

1979 - 2012

[Dimensão e suporte]

3501 documentos dos quais 3277 digitalizados em formato pdf e 224 fotografias em formato jpg.

[História custodial e arquivística]

A coleção de documentos do IEEI foi estruturada pelo CNC através da pesquisa e disponibilização das obras publicadas (tanto impressas como em versão eletrónica); recolha e disponibilização, quando possível, dos contributos que os investigadores do IEEI foram produzindo, tanto in house como no quadro de atividades desenvolvidas por outras instituições; textos e publicações existentes nos arquivos pessoais de antigos investigadores do IEEI e nos arquivos pessoais de Álvaro Vasconcelos; e sistematização dos grandes temas abordados pelo IEEI ao longo dos anos como, entre outros, normalização das relações político-militares, adesão à União e política europeia, política de segurança e defesa, relações bilaterais - Espanha, Brasil, Estados Unidos - PALOP e CPLP.

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]

Protocolo assinado entre a Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional e o Centro Nacional de Cultura para disponibilização do acervo do IEEI através do Portal IMDN e na base de dados do ADN em 09 de abril de 2019.

[Âmbito e conteúdo]

Acervo constituído por textos correspondentes a 35 anos de atividade do primeiro instituto civil português de estudos estratégicos e internacionais e que acompanham o essencial do debate português sobre política internacional, segurança e defesa nesse período. Estes textos foram publicados nas revistas do IEEI, *Estratégia-Revista de Estudos Internacionais* (1986 - 2009) e *Mundo em Português* (1999 - 2007), em publicações como os *Cadernos do Lumiar* (1994 - 2002) e os *Lumiar Briefs* (2008 - 2009) e em livros editados pelo IEEI ou por instituições parceiras no quadro de projetos de cooperação. Foram também tratados os textos de conferências, seminários, relatórios de projetos e artigos de opinião publicados no site do IEEI. Entre livros e coletâneas foram tratados livros, coordenados por Álvaro de Vasconcelos, nomeadamente *A Integração Aberta - Um projecto da União Europeia e do Mercosul* (1995); *Além do Comércio - Ampliar as relações Europa-Mercosul* (1997) *Regular e democratizar o sistema global-Uma parceria para o século XXI* (1999); *Valores da Europa: Identidade e Legitimidade* (1999); *Portugal, a European Story* (1999), coeditado por Álvaro de Vasconcelos e Maria João Seabra; *O novo multilateralismo: Perspectiva da União Europeia e do Mercosul* (2001), coordenado por Álvaro Vasconcelos e Alexandra Barahona de Brito; *The European Union, Mercosul and the New World Order* (2003), coeditado por Álvaro de Vasconcelos e Hélio Jaguaribe; *José Calvet de Magalhães, Humanismo Tranquilo* (2003), editado por Álvaro de Vasconcelos; *Conversas com José Calvet de Magalhães: Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa* (2005) de Álvaro de Vasconcelos; *Guia do Cidadão Europeu* (2005), coordenado e editado por Noémia Pizarro e Pedro Courela; *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional* (2005), coordenado por Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira e Rita Pais; *Os desafios das relações Europa-África: uma agenda de prioridades* (2005), coordenado por Álvaro Vasconcelos; *Diplomacia, Cooperação e Negócios: O Papel dos Actores Externos em Angola e Moçambique* (2006), coordenado por Fernando Jorge Cardoso; *Situations of Fragility. Challenges for an European Response Strategy* (2007); *An Open Europe in*



a Multipolar World (2007) de Álvaro Vasconcelos; e A Europa e África num Mundo Multipolar (2008), coordenado por Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira e Rita Pais. A nível de Conferências, nomeadamente as edições da Conferência Internacional de Lisboa (CIL), iniciadas em 1983, foram tratados artigos dos anos 1988 a 2007. Foi tratado um conjunto de textos da EuroMeSCo (dezembro de 2001 a junho de 2009) período em que o IEEI era coordenador da rede. Entre seminários, fóruns, relatórios, textos de opinião e outros, encontram-se, ainda, documentos das comunicações realizadas no âmbito dos grupos de trabalho “Coesão Social e Luta Contra a Pobreza”, “Ambiente e Desenvolvimento Sustentado”, “Direitos do Homem e Justiça” e “Migrações e Cidadania” do Fórum Viver a Europa de 2004 e textos no âmbito do Congresso Portugal e o Futuro da Europa, do Projeto Futuro Europa. Foram ainda contemplados “papers” de diversos seminários realizados em 2007 no âmbito do I Debate Nacional sobre o Futuro da Europa e o II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa. Das Cimeiras entre 2004-2005 surgem artigos de opinião nomeadamente os relativos à “Carta da América”. No âmbito do Observatório das Relações União Europeia-América Latina, projeto “Escolher a Europa”. Estão também contemplados documentos sobre os relatórios relacionados com a segurança de Timor-Leste e o seu contexto regional. Ainda relativamente às questões de Timor, as relações com a Indonésia e as políticas de cooperação triangular Timor-Indonésia-União Europeia, nomeadamente respeitante às medidas de confiança mútua, foram organizadas quatro conferências - “EU-INA Conferences”. A primeira teve lugar em Haia (Holanda), a segunda no Royal Institute of International Affairs em Londres (Inglaterra), a terceira em Bogor (Indonésia) e a quarta em Lisboa (Portugal).

[Sistema de organização]

A inclusão do acervo do IEEI no Portal IMDN foi possível através da integração das descrições e respetiva associação das imagens digitais aos registos descritivos, na Base de Dados do Arquivo da Defesa Nacional (ADN). O processo de inventariação e descrição bem como o processo de digitalização deste acervo é da inteira responsabilidade do CNC. Ao ADN coube a orientação arquivística, definição dos códigos de referência a atribuir aos documentos descritos e a importação de dados e imagens para a Base de Dados do ADN e divulgação no Portal IMDN.

Foram constituídas 12 séries temáticas:

- SR. 1 - Transições democráticas
- SR. 2 - Relações político-militares
- SR. 3 - Adesão à Europa e política europeia
- SR. 4 - Processos de integração
- SR. 5 - Segurança e defesa
- SR. 6 - Ordem Internacional e Multilateralismo
- SR. 7 - Política de Cooperação,
- SR. 8 - Política mediterrânea
- SR. 9 - Relações com a Espanha
- SR. 10 - Relações com o Brasil
- SR. 11 - Relações com os EUA
- SR. 12 - Relações com os países africanos, Timor e Macau

[Idioma e escrita]

Português, espanhol, inglês e francês

[Existência e localização de cópias]

Imagens digitalizadas em PDF para divulgação online associadas aos registos descritivos.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=36332>



[FICHA DE FUNDO / SUBFUNDO]

PT/ADN/IUM/ECG – Espólio Costa Gomes

[Datas de produção]

1959 – 1999

[Dimensões e suporte]

1 caixa com 24 processos e documentos datilografados e manuscritos.

[História biográfica]

Francisco da Costa Gomes nasceu a 30 de junho de 1914 e faleceu a 31 de julho de 2001. Frequentou o Colégio Militar de 1925 a 1931. Alistou-se em 1931, escolhendo a arma de Cavalaria, tendo sido colocado no Regimento de Cavalaria 9. Foi promovido a alferes em 1935 e iniciou a sua prestação de serviço na Guarda Nacional Republicana. Entre 1945 e 1946 prestou serviço no quartel-general do Supremo Comando Aliado do Atlântico, em Norfolk, nos Estados Unidos. De 1949 a 1951 exerceu as funções de subchefe e chefe do Estado-Maior da província de Macau. Desempenhou o cargo de subsecretário de Estado do Exército, em 1958. Exerceu as funções de docente no Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares entre 1962 e 1965, como brigadeiro. Exerceu as funções de 2.º comandante da Região Militar de Moçambique a partir de 1965, onde se manteve quatro anos. Em 1970, exerceu as funções de comandante da Região Militar de Angola. De 12 de Setembro de 1972 a 30 de setembro de 1974, exerceu o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. 15º Presidente da República Portuguesa e 2º após o 25 de Abril.

[Funções, ocupações e atividades]

Subsecretário de Estado do Exército, 2º Comandante da Região Militar de Moçambique, Comandante da Região Militar de Angola, Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e Presidente da República.

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]

Doação do EMGFA ao IUM. Protocolo entre o IUM e o ADN para disponibilização on-line da coleção.

[Âmbito e conteúdo]

Documentação que reflete a vida militar do marechal Costa Gomes, enquanto desempenhou as funções de subchefe e chefe do Estado-Maior de Macau, subsecretário de Estado do Exército, Comandante Militar de Moçambique, Comandante Chefe das Forças Armadas de Angola e CEMGFA.

[Sistema de Organização]

Espólio composto por 24 documentos, ordenados cronologicamente.

[Idioma e escrita]

Português, inglês e francês.

[Existência e localização de originais]

Espólio à guarda do IUM, em depósito na Biblioteca e com exposição fixa, na Hemeroteca, de alguns dos documentos mais significativos.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=62160>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/LVMR – Lar de Veteranos Militares de Runa

[Título paralelo]

Lar de Inválidos Militares de Runa (1965-1995).

Antigo Asilo de Inválidos Militares de Runa (1827-1965) ou Hospital Real de inválidos Militares de Runa

[Datas de produção]

1873 – 1995

[Dimensões e suporte]

56 unidades de instalação (nº 1 - 56) com 980 processos individuais.

[História administrativa]

Tem a sua origem no Real Asilo de Runa (1827-1965), também designado Real Hospital de Inválidos Militares de Runa, e Lar de Veteranos Militares (1965-1995) na dependência dos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA), atual Centro de Apoio Social de Runa (1995-0000) na dependência do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA). Construído pela princesa do Brasil, D^a. Maria Francisca Benedita, irmã e nora de D. Maria I, que fundou o asilo para albergar os veteranos da Campanha do Rossilhão (1793-1795) e da Guerra Peninsular (1807-1814) e em homenagem ao seu marido que morreu 1788. O edifício do Asilo foi projetado pelo arquiteto José da Costa e Silva e inaugurado em 25 de julho de 1827 com a entrada de 16 veteranos militares, a quem a princesa serviu a primeira refeição na inauguração do edifício.

[Fonte de transferência]

Transferência dos processos individuais para o ADN em julho de 2024.

[Âmbito e conteúdo]

Fundo composto por processos individuais de ex-combatentes das campanhas de África e da I Guerra Mundial e que estiveram albergados no Asilo, livros de registos do Hospital Real de Inválidos Militares e livros de óbito do Asilo e do Lar de Inválidos Militares.

[Sistema de organização]

Composto por 3 séries:

SR.1 - Processos Individuais de ex-combatentes - Processos organizados por registo de entrada. As fichas individuais e as cadernetas militares foram integradas no processo respetivo. As datas extremas referem-se às datas de nascimento e falecimento dos titulares dos processos.

SR. 2 - Livros de registo do Hospital Real de inválidos Militares

SR. 3 - Livros de Óbitos do Asilo e Lar de Veteranos Militares

[Condições de acesso]

Processos individuais acessíveis desde que tenham passado 30 anos sobre a data do falecimento do titular ou, no caso dessa data ser desconhecida, 40 anos sobre a data do documento (cf. RGPD).

[Idioma]

Português

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=132442>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/SGDN - Secretariado Geral da Defesa Nacional

[Datas de produção]

1914 - 1981

[Dimensão e suporte]

Fundo composto por 4 secções, 739 séries, 2.673 unidades de instalação e 14.791 processos.

[História administrativa]

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 37.909, de 1 de agosto de 1950, como órgão de estudo e de trabalho do Ministro da Defesa Nacional, tendo sido fixadas as suas organização e atribuições pelo Decreto-Lei nº 37.955, de 9 de setembro de 1950. O Decreto-Lei nº 41.883, de 27 de setembro de 1958, deu nova redação os artigos 4º, 5º, 6º e 14º do Decreto-Lei nº 37.955, que fixou a organização e atribuições do SGDN, uma vez que convinha introduzirem-se na sua orgânica as alterações resultantes da constituição da Força Aérea em ramo independente das Forças Armadas. Em 1960, o Decreto-Lei nº 43.077, de 18 de julho, atualizou a organização e atribuições do SGDN estabelecidas pelos Decreto-Lei nº 37.955, de 9 de setembro de 1950, Decreto-Lei nº 38.520, de 23 de novembro de 1951, Decreto-Lei nº 39.069, de 31 de dezembro de 1952, Decreto-Lei nº 41.883, de 27 de setembro de 1958, retificado no Diário do Governo nº 220, 1ª Série, de 10 de outubro de 1958, e Decreto-Lei nº 42.559, de 3 de outubro de 1959.

Em conformidade com as diretivas do Ministro da Defesa Nacional, competia ao SGDN transmitir e executar as instruções do Ministro relativas à coordenação da atividade dos departamentos do Exército, Marinha e Aeronáutica; estabelecer a coordenação técnico-militar entre a GNR, PSP e Guarda Fiscal e o departamento da Defesa Nacional ao nível da uniformização do armamento, do emprego tático e outros que se relacionassem com a defesa interna da nação; estudar os altos problemas da Defesa Nacional, em especial a política militar da nação, programas gerais e anuais de armamento e equipamento, programas gerais de preparação militar, organização da defesa civil, convenções internacionais de carácter militar, determinação das zonas onde, por interesse da defesa nacional, deviam ser observadas restrições temporárias ao direito de propriedade e colaboração entre os departamentos civis e militares para o apetrechamento defensivo do país e à eficiência dos meios de defesa; elaborar estudos para a coordenação dos orçamentos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica e do orçamento da defesa civil, entre outras despesas da competência do Ministro da Defesa Nacional; exercer as funções de secretaria do Conselho Superior de Defesa Nacional e do Conselho Superior Militar; registar as decisões tomadas pelos conselhos citados e comunicá-las aos Ministérios interessados e dar-lhes execução. Eram também atribuições do SGDN, estudar os problemas relativos à preparação geral da defesa militar em todo território nacional; estabelecer acordos de colaboração ou de coordenação para a organização da defesa terrestre, naval e aérea e da defesa civil; estudar as medidas de coordenação necessárias à obtenção do apoio logístico unificado aos 3 ramos das forças armadas, bem como a definição da política fabril militar e a orientação das atividades dos estabelecimentos fabris militares e sua cooperação com a indústria privada; tomar a seu cargo a mobilização e defesa dos estabelecimentos fabris militares, da indústria privada que produza ou fosse adaptável ao fabrico de armamento, munições ou explosivos e do pessoal científico e técnico utilizável em trabalhos de investigação ou de produção de grande interesse para a defesa nacional. O SGDN era consultado obrigatoriamente para o estudo e elaboração dos planos de redes rodoviárias e ferroviárias, dos planos de aeródromos, dos planos de plantação de maciços florestais, de grandes obras fluviais e de obras de construção ou de transformação dos portos.

Em 1960, o SGDN era composto por 3 repartições, uma Secretaria, o Conselho Administrativo, Centro de Transmissões, Registo e Biblioteca. À 1ª Repartição competia estudar todos os assuntos relativos a operações militares, nomeadamente planos de defesa, projetos de operações, planeamento geral de



manobras, orientação e inspeção da defesa civil e de defesa aérea do território e os problemas militares das telecomunicações de âmbito nacional e internacional que fossem de interesse para a defesa nacional. À 2ª Repartição competia superintender nos assuntos relativos às informações militares principalmente nos relacionados com a contraespionagem e com a segurança interna e externa da nação; emitir parecer sobre questões relativas a convenções militares; organizar e manter em funcionamento serviços de informações estratégicas; manter as relações com os adidos militares, navais e aéreos, com os restantes oficiais em missão militar de serviço no estrangeiro e com os adidos militares ou missões militares estrangeiras em Portugal e coordenadas pelo Secretariado da Defesa; manter as relações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e estudar, os assuntos de natureza diplomática que se relacionem ou interessem à defesa da nação; estudar os problemas relativos aos serviços de cifra e segurança dos documentos classificados, nacionais ou oriundos de organizações internacionais, e os problemas relativos às atribuições da Comissão Interministerial de Segurança, elaborar as diretivas técnicas e fiscalizar o seu cumprimento. A 3ª Repartição tinha como competência os assuntos de armamento e equipamento, os problemas relacionados com as servidões de carácter militar e com as de carácter civil de interesse para a defesa nacional e o equipamento defensivo do território; elaborar e manter atualizada a estatística dos estabelecimentos fabris do Estado e da indústria privada que produzem ou sejam adaptáveis ao fabrico de armas e munições ou explosivos; manter atualizados os elementos estatísticos relativos às necessidades das forças armadas; colaborar nos estudos relativos à mobilização dos transportes e mão-de-obra, em caso de guerra ou de grave emergência; preparar os estudos para a coordenação dos orçamentos militares e de defesa civil e repartição de verbas globais; preparar o estudo para a coordenação do apoio logístico, às forças armadas e definição da política fabril militar.

A Secretaria tratava dos assuntos respeitantes ao pessoal em serviço no SGDN, recebia, registava e expedia a correspondência; registava as condecorações conferidas pelo Ministro da Defesa Nacional a estrangeiros. O Conselho Administrativo superintendia, sob orientação do CEMGFA, em todos os atos de administração do SGDN e dirigia a Biblioteca. O Centro de Transmissões encaminhava, processava, cifrava, distribuía e arquivava todas as mensagens enviadas pelo Gabinete do Ministro da Defesa Nacional e pelo SGDN ou a eles destinados. O Registo arquivava a documentação e a correspondência sujeitas a condições especiais de segurança.

Segundo o quadro orgânico inicial o SGDN era composto por 65 efetivos, dos quais 30 oficiais do Exército, 7 oficiais da Armada, 5 da Força Aérea e 23 oficiais oriundos de qualquer ramo das forças armadas.

Em 1969, por determinação do Decreto-lei 49.106, de 7 de julho, o SGDN foi remodelado dando origem ao Estado-Maior General das Forças Armadas e ao órgão de serviços destinados à administração conjunta das forças armadas.

Em 1974, com a Revolução de 25 de Abril, o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) foi extinto, pela Lei nº 1/74, de 25 de Abril de 1974, pela qual todos os poderes eram exercidos pela Junta de Salvação Nacional. O art.º 1º do Decreto-Lei nº 203/74, de 15 de Maio, estabelece a orgânica do Governo Provisório, constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros sem pasta e por Ministros de várias pastas, entre eles o da Defesa Nacional. O art.º 3º refere-se às competências do Ministro da Defesa Nacional.

[Fonte imediata de aquisição ou transferência]

Transferido para o ADN (no CME - Paço de Arcos) em junho de 2008.

[Âmbito e conteúdo]

Fundo constituído por documentação com forte incidência na temática da defesa nacional e com muito interesse para a história política de Portugal e ex-colónias dos anos 50 a 70 do século XX. Destaque para as operações militares, documentos NATO, informações sobre a situação político-social nomeadamente perintreps, supintreps e sitreps, e informações, entre outros e relativos à NATO. As informações de carácter financeiro bem como os processos relativos aos orçamentos privativos das Forças Armadas, com incidência nos ultramarinos são bastantes numerosos, dado que a preparação e execução dos orçamentos militares do Exército, da Marinha e Aeronáutica e do orçamento da defesa civil eram coordenados pelo ministro da



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

Defesa Nacional, que repartia pelos departamentos respetivos as verbas atribuídas a despesas com a defesa nacional. Contém também informações relativas à participação de Portugal na NATO e sobre armamento e equipamento utilizado pelas Forças Armadas.

[Sistema de organização]

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional é constituído pelas seguintes secções:

1ª Repartição (1ª REP); 2ª Repartição (2ª REP); 3ª Repartição (3ª REP); Secretaria (SEC); Conselho Administrativo (CA); Centro de Transmissões; Registo; e Biblioteca.

Encontram-se organizadas a 1ª Repartição relativa às operações, a 2ª repartição relativa às informações destacando-se pela temática da guerra colonial, a 3ª repartição relativa ao Armamento e Equipamento e a CCAU – Comissão Coordenadora dos assuntos do Ultramar.

[Condições de acesso]

Documentação desclassificada por Despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma e escrita]

Documentos em português, inglês, francês, alemão, espanhol, italiano, turco e línguas africanas.

[Unidades de descrição relacionadas]

Após o 25 de Abril de 1974, grande parte dos processos do SGDN foram herdados e continuados pelo EMGFA, através das suas Repartições e Divisões.

Para a documentação do SGDN, ver fundos relacionados nomeadamente Gabinete do Ministro da Defesa Nacional [PT/ADN/GABMIN], Gabinete do CEMGFA [PT/ADN/CEMGFA], SIPFA [PT/ADN/SIPFA].

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=6>

[Ficha de secção]

PT/ADN/SGDN/1REP

Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 1ª Repartição - Operações

[Datas de Produção]

1949 - 1981

[Dimensões]

Secção constituída por 180 séries compostas por 752 unidades de instalação e 3.281 processos.

[História Administrativa]

EM 1960, o SGDN era composto por 3 repartições, uma Secretaria, o Conselho Administrativo, Centro de Transmissões, Registo e Biblioteca. À 1ª Repartição competia estudar todos os assuntos relativos a operações militares, nomeadamente planos de defesa, projetos de operações, planeamento geral de manobras, orientação e inspeção da defesa civil e de defesa aérea do território e os problemas militares das telecomunicações de âmbito nacional e internacional que fossem de interesse para a Defesa Nacional.

[Âmbito e Conteúdo]

Secção constituída por documentação relativa às operações militares e à documentação da NATO, com destaque para os assuntos do SGDN e da 1ª Repartição, disposições legais e de serviço respeitantes às Forças Armadas, funcionamento dos diversos órgãos NATO, estatísticas, cartografia e fotografia e reuniões dos conselhos; acordos, informações e segurança relativos aos problemas de ordem política e diplomática, acordos militares e informações de ordem estratégica ou outras que interessassem à segurança; Organização Militar e Civil que engloba os problemas de organização internacional e nacional, abrangendo o campo político ou diplomático e o militar e civil. Inclui ainda todos



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

os problemas relativos à organização civil em tempo de guerra tratados pelos respetivos organismos da NATO; Planos, Operações e Revisões Gerais e Particulares de Planeamento nomeadamente os assuntos relativos ao planeamento operacional da defesa, nos seus variados aspetos, tanto no campo internacional como no campo nacional. Inclui também problemas relativos a operações militares, reconhecimentos e estudos de natureza estratégica e revisões gerais e particulares de planeamento; instrução que engloba os assuntos relativos à preparação das forças a nível de instrução, manobras e exercícios; assuntos de pessoal sobre o recrutamento e mobilização militar e civil e problemas relativos a pessoal com exceção dos de ordem logística e documentação do Gabinete de Ação Psicológica; logística que aborda assuntos como administração, emprego e funcionamento dos abastecimentos, evacuações e hospitalizações, transportes e outras atividades específicas dos serviços e problemas de standardização; assuntos de comunicações e meteorologia e Infraestruturas e equipamento sobre as infraestruturas como portos, aeródromos, etc. e problemas de equipamento do território e das forças armadas. Por fim as séries de correspondência composta por informações, ofícios e telegramas/mensagens expedidos.

[Sistema de Organização]

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional é constituído pelas seguintes secções:

1ª Repartição (1ª REP); 2ª Repartição (2ª REP); 3ª Repartição (3ª REP); Secretaria (SEC); Conselho Administrativo (CA); Centro de Transmissões; Registo; e Biblioteca.

A organização da 1ª Repartição permitiu formar 180 séries arquivísticas, cujos processos foram na sua maior parte organizados de acordo com o classificador original e ordenados pelo nº de ordem original ou por ordem cronológica.

O classificador ficou ordenado da seguinte forma:

SC. 01 - 1ª REPARTIÇÃO DO SGDN:

000 - Diversos

SR. 1 – Diversos, 1951 - 1978

SR. 2 – Visitas, 1954 – 1973

SR. 3 – Publicações e Estudos, 1951 – 1976

SSR. 1 – Publicações do Ministério da Marinha

SSR. 2 – Estatísticas

SR. 4 – Assuntos internos do SGDN, 1951 – 1977

SR. 5 – Assuntos internos da 1ª repartição do SGDN, 1954 - 1975

SR. 6 – Disposições legais e de serviço relativas às Forças armadas, 1952 - 1976

SR. 7 – Bandas e Fanfarras, 1959 - 1970

SR. 8 – Serviços sociais e Assistência Religiosa, 1960 - 1969

SR. 9 – Representação do Departamento da Defesa Nacional junto dos organismos civis, 1955 - 1960

SR. 10 – Funcionamento dos órgãos NATO, 1954 - 1976

SSR. 1 – Relatórios de Atividades do Secretário-geral

SR. 11 – Conselho do Pacto, 1959 - 1976

SR. 12 – Agendas do Conselho do Pacto, 1960 - 1974

SR. 13 – Relatórios e atas das reuniões do Conselho do Pacto, 1952 - 1975

SR. 14 – Relatórios e atas das reuniões ministeriais no Conselho do Pacto, 1961 - 1977

SR. 15 – Reuniões do Conselho do Pacto, 1954 – 1974

SR. 16 – Reuniões ministeriais no Conselho do Pacto, 1960 – 1976

SR. 17 – Comissão Militar, 1953 – 1978

SR. 18 – Atas e relatórios dos comandantes supremos no Conselho Militar, 1954 – 1976

SR. 19 – Atas e relatórios do Conselho Militar em sessão permanente, 1953 – 1978

SR. 20 – Reunião da Comissão Militar, 1952 – 1976

SR. 21 – Standing Group. Estado Maior Internacional da Comissão Militar, 1968 – 1978

SSR. 1 – Estado Maior Internacional

SR. 22 – Ordens do SHAPE, 1953 – 1972

SR. 23 – Missão do SHAPE em Portugal, 1953 – 1965

SR. 24 – Pessoal do SACEUR, 1953 – 1973

SR. 25 – SACLANT, 1957 – 1972

SR. 26 – Conferências dos parlamentares, 1959 – 1966

SR. 27 – Cartografia Nacional, 1951 – 1979

SR. 28 – Cartografia NATO, 1955 – 1979

SR. 29 – Relatórios cartográficos normalizados NATO, 1960 – 1978



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 30 – Diretiva cartográfica do SHAPE, 1959 – 1970
SR. 31 – Reuniões da Comissão de Cartas do SHAPE, 1954 – 1974
SR. 32 – Reuniões sobre cartografia do AFCENT, 1954 – 1977
SR. 33 – Conferência geográfica da NATO, 1970 – 1973
SR. 34 – Cartografia com interesse para as forças terrestres, aéreas e navais, 1951 – 1970
 SSR. 1 – Cartografia das Forças Terrestres
 SSR. 2 – Cartografia das Forças Aéreas
SR. 35 – Documentação geográfica militar, 1955 – 1973
SR. 36 – Reuniões de Conselho, 1950 – 1969
100 – Acordos, Convenções, Informações E Segurança
SR. 37 – Convenções no âmbito da NATO, 1953 – 1959
SR. 38 – Acordo luso-belga para a defesa da foz do Zaire, 1950 – 1958
SR. 39 – Defesa das rotas marítimas da África Austral, 1956 – 1959
SR. 40 – Relações com a RAS, 1968 – 1974
SR. 41 – Convenções militares de Portugal com outros países, 1967 – 1977
SR. 42 – Defesa da África Austral, 1970 – 1974
SR. 43 – Desarmamento, 1960 – 1976
SR. 44 – Informações sobre o Bloco Soviético, 1953 – 1977
 SSR. 1 – Medidas de Controlo da Expansão Marítima Soviética no Atlântico
SR. 45 – Informações dos nossos representantes no estrangeiro, 1953 – 1977
SR. 46 – Informações estratégicas para a Defesa Nacional, 1957 – 1977
SR. 47 – Segurança, 1952 – 1976
200 – Organização Militar e Civil
SR. 48 – Organização militar nacional, 1952 – 1963
SR. 49 – Organização de Comandos, 1951 – 1976
SR. 50 – Organização NATO, 1952 – 1978
SR. 51 – Organização dos Comandos NATO, 1951 – 1975
SR. 52 – Serviço militar nos países NATO, 1952 – 1976
SR. 53 – Organização da alta estrutura militar da NATO, 1956 – 1976
SR. 54 – Organização civil em tempo de guerra, 1952 – 1974
SR. 55 – Organizações estrangeiras, 1955 – 1977
300 – Planos, Operações e Revisões Gerais e Particulares de Planeamento
SR. 56 – Problemas navais e aeronavais, 1952 – 1976
SR. 57 – Problemas aéreos. comissão de coordenação do espaço aéreo, 1955 – 1975
SR. 58 – Planeamento de defesa do território nacional, 1949 – 1976
SR. 59 – Planeamento de defesa do continente, 1944 – 1974
SR. 60 – Planeamento de defesa das ilhas, 1952 – 1976
SR. 61 – Planeamento de defesa do ultramar. Geral, 1954 – 1975
SR. 63 – Planeamento de defesa de Angola, 1953 – 1981
SR. 64 – Cartas de comando e Gabinete Militar de Angola, 1959 – 1975
SR. 65 – Atas do Conselho de Defesa Militar de Angola, 1959 – 1974
SR. 66 – Atas das reuniões de Comando de Angola, 1966 – 1974
SR. 67 – Atas do Conselho Geral e Executivo de Contrassubversão em Angola, 1968 – 1974
SR. 68 – Reforços para Angola, 1960 – 1975
SR. 69 – Diretivas para Angola, 1961 – 1975
SR. 70 – Quadros orgânicos de Angola, 1965 – 1975
SR. 71 – Notas do Gabinete Militar de Angola, 1965 – 1969
SR. 72 – Ordens de serviço do Comando–Chefe de Angola, 1964 – 1974
SR. 73 – Atividade operacional de Angola, 1963 – 1974
SR. 74 – Defesa terrestre de Angola, 1959 – 1974
SR. 75 – Relatórios de defesa terrestre de Angola, 1968 – 1975
SR. 76 – Defesa naval de Angola, 1960 – 1974
SR. 77 – Defesa aérea de Angola, 1962 – 1974
SR. 78 – Defesas especiais de Angola, 1960 – 1974
SR. 79 – Planeamento da defesa de Moçambique, 1958 – 1975



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 80 – Cartas de comando e Gabinete Militar de Moçambique, 1960 – 1975
- SR. 81 – Atas das reuniões de Comando de Moçambique, 1965 – 1970
- SR. 82 – Atas do Conselho de Defesa Militar de Moçambique, 1968 – 1974
- SR. 83 – Reforços para Moçambique, 1964 – 1975
- SR. 84 – Diretivas para Moçambique, 1965 – 1974
- SR. 85 – Quadros orgânicos de Moçambique, 1965 – 1975
- SR. 86 – Defesa terrestre de Moçambique, 1958 – 1974
- SR. 87 – Relatórios de defesa terrestre de Moçambique, 1959 – 1975
- SR. 88 – Defesa naval de Moçambique, 1957 – 1975
- SR. 89 – Defesa aérea de Moçambique, 1960 – 1975
- SR. 90 – Defesas especiais de Moçambique, 1960 – 1974
- SR. 91 – Planeamento da defesa de Cabo Verde, 1960 – 1976
- SR. 92 – Planeamento da defesa da Guiné, 1953 – 1975
- SR. 93 – Cartas de comando e Gabinete Militar da Guiné, 1957 – 1974
- SR. 94 – Cooperação aeroterrestre na Guiné, 1960 – 1973
- SR. 95 – Atas de reuniões de comandos da Guiné, 1963 – 1971
- SR. 96 – Atas das reuniões de informações do Centro de Coordenação de Informação da Guiné, 1966 – 1967
- SR. 97 – Reforços para a Guiné, 1961 – 1974
- SR. 98 – Diretivas da Guiné, 1963 – 1973
- SR. 99 – Quadros orgânicos da Guiné, 1969 – 1974
- SR. 100 – Ordens de serviço da Guiné, 1962 – 1974
- SR. 101 – Atividade operacional na Guiné, 1968 – 1974
- SR. 102 – Defesa terrestre da Guiné, 1959 – 1975
- SR. 103 – Relatórios de defesa terrestre da Guiné, 1963 – 1974
- SR. 104 – Defesa naval de Guiné, 1960 – 1974
- SR. 105 – Defesa aérea de Guiné, 1963 – 1974
- SR. 106 – Planeamento da defesa de S. Tomé e Príncipe, 1960 – 1975
- SR. 107 – Planeamento da defesa da Índia, 1954 – 1971
- SR. 108 – Invasão dos territórios do Estado Português da Índia, 1961 – 1965
- SR. 109 – Planeamento da defesa de Macau, 1962 – 1979
- SR. 110 – Planeamento da defesa de Timor, 1959 – 1976
- SR. 111 – Normas de execução permanente de Timor, 1965
- SR. 112 – Planeamento da defesa da Península Ibérica, 1952 – 1968
- SR. 113 – Planeamento da Defesa da NATO, 1954 – 1977
- SR. 114 – Planeamento NATO das Forças Mínimas Necessárias e Disponíveis, 1952 – 1977
- SR. 115 – Planeamento da Defesa NATO. Medidas de Alerta, 1953 – 1978
- SR. 116 – Defesa Aérea NATO, 1954 – 1974
- SR. 117 – Conceito Estratégico de Defesa NATO, 1956 – 1975
- SR. 118 – Planos de Defesa NATO a Longo Prazo, 1960 – 1974
- SR. 119 – Planos de Defesa NATO, 1961 – 1980
- SR. 120 – Integração de Mísseis Balísticos de Médio Alcance (MRBM) na NATO. Força Nuclear NATO, 1969 – 1968
- SR. 121 – Planeamento da Defesa do SACEUR, 1952 – 1973
- SR. 122 – Forças para o SACEUR, 1952 – 1972
- SR. 123 – Planeamento da Defesa do SACLANT, 1952 – 1976
- SR. 124 – Planos de Emergência dos Comandos NATO, 1953 – 1976
- SR. 125 – Problemas Resultantes da Atitude da França na NATO, 1966 - 1972
- SR. 126 – Operações NATO, 1956 – 1970
- SR. 127 – Pacto de Varsóvia, 1968 – 1974
- SR. 128 – Crise da Checoslováquia, 1968 – 1977
- SR. 129 – MBFR - Grupo de Trabalho para o Equilíbrio e Redução de Forças, 1969 – 1975
- SR. 130 – Estudo dos Problemas de Defesa da Aliança para os Anos 70, 1970 – 1973
- SR. 131 – Reunião do Conselho para o Estudo dos Problemas de Defesa da Aliança para os Anos 70, 1970 – 1974
- SR. 132 – Revisões de Planeamento da NATO, 1952 – 1961
- SR. 133 – Revisões Anuais e Trienais de Planeamento da NATO, 1961 – 1977
- SR. 134 – Avaliação das Necessidades e Possibilidades de Defesa da NATO, 1955 – 1957



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 135 – Negócios Cíveis da NATO. Governo Militar, 1958 – 1965
400 - Instrução
SR. 136 – Diretivas de Instrução das Forças Armadas, 1952 – 1972
SR. 137 – Instrução e Preparação ABQ, 1951- 1966
SR. 138 – Missões, estágios e Cursos no estrangeiro, 1952 – 1976
SR. 139 – Estabelecimentos de Ensino Militar Nacionais, 1952 – 1967
SR. 140 – Colégio de Defesa NATO, 1952 – 1969
SR. 141 – Pesquisas Antissubmarinas e Oceanografia, 1964 – 1972
SR. 142 – Instrução das Forças Armadas, 1952- 1972
SR. 143 – Manobras, Exercícios e Missões Nacionais, 1951 – 1965
SR. 144 – Exercícios NATO. Assuntos Gerais, 1955 – 1978
SR. 145 – Normas para a Preparação de Exercícios NATO, 1952 – 1971
SR. 146 – Exercícios Terrestres NATO
SR. 147 – Exercícios Navais e Aeronavais NATO, 1950 – 1972
SR. 148 – Exercícios Aéreos NATO, 1955 – 1968
SR. 149 – Conferência de Treino NATO, 1957 – 1979
SR. 150 – Exercícios SACEUR, 1954 – 1972
SR. 151 – Exercícios SACLANT, 1959 – 1976
SR. 152 – Exercícios Navais e Aeronavais do SACLANT, 1959 – 1980
SR. 153 – Exercícios de outras Nações, 1954 – 1965
SR. 154 – Doutrina Militar, 1953 – 1968
500 - Pessoal
SR. 155 – Pessoal, 1952 - 1974
SR. 156 – Condecorações e Louvores do Ultramar, 1961 – 1970
SR. 157 – Gabinete de Ação Psicológica, 1963 – 1975
600 - Logística
SR. 158 – Logística, 1952 – 1967
SR. 159 – Estandardização, 1951 – 1973
700 – Comunicações e Meteorologia
SR. 160 – Comunicações de Relação NATO, 1953 – 1970
SR. 161 – Agência de Linhas a Grande Distância – ALLA, 1955 – 1979
SR. 162 – Reuniões e Atas da ELLA/ALLA, 1952 – 1981
SR. 163 – Estudos da ELLA/ALLA, 1953 – 1976
SR. 164 – Compêndio ELLA/ALLA, 1963 – 1978
SR. 165 – ENCA / ANCA – Agência de Comunicações Navais, 1960 – 1978
SR. 166 – Comunicações de Transportes, 1960 – 1978
SR. 167 – Comissão de Estudos dos Transportes Interiores de Superfície na Europa – PBEIST, 1953 – 1969
SR. 168 – PBEIST. Via Rodoviária, 1953 – 1972
SR. 169 – PBEIST. Via Férrea, 1953 – 1971
SR. 170 – PBEIST. Via Navegável, 1953 – 1971
SR. 171 – PBEIST. Portos e Praias, 1954 – 1972
SR. 172 – PBEIST. Transporte a Granel de Produtos de Petróleo – Bipol, 1953 – 1972
SR. 173 – Comissão de estudos da Aviação Civil NATO, 1956 – 1967
SR. 174 – Comissão de Planeamento de Navegação Mercante Oceânica – PBOS, 1955 - 1971
SR. 175 – Organização e Planeamento Meteorológico NATO, 1950 – 1979
800 – Infraestruturas e Equipamento
SR. 176 – Infraestruturas
SR. 177 – Equipamento
900 - Correspondência
SR. 178 – Informações
SR. 179 – Correspondência Expedida
SR. 180 – Telegramas e Mensagens



[Idioma]

Contém documentos em português, inglês, francês, italiano, espanhol e alemão e línguas africanas como o maconde, macuameto, suahili, ajua e nianja.

[Unidades Relacionadas]

Após a extinção do SGDN, em abril de 1974, muitos dos processos desta repartição foram herdados e continuados pelas Divisões do EMGFA.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=9>

[Ficha de secção]

PT ADN/SGDN/2REP

Secretariado-Geral da Defesa Nacional. 2ª Repartição - Informações

[Datas de Produção]

1939 - 1974

[Dimensões]

Secção constituída por 293 séries compostas por 974 unidades de instalação e 6245 processos e 184 copiadores de correspondência.

[História Administrativa]

EM 1960, o SGDN era composto por 3 repartições, uma Secretaria, o Conselho Administrativo, Centro de Transmissões, Registo e Biblioteca. À 2ª Repartição do SGDN competia superintender nos assuntos relativos às informações militares principalmente nos relacionados com a contraespionagem e com a segurança interna e externa da nação; emitir parecer sobre questões relativas a convenções militares; organizar e manter em funcionamento serviços de informações estratégicas; manter as relações com os adidos militares, navais e aéreos, com os restantes oficiais em missão militar de serviço no estrangeiro e com os adidos militares ou missões militares estrangeiras em Portugal e coordenadas pelo Secretariado da Defesa; manter as relações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e estudar, os assuntos de natureza diplomática que se relacionem ou interessem à defesa da nação; estudar os problemas relativos aos serviços de cifra e segurança dos documentos classificados, nacionais ou oriundos de organizações internacionais, e os problemas relativos às atribuições da Comissão Interministerial de Segurança, elaborar as diretivas técnicas e fiscalizar o seu cumprimento.

[Âmbito e Conteúdo]

Fundo constituído por processos relativos às informações militares no período da guerra do ultramar e processos NATO, com destaque para os Serviços de Informações Militares, correspondência com os ministérios e adidos militares, informações transmitidas por diversos informadores, relatórios de informações dos comandos militares de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Timor e Macau, nos quais se incluem PERINTREPS, INTSUM, INTREPS, SUPINTREPS, SITREPS, estudos de situação, reuniões de comandos e dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), informações sobre os movimentos de libertação e sobre a situação política e militar internacional em geral e dos países africanos em particular.

[Sistema de organização]

O Secretariado-Geral da Defesa Nacional é constituído pelas seguintes secções:

1ª Repartição (1ª REP); 2ª Repartição (2ª REP); 3ª Repartição (3ª REP); Secretaria (SEC); Conselho Administrativo (CA); Centro de Transmissões; Registo; e Biblioteca.

A 2ª REP utilizou 2 classificadores, os quais nunca foram encontrados, e que vigoraram em simultâneo nos anos de 1966 a 1968. Muitos documentos estavam por classificar integrados em processos sob o título Pendentes e diversos assuntos encontravam-se repetidos em cada classificador ou classificados de forma diferente. Também a falta de títulos nos processos, que continham apenas o nº de classificação não facilitou a recuperação dos classificadores originais. Esta situação implicou um estudo profundo dos 2 classificadores e a classificação dos não classificados, de modo a criar um classificador geral e uniforme que permitisse a organização dos processos e o levantamento de séries documentais.



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

A organização da 2ª Repartição permitiu formar 293 séries arquivísticas, cujos processos foram na sua maior parte organizados de acordo com o classificador original e ordenados pela ordem original ou por ordem cronológica.

O classificador ficou ordenado da seguinte forma:

- Sr. 1 - Assuntos da 2ª Repartição
- Sr. 2 - Publicações
- Sr. 3 - Serviços de Informações Militares
- Sr. 4 - Correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Sr. 5 - Correspondência com o Ministério do Ultramar
- Sr. 6 - Grupo de Trabalho do Ministério do Ultramar para a Coordenação de Transportes na Região Centro e Sul de África
- Sr. 7 - Adidos Militares e Missões Diplomáticas
- Sr. 8 - Adido Militar em Madrid
- Sr. 9 - Adido Militar em Londres
- Sr. 10 - Adido Militar em Washington
- Sr. 11 - Adidos Militares no Rio De Janeiro
- Sr. 12 - Adidos Militares em Paris
- Sr. 13 - Adidos Militares em Bona
- Sr. 14 - Adidos Militares em Pretória
- Sr. 15 - Adidos Militares em Salisbury (Rodésia)
- Sr. 16 - Adidos Militares Estrangeiros em Portugal
- Sr. 17 - Informações da PIDE
- Sr. 18 - Informações Sobre Política Africana
- Sr. 19 - Informações entre Espanha e Portugal
- Sr. 20 - Informações entre França e Portugal
- Sr. 21 - Informações Sobre Atividades Comunistas
- Sr. 22 - Informações Sobre o Bloco Soviético
- Sr. 23 - Subcomité NATO para a Política Económica Soviética
- Sr. 24 - Marinha Mercante e Militar Soviética
- Sr. 25 - Operações de Vigilância de Navios Soviéticos
- Sr. 26 - Informações sobre Atividades Económicas e Financeiras
- Sr. 27 - Cerimónias, Convites e Felicitações
- Sr. 28 - Visitas de Entidades Estrangeiras
- Sr. 29 - Visitas de Entidades Nacionais
- Sr. 30 - Informações sobre Efetivos Militares
- Sr. 31 - Condecorações e Oferecimentos
- Sr. 32 - Pessoal NATO
- Sr. 33 - Instrução e Formação
- Sr. 34 - Acordos Internacionais
- Sr. 35 - Acordos NATO
- Sr. 36 - Conselho do Atlântico Norte
- Sr. 37 - Atas do Conselho Permanente NATO
- Sr. 38 - Comité Político do Atlântico Norte
- Sr. 39 - Comité Militar do Atlântico Norte
- Sr. 40 - Reuniões e Conferências NATO
- Sr. 41 - Relatórios do SHAPE
- Sr. 42 - Informações do SHAPE
- Sr. 43 - Informações do SACEUR
- Sr. 44 - Relatórios e Informações do SACLANT
- Sr. 45 - Informações dos Grandes Comandos para o Grupo Permanente NATO
- Sr. 46 - Reuniões do Conselho da NATO
- Sr. 47 - Grupos de Trabalho e Comités NATO
- Sr. 48 - Informações do ACEREP
- Sr. 49 - Informações do NADEX
- Sr. 50 - Informações do Centro de Situação NATO
- Sr. 51 - Comité de Informação e Relações Culturais NATO



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- Sr. 52 - Agência de Uniformização Militar NATO (MAS)
- Sr. 53 - Stanags e Publicações NATO
- Sr. 54 - Exercícios NATO
- Sr. 55 - Missão Militar e Representações NATO
- Sr. 56 - Mensagens NATO
- Sr. 57 - Transportes
- Sr. 58 - Pedidos de Sobrevoos e Aterragem/
- Sr. 59 - Autorizações de Sobrevoos e Aterragem
- Sr. 60 - Pedidos de Filmes e Fotografias Aéreas
- Sr. 61 - Segurança NATO
- Sr. 62 - Segurança do Pessoal e das Instalações
- Sr. 63 - Inspeções de Segurança
- Sr. 64 - Autoridade Nacional de Segurança (ANS)
- Sr. 65 - Segurança das Indústrias
- Sr. 66 - Informações sobre Indústrias
- Sr. 67 - Grupo de Trabalho sobre Propriedade Industrial
- Sr. 68 - Relatórios de Situação no Ultramar Português
- Sr. 69 - Boletins Informativos da 2ª Repartição do SGDN
- Sr. 70 - Resumo Mensal da Situação do Inimigo nos Teatros de Operações Ultramarinas
- Sr. 71 - Cabo Verde
- Sr. 72 - Perintreps de Cabo Verde
- Sr. 73 - Relatórios de Informação de Cabo Verde
- Sr. 74 - Guiné
- Sr. 75 - Ordens e Normas do Comando da Guiné
- Sr. 76 - Pedidos de Pesquisa e Relatórios de Notícias da Guiné
- Sr. 77 - Estudo de Informações da Guiné, Cabo Verde, Timor e Macau
- Sr. 78 - Diretivas do Comando Chefe da Guiné
- Sr. 79 - Reuniões do Centro de Coordenação de Informações da Guiné
- Sr. 80 - Boletins de Informações do Centro de Coordenação de Informações da Guiné
- Sr. 81 - Intsum. Sumários de Informações do Gabinete Militar da Guiné
- Sr. 82 - Intreps. Relatórios de Informações da Guiné
- Sr. 83 - Perintreps do CTIG e CCFA da Guiné
- Sr. 84 - Perintreps do Comando de Defesa Marítima da Guiné
- Sr. 85 - Resumos de Operações da Guiné
- Sr. 86 - Relatórios Diários da Situação Sociopolítica da Guiné
- Sr. 87 - Relatórios Semanais de Atividades Navais da Guiné
- Sr. 88 - Supintreps da Guiné
- Sr. 89 - Relatórios de Ação Psicológica da Guiné
- Sr. 90 - Ação Psicológica da Guiné
- Sr. 91 - Sitreps do CCFA da Guiné
- Sr. 92 - Sitreps do Comando da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (COMZAVERDE Guiné)
- Sr. 93 - Sitreps do Comando de Defesa Marítima da Guiné
- Sr. 94 - Sitreps Circunstanciados do CTIG e CCFA da Guiné
- Sr. 95 - Sitreps Circunstanciados do Comando Avançado Operacional (CAOP) Teixeira Pinto da Guiné
- Sr. 96 - Sitreps Circunstanciados do Comando da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (COMZAVERDE Guiné)
- Sr. 97 - Reuniões de Comando da Guiné
- Sr. 98 - Perintransrep da CHERET sobre a Guiné
- Sr. 99 - Relatórios de Notícias da CHERET sobre a Guiné
- Sr. 100 - Atividade do Inimigo na Guiné
- Sr. 101 - Material Capturado na Guiné
- Sr. 102 - Pessoal da Guiné
- Sr. 103 - Vigilância Aérea e Marítima na Guiné
- Sr. 104 - Incidentes de Fronteira na Guiné
- Sr. 105 - Refugiados da Guiné
- Sr. 106 - PAIGC
- Sr. 107 - FIING



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- Sr.108 - Transmissões e Escutas Rádio da Guiné
- Sr.109 - Relações com os Países Vizinhos da Guiné
- Sr.110 - S. Tomé e Príncipe
- Sr.111 - Angola
- Sr.112 - Visitas de Entidades Cíveis e Militares a Angola
- Sr.113 - Ordens e Normas do Comando de Angola
- Sr.114 - Informações da PIDE sobre Angola
- Sr.115 - Pedidos de Pesquisa e Relatórios de Notícias Sobre Angola
- Sr.116 - Estudos de Informações de Angola e S. Tomé E Príncipe
- Sr.117 - Notas Semanais do CCFAA
- Sr.118 - Relatórios Anuais da RMA / CCFAA
- Sr.119 - Relatórios Trimestrais do QG / RMA
- Sr.120 - Relatórios Periódicos de Informações da RMA
- Sr.121 - Supintreps de Angola
- Sr.122 - Perintreps da RMA e CCFAA
- Sr.123 - Perintreps do Comando Naval de Angola
- Sr.124 - Sitreps do Comando Militar de Angola
- Sr.125 - Sitreps do Comando Marítimo de Angola
- Sr.126 - Sitreps da 2ª Região Aérea - Angola
- Sr.127 - Sitreps Circunstanciados da RMA /CCFAA
- Sr.128 - Sitreps Circunstanciados do Comando Naval de Angola
- Sr.129 - Sitreps Circunstanciados da 2ª Região Aérea - Angola
- Sr.130 - Reuniões de Conselho de Defesa Militar de Angola
- Sr.131 - Reuniões de Comando de Angola
- Sr.132 - Relatórios Periódicos da RMA
- Sr.133 - Relatórios Periódicos do CCFAA
- Sr. 134 - Relatórios Periódicos de Comando da 2ª Região Aérea
- Sr. 135 - Relatórios Periódicos de Comando do Comando Naval de Angola
- Sr.136 - Relatórios Especiais de Informações da RMA / CCFAA
- Sr.137 - Relatórios Especiais de Informações dos SCCIA
- Sr.138 - Relatórios de Situação dos SCCIA
- Sr.139 - Relatórios dos SCCIA sobre Atividade do Inimigo
- Sr.140 - Relatórios da CHERET sobre Angola
- Sr.141 - Caminhos de Ferro de Angola
- Sr.142 - Atividade do Inimigo em Angola
- Sr.143 - Atividade do Inimigo por Distritos em Angola
- Sr.144 - Ação dos Flechas em Angola
- Sr.145 - Operações em Angola
- Sr.146 - Material de Guerra do Inimigo em Angola
- Sr.147 - Reuniões do Conselho Provincial de Contrassubversão de Angola
- Sr.148 - Relatórios de Contrassubversão de Angola
- Sr.149 - Relatórios de Ação Psicológica da RMA
- Sr.150 - Relatórios de Contrainformação de Angola
- Sr.151 - Ação Psicológica e Contrassubversão em Angola
- Sr.152 - Prisioneiros, Desaparecidos e Desertores em Angola
- Sr.153 - Mapas Mensais de Baixas em Angola
- Sr.154 - Vigilância Aérea e Marítima em Angola
- Sr.155 - Apoios aos Movimentos Nacionalistas em Angola
- Sr.156 - Incidentes de Fronteira de Angola
- Sr. 157 - Refugiados de Angola
- Sr. 158 - Movimentos Políticos de Angola Sr. 159 - UPA
- Sr. 160 - GRAE
- Sr. 161- JMAE
- Sr. 162 - FNLA
- Sr. 163 - MPLA



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- Sr. 164 - UNITA
- Sr. 165 - ELNA
- Sr. 166 - Movimentos Religiosos em Angola
- Sr. 167 - Apoio das Organização Africanas em Angola
- Sr. 168 - Situação em Angola. Atitudes das Populações
- Sr. 169 - Moçambique
- Sr. 170 - Visitas de Entidades Cívicas e Militares e Moçambique
- Sr. 171 - Ordens e Normas do Comando de Moçambique
- Sr. 172 - Diretivas Operacionais de Moçambique
- Sr. 173 - Dados Estatísticos de Operações em Moçambique
- Sr. 174 - Informações da PIDE sobre Moçambique
- Sr. 175 - Relatórios de Situação Externa da PIDE Moçambique
- Sr. 176 - Pedidos de Pesquisa e Relatórios de Notícia sobre Moçambique
- Sr. 177 - Estudos de Informação sobre Moçambique
- Sr. 178 - Relatórios de Informações de Moçambique
- Sr. 179 - Supintreps da RMM
- Sr. 180 - Perintreps da RMM e CCFAM
- Sr. 181 - Perintreps do COMZIN e Comando Avançado de Nampula
- Sr. 182 - Perintreps do Comando Naval de Moçambique
- Sr. 183 - Perintreps da 3ª Região Aérea
- Sr. 184 - Perintreps da Polícia de Segurança Pública de Moçambique
- Sr. 185 - Sitreps do Comando Militar de Moçambique
- Sr. 186 - Sitreps da 3ª Região Aérea
- Sr. 187 - Sitreps do Comando Marítimo de Moçambique (COMAR)
- Sr. 188 - Sitreps da ZIN Moçambique
- Sr. 189 - Sitreps Circunstanciados do Comando em Lourenço Marques
- Sr. 190 - Sitreps Circunstanciados do Comando em Nampula
- Sr. 191 - Sitreps Circunstanciados da 3ª Região Aérea
- Sr. 192 - Sitreps Circunstanciados do Comando Naval de Moçambique
- Sr. 193 - Sitreps Circunstanciados do Comando da Defesa de Lourenço Marques
- Sr. 194 - Atas do Conselho de Defesa Militar de Moçambique
- Sr. 195 - Atas das Reuniões de Comandos de Moçambique
- Sr. 196 - Relatórios de Comando e Situação de Moçambique
- Sr. 197 - Resumos de Situação do Comando em Nampula
- Sr. 198 - Resumos de Situação do Comando em Lourenço Marques
- Sr. 199 - Relatórios de Comando da 3ª Região Aérea
- Sr. 200 - Relatórios de Situação dos SCCIM
- Sr. 201 - Relatórios de Informações dos SCCIM
- Sr. 202 - Relatórios de Notícias dos SCCIM
- Sr. 203 - Resenhas de Informações, Imprensa e Rádio dos SCCIM
- Sr. 204 - Boletins de Difusão de Informação dos SCCIM
- Sr. 205 - Atas das Reuniões dos SCCIM
- Sr. 206 - Atividade Operacional em Moçambique
- Sr. 207 - Material de Guerra Capturado em Moçambique
- Sr. 208 - Ação Psicológica e Contrassubversão em Moçambique
- Sr. 209 - Supintreps de Contrassubversão de Moçambique
- Sr. 210 - Contrainformação em Moçambique
- Sr. 211 - Baixas em Moçambique
- Sr. 212 - Ação Psicossocial em Moçambique
- Sr. 213 - Incidentes de Fronteira em Moçambique
- Sr. 214 - Refugiados de Moçambique
- Sr. 215 - Movimentos Políticos de Moçambique
- Sr. 216 - FRELIMO
- Sr. 217 - Bases da FRELIMO
- Sr. 218 - COREMO



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- Sr. 219 - Ligações Ao Malawi. Processo Eng^o Jorge Jardim.
- Sr. 220 - Atividades Religiosas em Moçambique
- Sr. 221 - Apoio de Organizações Africanas a Moçambique
- Sr. 222 - Situação dm Moçambique. Atitude das Populações
- Sr. 223 - Relações de Moçambique com Outros Países
- Sr. 224 - Movimento dos Navios Britânicos ao Largo da Beira
- Sr. 225 - Índia
- Sr. 226 - Macau
- Sr. 227 - Incidentes em Macau
- Sr. 228 - Perintreps de Macau
- Sr. 229 - Timor
- Sr. 230 - Perintreps de Timor
- Sr. 231 - Exercício ALCORA
- Sr. 232 - Resenhas de Imprensa e Circulares do MNE
- Sr. 233 - Imprensa e Rádio Estrangeira do MU
- Sr. 234 - Imprensa Ultramarina do MU
- Sr. 235 - Política Internacional e Posição de Portugal no Exterior do MU
- Sr. 236 - Situação Interna das Províncias Ultramarinas e Ação Exterior
- Sr. 237 - Boletins de Informação da PSP
- Sr. 238 - Relatórios de Contrassubversão do EME
- Sr. 239 - Resumo Diário de Notícias do EME
- Sr. 240 - Resumo e Boletim Mensal de Notícias do EME
- Sr. 241 - Relatórios Periódicos sobre a Situação no Ultramar do EME
- Sr. 242 - Boletins de Informação da Legião Portuguesa
- Sr. 243 - Relatórios Periódicos de Contrainformação do EMA
- Sr. 244 - Ação Psicológica e Subversão
- Sr. 245 - Estados Maiores Peninsulares
- Sr. 246 - Guerrilhas
- Sr. 247 - Influência Internacional em África
- Sr. 248 - Influência Comunista em África
- Sr. 249 - Comissão de Desarmamento da ONU
- Sr. 250 - Resoluções da ONU
- Sr. 251 - Conferências e Organizações Internacionais
- Sr. 252 - Luta Antiterrorismo nas Províncias Ultramarinas
- Sr. 253 - Situação Internacional
- Sr. 254 - Situação dos Países Africanos
- Sr. 255 - Situação no Norte de África
- Sr. 256 - Situação no Senegal
- Sr. 257 - Situação na República da Guiné
- Sr. 258 - Situação no Gana
- Sr. 259 - Situação na Nigéria
- Sr. 260 - Situação na República Popular do Congo (Brazza)
- Sr. 261 - Situação na República Democrática do Congo (Leo)
- Sr. 262 - Comentários Sobre a Situação Congoleza
- Sr. 263 - Situação na Zâmbia
- Sr. 264 - Situação na Rodésia
- Sr. 265 - Situação no Malawi
- Sr. 266 - Situação na África Do Sul
- Sr. 267 - Situação no Botsuana e Suazilândia
- Sr. 268 - Situação na Tanzânia
- Sr. 269 - Situação no Quénia
- Sr. 270 - Situação no Mali
- Sr. 271 - Situação no Médio Oriente
- Sr. 272 - Situação em Espanha
- Sr. 273 - Situação na Alemanha



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- Sr. 274 - Situação em França
- Sr. 275 - Situação na Grã-Bretanha
- Sr. 276 - Situação na Europa de Leste
- Sr. 277 - Situação na URSS
- Sr. 278 - Situação nos EUA
- Sr. 279 - Situação no Canadá
- Sr. 280 - Situação no Brasil
- Sr. 281 - Situação na China
- Sr. 282 - Situação da Indonésia, Malásia e Filipinas
- Sr. 283 - Situação no Vietname
- Sr. 284 - Situação na Austrália
- Sr. 285 - Sumula de Informações e Notícias
- Sr. 286 - Coletânea de Informações
- Sr. 287 - Coletânea de Notícias
- Sr. 288 - Copiador de Relatórios de Notícias e Pedidos de Pesquisa
- Sr. 289 - Informações
- Sr. 290 - Correspondência Expedida
- Sr. 291 - Correspondência da ANS
- Sr. 292 - Telegramas e Mensagens
- Sr. 293 - Telegramas e Mensagens NATO

[Idioma]

Contém documentos em português, francês, inglês, espanhol, mandarim e línguas africanas.

[Unidades Relacionadas]

Após a extinção do SGDN, em abril de 1974, muitos dos processos desta repartição foram herdados e continuados pelas Divisões do EMGFA.

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=10>



[Ficha de secção]

PT/ADN/SGDN/3REP – Secretariado Geral de Defesa Nacional. 3ª repartição (Armamento e Equipamento)

[Datas de produção]

1914 - 1976

[Dimensão e suporte]

Secção constituída por 265 séries, 968 unidades de instalação, 5.036 processos, dos quais 200 copiadores de informações e correspondência.

[História administrativa]

Em 1960, o SGDN era composto por 3 repartições, uma Secretaria, o Conselho Administrativo, Centro de Transmissões, Registo e Biblioteca. À 3ª Repartição competia os assuntos de armamento e equipamento, os problemas relacionados com as servidões de carácter militar e com as de carácter civil de interesse para a defesa nacional e o equipamento defensivo do território; elaborar e manter atualizada a estatística dos estabelecimentos fabris do Estado e da indústria privada que produzem ou sejam adaptáveis ao fabrico de armas e munições ou explosivos; manter atualizados os elementos estatísticos relativos às necessidades das forças armadas; colaborar nos estudos relativos à mobilização dos transportes e mão-de-obra, em caso de guerra ou de grave emergência; preparar os estudos para a coordenação dos orçamentos militares e de defesa civil e repartição de verbas globais; preparar o estudo para a coordenação do apoio logístico, às forças armadas e definição da política fabril militar.

[Âmbito e conteúdo]

Esta secção é constituída por processos relativos à representação de Portugal em organismos nacionais e da NATO, nomeadamente nos Comandos NATO do SHAPE e SACLAN, orçamentos nacionais para a defesa e da NATO, respostas dos países aliados à revisão anual NATO, reuniões dos Estados Maiores Nacionais, planos de defesa e mobilização de estabelecimentos fabris civis e militares e da respetiva mão-de-obra, planos e coordenação logística nacional, no ultramar, Península Ibérica e NATO, produção de defesa e grupos de trabalho no âmbito do armamento e equipamento das forças terrestres, navais e aéreas, armazenamento e reservas, reabastecimentos, transportes e serviços de saúde, serviços de manutenção e reparação NATO - NMSSA, infraestruturas nacionais e NATO em território nacional, material MDAP e de auxílio dos países aliados com destaque para o Canadá, produção de material de guerra e sua normalização através de diretivas da Agência NATO de Estandardização (MAS) e ofertas, procura e contratos de armamento e equipamento.

[Sistema de organização]

A 3ª Repartição do SGDN utilizou 2 classificadores, o primeiro dos quais foi recuperado através do levantamento dos processos do período de 1950 a 1956 e é baseado numa classificação alfabética, o segundo classificador utilizado a partir de 1956 utiliza um sistema alfanumérico cf. "Estudo dos procedimentos a adotar para arquivo, processamento e distribuição de documentos na 3ª Repartição do SGDN" [SGDN/3REP/003/0010/002].

O estudo destes 2 classificadores permitiu a organização dos processos e o estabelecimento de 265 séries arquivísticas, cujos processos foram na sua maior parte ordenados pelo nº de ordem original e/ou por ordem cronológica.

O classificador da 3ª Repartição ficou ordenado da seguinte forma:

- SR. 001 - Assuntos internos da 1ª repartição do SGDN
- SR. 002 - Assuntos internos da 2ª repartição do SGDN
- SR. 003 - Assuntos internos da 3ª repartição do SGDN
- SR. 004 - Organização da 3ª repartição do SGDN
- SR. 005 - Assuntos da 3ª repartição do SGDN sem classificação especial
- SR. 006 - Disposições legais, normas e estudos
- SR. 007 - Isenções Fiscais
- SR. 008 - Servidões militares
- SR. 009 - Representação em organismos nacionais
- SR. 010 - Conselho Superior das Industrias
- SR. 011 - Comissão de Planificação Industrial
- SR. 012 - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- SR. 013 - Comissão do Douro Internacional



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 014 - Representação na NATO
- SR. 015 - Segurança na NATO
- SR. 016 - Investigação operacional NATO
- SR. 017 - Grupo Industrial Consultivo da NATO - NIAG
- SR. 018 - Representação no Conselho NATO
- SR. 019 - Atas do Conselho do Atlântico Norte
- SR. 020 - AGARD
- SR. 021 - Comissão económica do Conselho do Atlântico Norte
- SR. 022 - Grupo Permanente NATO
- SR. 023 - Comissão Militar NATO
- SR. 024 - SHAPE
- SR. 025 - SACLANT
- SR. 026 - Comandos NATO
- SR. 027 - Visitas de entidades nacionais e estrangeiras
- SR. 028 - Orçamentos Militares Nacionais
- SR. 029 - Atas da Comissão de Orçamento Civil NATO
- SR. 030 - Comissão dos Orçamentos Militares NATO. Geral
- SR. 031 - Atas da Comissão dos Orçamentos Militares NATO
- SR. 032 - Orçamentos do Secretariado Internacional NATO
- SR. 033 - Orçamentos Militares NATO do BALTAP: COMBALTAP - COMAIRBALTAP - COMLANDJUT - COMNANBALTAP
- SR. 034 - Orçamentos Militares NATO do Colégio de Defesa
- SR. 035 - Orçamento do SHAPE. Geral
- SR. 036 - Orçamento SHAPE
- SR. 037 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento da 2ª e 4ª FATAAC
- SR. 038 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento da 5ª e 6ª FATAAC
- SR. 039 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do CENTAG
- SR. 040 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do HAFSE
- SR. 041 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do HALENE
- SR. 042 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do FACE
- SR. 043 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do HAFMED
- SR. 044 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do NAVNORCENT e NAVSOUTH
- SR. 045 - Orçamentos Militares SHAPE para o Canal da Mancha e Comandos
- SR. 046 - Orçamentos Militares SHAPE. Orçamento do LANDSOUTH
- SR. 047 - Orçamentos militares SACLANT
- SR. 048 - Orçamentos militares SACLANT. Orçamentos do COMBISCLANT, EASTLANT, ARIREASTLANT e WESTLANT
- SR. 049 - Orçamentos do Grupo Permanente (Standing Group)
- SR. 050 - Orçamentos do Grupo Permanente (Standing Group). Orçamentos AGARD
- SR. 051 - Comissão dos orçamentos internacionais. Orçamento para o MAS
- SR. 052 - Orçamento para o Secretariado Internacional da NATO
- SR. 053 - Despesas de Defesa NATO
- SR. 054 - Planos gerais de Defesa
- SR. 055 - Atas da Comissão de Revisão Anual NATO
- SR. 056 - Revisão Anual NATO
- SR. 057 - Revisão anual NATO. Resposta nacional ao planeamento de defesa
- SR. 058 - Revisão anual NATO. Resposta nacional
- SR. 059 - Revisão anual NATO. Resposta de outros países
- SR. 060 - Revisão anual NATO. Resposta dos EUA
- SR. 061 - Revisão anual NATO. Resposta da Dinamarca, Noruega e Islândia
- SR. 062 - Revisão anual NATO. Resposta do Canadá
- SR. 063 - Revisão anual NATO. Resposta da Alemanha
- SR. 064 - Revisão anual NATO. Resposta da Bélgica
- SR. 065 - Revisão anual NATO. Resposta da Inglaterra
- SR. 066 - Revisão anual NATO. Resposta da Itália
- SR. 067 - Estados Maiores Peninsulares
- SR. 068 - Planos de defesa para o ultramar



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 069 - Mobilização. Planos e estudos de Emergência no Domínio Civil.
- SR. 070 - Aprovisionamentos em tempo de guerra
- SR. 071 - Reabastecimento e agricultura
- SR. 072 - Mobilização dos Estabelecimentos Fabris Militares
- SR. 073 - Mobilização dos Estabelecimentos Fabris da Indústria Privada
- SR. 074 - Patentes de invenção
- SR. 075 - Mobilização. Defesa portuária
- SR. 076 - Comissão de Portos, Praias e Vias de Comunicação Navegáveis
- SR. 077 - Mobilização de mão de obra
- SR. 078 - Proteção civil
- SR. 079 - Planos de coordenação e diretivas de logística
- SR. 080 - Apoio Logístico à 3ª Divisão SHAPE
- SR. 081 - Logística em tempo de paz e em tempo de guerra
- SR. 082 - Plano de forças NATO
- SR. 083 - Estudos científicos a longo prazo NATO
- SR. 084 - Apoio logístico à aquisição de torpedos MARK 44
- SR. 085 - Planos de coordenação e diretivas de logística. Ultramar
- SR. 086 - Sistemas Logísticos da NATO
- SR. 087 - Sistemas Logísticos da Península Ibérica
- SR. 088 - Logística. Produção de Defesa
- SR. 089 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Grupos de Trabalho
- SR. 090 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Guerra de Superfície
- SR. 091 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Guerra Submarina
- SR. 092 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Guerra de Minas
- SR. 093 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Aeronáutica
- SR. 094 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Sistemas de Informação
- SR. 095 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Construção Naval
- SR. 096 - Produção de defesa. Armamento das forças navais. Comunicações
- SR. 097 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Veículos de serviço e combate
- SR. 098 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Armas de Infantaria
- SR. 099 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Artilharia
- SR. 100 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Defesa Aérea
- SR. 101 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Vigilância do Campo de Batalha
- SR. 102 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Defesa NBC
- SR. 103 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Telecomunicações
- SR. 104 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Engenharia
- SR. 105 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Aeromobilidade das Forças Terrestres
- SR. 106 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Logística
- SR. 107 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Meteorologia
- SR. 108 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Sistemas TAD
- SR. 109 - Produção de defesa. Armamento das forças terrestres. Sistemas Armas Anti Blindadas
- SR. 110 - Produção de defesa. Grupo consultivo NATO para as forças terrestres
- SR. 111 - Produção de defesa. Estudos relativos à mobilidade estratégica terrestre. Identificação de Submarinos
- SR. 112 - Produção de defesa. Estudos relativos à mobilidade estratégica terrestre. Pesquisa para a Defesa
- SR. 113 - Produção de defesa. Controlo de Qualidade
- SR. 114 - Produção de defesa. Projeto NAVY
- SR. 115 - Produção de defesa. Grupos de trabalho
- SR. 116 - Produção de defesa. Grupo de Trabalho Ad-hoc sobre proteção contra a guerra NBC
- SR. 117 - Produção de defesa. Grupos de Projetos
- SR. 118 - Produção de defesa. Centro de Pesquisas Antissubmarinas em La Spezia
- SR. 119 - Produção de defesa. Comissão de Produção de Armamento. Atas e relatórios
- SR. 120 - Produção de defesa. Comissão Coordenadora de Investigação para a Defesa. Atas e relatórios
- SR. 121 - Produção de defesa. Centro Técnico de Defesa Aérea SHAPE. Atas e relatórios
- SR. 122 - Produção de defesa. Comité Científico NATO. Atas e relatórios
- SR. 123 - Produção de defesa. Comissão de Produção de Armamento. Direitos de Propriedade



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 124 - Produção de defesa. Produção Coordenada de Armamento (MWDP)
- SR. 125 - Produção de defesa. Comissão Coordenadora de Armamento. Novas armas
- SR. 126 - Produção de defesa. Produção Coordenada de Armamento (MWDP). Grupos de Trabalho
- SR. 127 - Produção de defesa. Grupo de Trabalho Misto Ad-hoc sobre material infravermelho (visão noturna)
- SR. 128 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões
- SR. 129 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões. Grupo de trabalho sobre helicópteros
- SR. 130 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões. Comissão de Coordenação do Espaço Aéreo Europeu
- SR. 131 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões. Comissão Coordenadora da Aviação Civil
- SR. 132 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões. Grupo consultivo NATO para as forças aéreas
- SR. 133 - Produção de defesa. Problemas referentes a aviões. Comissão de diretores da investigação para a defesa
- SR. 134 - Produção de defesa. Artilharia e armas portáteis
- SR. 135 - Produção de defesa. Artilharia e armas portáteis. Fabrico de munições
- SR. 136 - Produção de defesa. Grupo técnico sobre utilização de uma atmosfera estandardizada para cálculos balísticos
- SR. 137 - Produção de defesa. Grupo de peritos sobre materiais e técnicas de fabrico de armas e munições
- SR. 138 - Produção de defesa. Grupo de técnicos sobre aspeto de segurança do transporte e armazenagem de munições e explosivos
- SR. 139 - Produção de defesa. Grupo técnico sobre Sistemas de Radar Conduta de Tiro
- SR. 140 - Produção de defesa. Viaturas de transporte e combate
- SR. 141 - Produção de defesa. Material eletrónico
- SR. 142 - Produção de defesa. Material eletrónico. Grupos de trabalho
- SR. 143 - Produção de defesa. Material eletrónico. Vigilância do campo de batalha
- SR. 144 - Produção de defesa. Material eletrónico. Peças soltas
- SR. 145 - Produção de defesa. Material eletrónico. Peças soltas. Grupos de trabalho
- SR. 146 - Produção de defesa. Material eletrónico. Peças soltas. Grupos Especiais
- SR. 147 - Produção de defesa. Material eletrónico. Peças soltas. Componentes eletrónicos
- SR. 148 - Produção de defesa. Material naval
- SR. 149 - Produção de defesa. Instrumentos Óticos
- SR. 150 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Grupos de Trabalho
- SR. 151 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Programa SIDEWINDER. Atas
- SR. 152 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Programa SIDEWINDER. Acordos e estatutos
- SR. 153 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Programa SIDEWINDER. Produção
- SR. 154 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Programa SIDEWINDER. Apoio logístico e inspeção
- SR. 155 - Produção de defesa. Projéteis autopropulsionados. Programa SIDEWINDER. Despesas
- SR. 156 - Logística. Armazenamento e Reservas
- SR. 157 - Logística. Armazenamento e Reservas de POL
- SR. 158 - Logística. Comissão de Estudo dos Produtos Petrolíferos
- SR. 159 - Logística. Armazenamento e Reservas Nucleares
- SR. 160 - Logística. Comissão de Combustíveis e Centrais Nucleares - CCNC
- SR. 161 - Logística. Reabastecimento. Normalização
- SR. 162 - Logística. Reabastecimento. Normalização de combustíveis e lubrificantes do Exército
- SR. 163 - Logística. Reabastecimento. Normalização de combustíveis e lubrificantes da Marinha
- SR. 164 - Logística. Reabastecimento. Normalização de combustíveis e lubrificantes da Aviação.
- SR. 165 - Logística. Reabastecimento. Problemas de normalização de óleos e combustíveis
- SR. 166 - Logística. Transportes
- SR. 167 - Logística. Serviço de Saúde
- SR. 168 - Logística. Serviço de Saúde. Assuntos Gerais
- SR. 169 - Logística. Serviço de Saúde. Reuniões e comunicações de ordem geral do Comité Médico
- SR. 170 - Logística. Serviço de Saúde. Comité Internacional de Medicina e de Farmácia Militares
- SR. 171 - Logística. Serviço de Saúde. Conferências médicas
- SR. 172 - Logística. Manutenção e recuperação de material. Sobressalentes
- SR. 173 - NMSSA - Sistema NATO dos Serviços de Manutenção e Reparação
- SR. 174 - NMSSA. Comissão de diretores
- SR. 175 - NMSSA. Comissão de diretores. Reuniões
- SR. 176 - NMSSA - Comissão de diretores. Agendas das reuniões
- SR. 177 - NMSSA - Comissão de diretores. Atas e decisões das reuniões



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 178 - NMSSA - Comissão de diretores. Diretivas
- SR. 179 - NMSSA - Comissão de diretores do NMS. Comissão Logística
- SR. 180 - NMSSA - Comissão de diretores. Comissão Financeira e Administrativa
- SR. 181 - NMSSA. Comissão de diretores conjunta: Logística e Financeira e Administrativa
- SR. 182 - NMSSA - Agência
- SR. 183 - NMSSA - Agência. Abastecimentos
- SR. 184 - NMSSA - Agência. Abastecimentos e apoio ao programa SIDEWINDER
- SR. 185 - MNSSA - Agência. Manutenção
- SR. 186 - MNSSA - Agência: Assuntos administrativos
- SR. 187 - MNSSA - Agência: Assuntos financeiros
- SR. 188 - NMSSA - Agência. Ofertas e pedidos de compra e venda
- SR. 189 - Infraestruturas Nacionais. Construções e edificações
- SR. 190 - Infraestruturas Nacionais. Fábricas de Explosivos
- SR. 191 - Infraestruturas Nacionais. Plano Diretor da Região de Lisboa
- SR. 192 - Infraestruturas Nacionais. Ligações ferroviárias
- SR. 193 - Infraestruturas Nacionais. Península de Troia
- SR. 194 - Infraestruturas Nacionais. Fotos aéreas do litoral
- SR. 195 - Infraestruturas NATO. Assuntos gerais
- SR. 196 - Infraestruturas NATO. Estudos e definição de necessidades
- SR. 197 - Infraestruturas NATO. Órgãos de estudo e trabalho
- SR. 198 - Infraestruturas NATO. Agendas da Comissão de Infraestruturas
- SR. 199 - Infraestruturas NATO. Atas da Comissão de Infraestruturas
- SR. 200 - Infraestruturas NATO. Relatórios de situação e atividades da Comissão de Infraestruturas
- SR. 201 - Infraestruturas NATO. Normas
- SR. 202 - Infraestruturas NATO. Normas para instalações de tiro e bombardeamentos
- SR. 203 - Infraestruturas NATO. Programas
- SR. 204 - Infraestruturas NATO. Programas SHAPE
- SR. 205 - Infraestruturas NATO. Programas SACLANT
- SR. 206 - Infraestruturas NATO. Execução dos programas, progresso e pagamento
- SR. 207 - Infraestruturas NATO. Atas da Comissão de Progresso e Pagamento
- SR. 208 - Infraestruturas NATO. Relatórios da Comissão de Progresso e Pagamento
- SR. 209 - Infraestruturas NATO. Receção de Trabalhos pela Comissão de Progresso e Pagamento
- SR. 210 - Infraestruturas NATO. Comissão Mista para Receção de Trabalhos de Infraestruturas Comuns
- SR. 211 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos pela Comissão de Progresso e Pagamento
- SR. 212 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos da Grécia
- SR. 213 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos da França
- SR. 214 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Alemanha
- SR. 215 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Itália
- SR. 216 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Holanda
- SR. 217 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Turquia
- SR. 218 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Bélgica
- SR. 219 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Inglaterra
- SR. 220 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos Dinamarca e Noruega
- SR. 221 - Infraestruturas NATO. Cativação de fundos do SHAPE
- SR. 222 - Infraestruturas NATO. Despesas e Pagamentos da Comissão de Progresso e Pagamento
- SR. 223 - Infraestruturas NATO. Instalações POL
- SR. 224 - Infraestruturas NATO. Questões e problemas das infraestruturas
- SR. 225 - Infraestruturas NATO em território português
- SR. 226 - Infraestruturas NATO em território português. Aeródromos
- SR. 227 - Infraestruturas NATO em território português. Estações LORAN
- SR. 228 - Infraestruturas NATO em território português. Depósito de munições da área de Lisboa
- SR. 229 - Infraestruturas NATO em território português. Depósito de munições da área de Lisboa. Marco do Grilo
- SR. 230 - Infraestruturas NATO em território português. Depósito POL NATO de Lisboa
- SR. 231 - Infraestruturas NATO em território português. Depósito de carburantes POL NATO em Ponta Delgada
- SR. 232 - Material MDAP: Programas de auxílio



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 233 - Material MDAP: Auxílio mútuo do Canadá
- SR. 234 - Material MDAP: Auxílio de países aliados
- SR. 235 - Material MDAP: Fornecimento e transporte
- SR. 236 - Material MDAP: Excedentes
- SR. 237 - Produção de material de guerra
- SR. 238 - Material: Planos e estudos de armamento e munições
- SR. 239 - Estudos de material para o Exército
- SR. 240 - Comissão de estudo para a adoção da metralhadora para as Forças Armadas
- SR. 241 Estudos de material para a Armada
- SR. 242 - Fabrico e transformação de material para o Exército
- SR. 243 - Fabrico e transformação de material para a Aeronáutica
- SR. 244 - Sistema NADGE de Defesa Aérea
- SR. 245 - Demonstração e experiências de material
- SR. 246 - Estandardização de material. Geral
- SR. 247 - Estandardização de material do Exército
- SR. 248 - Estandardização de material do Exército: Comissão Técnica sobre a Munição 7,62 mm
- SR. 249 - Estandardização de material da Marinha
- SR. 250 - Estandardização de material de Aeronáutica
- SR. 251 - Encomendas OSP
- SR. 252 - Oferta, procura e contratos de material
- SR. 253 - Oferta de material de entidades comerciais nacionais
- SR. 254 - Oferta de material de entidades comerciais estrangeiras
- SR. 255 - Oferta de material de entidades oficiais estrangeiras
- SR. 256 - Procura de material a entidades comerciais nacionais e estrangeiras
- SR. 257 - Procura de material a entidades oficiais nacionais
- SR. 258 - Procura de material a entidades oficiais estrangeiras
- SR. 259 - Receção, transporte e liquidação de despesas de material: agentes de embarque
- SR. 260 - Mapas e relatórios sobre a situação do material
- SR. 261 - Compra de viaturas para o Ultramar.
- SR. 262 - Diretores nacionais de armamento
- SR. 263 - Copiadores Informações
- SR. 264 - Copiadores de Ofícios
- SR. 265 - Copiadores de Mensagens

[Idioma e escrita]

Contém documentos em português, francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e turco.

[Unidades de descrição relacionadas]

Ver os inventários da 1ª e 2ª repartição do SGDN: [SGDN/1REP] e [SGDN/2REP]

Após a extinção do SGDN, em abril de 1974, muitos dos processos desta repartição foram herdados e continuados pelas Divisões do EMGFA, com destaque para a 4ª Divisão

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=23903>



[Ficha de secção]

PT/ADN/SGDN/CA – Conselho Administrativo

(em tratamento)

[Ficha de secção]

PT/ADN/SGDN/SAF – Serviço de Administração e Finanças

[Datas de produção]

1950 – 1975

[Dimensões e suporte]

78 cxs. com um total de 563 processos.

[Âmbito e conteúdo]

Contém processos relativos aos orçamentos das forças ultramarinas (OPFTU, OPFNU, OFMEU), orçamento suplementar de Defesa (OSD), orçamentos NATO, Fundo de Defesa Militar (FDM), abastecimentos, contratos e aquisição de material, pessoal e quadros orgânicos, assistência médica e sanitária, vencimentos, abonos, subvenções e pensões, assuntos administrativos e circulares do serviço.

[Sistema de organização]

Organizado em 58 séries, ordenadas por ordem, cronológica e ordem original:

SR. 1 - Planeamento financeiro

SR. 2 - Orçamentos privativos

SR. 3 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de Cabo Verde

SR. 4 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) da Guiné

SR. 5 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de São Tomé e Príncipe

SR. 6 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de Angola

SR. 7 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de Moçambique

SR. 8 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de Macau

SR. 9 - Orçamento Privativo das Forças Terrestres Ultramarinas (OPFTU) de Timor

SR. 10 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha (geral)

SR. 11 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de Cabo Verde

SR. 12 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha da Guiné

SR. 13 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de São Tomé

SR. 14 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de Angola

SR. 15 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de Moçambique

SR. 16 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de Macau

SR. 17 - Orçamento Privativo das Forças Navais Ultramarinas (OPFNU) para a Marinha de Timor

SR. 18 - Orçamento Privativo das Forças Aéreas Ultramarinas (OPFAU) para Cabo Verde

SR. 19 - Orçamento Privativo das Forças Aéreas Ultramarinas (OPFAU) para São Tomé e Príncipe

SR. 20 - Orçamento Privativo das Forças Aéreas Ultramarinas (OPFAU) para a Guiné

SR. 21 - Orçamento Privativo das Forças Aéreas Ultramarinas (OPFAU) para Angola

SR. 22 - Orçamento Privativo das Forças Aéreas Ultramarinas (OPFAU) para Moçambique

SR. 23 - Fundos privativos

SR. 24 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU), geral

SR. 25 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército

SR. 26 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército de Cabo Verde

SR. 27 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército da Guiné

SR. 28 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército de Angola

SR. 29 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército de Moçambique

SR. 30 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) do Exército de Timor



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 31 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) da Marinha (geral)
- SR. 32 - Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU) da Força Aérea
- SR. 33 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), geral
- SR. 34 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), reforços para Defesa Nacional
- SR. 35 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), reforços para o Exército
- SR. 36 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), reforços para a Marinha
- SR. 37 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), reforços para a Força Aérea
- SR. 38 - Orçamento Suplementar de Defesa (OSD), reforços para a NATO
- SR. 39 - Orçamentos NATO (geral)
- SR. 40 - Orçamentos NATO: questionários de Planeamento de Defesa (DPQ)
- SR. 41 - Orçamentos NATO: infraestruturas Comuns NATO
- SR. 42 - Orçamentos NATO: estatísticas (STAT)
- SR. 43 - Orçamentos NATO: manuais
- SR. 44 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para o Exército
- SR. 45 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para a Força Aérea
- SR. 46 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para contratos do Ultramar
- SR. 47 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para Cabo Verde, Guiné e Angola
- SR. 48 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para Moçambique
- SR. 49 - Fundo de Defesa Militar (FDM) para o Estado da Índia
- SR. 50 - Abastecimentos
- SR. 51 - Contratos e aquisição de material
- SR. 52 - Pessoal
- SR. 53 - Quadros orgânicos
- SR. 54 - Assistência médica e sanitária
- SR. 55 - Vencimentos
- SR. 56 - Abonos, subvenções e pensões
- SR. 57 - Assuntos administrativos
- Sr. 58 - Circulares do Serviço de Administração e Finanças do SGDN

[Idioma]

Português e inglês

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=132374>



[FICHA DE FUNDO]

PT/ADN/SIPFA - Serviço de Informação Pública das Forças Armadas

[Datas de Produção]

1958 - 1975

[Dimensões]

319 Unidades de instalação, 1800 processos, 53 copiadores de correspondência, 33 publicações, 99 boletins periódicos, 23 folhetos, 209 jornais e revistas, 88 positivos fotográficos p/b, 16 telefotos p/b, 52 fotogravuras p/b, 8 positivos fotográficos cor e 47 negativos fotográficos.

[História Administrativa]

A Secção de Informação Pública foi criada, em 1961 por despachos do ministro da Defesa Nacional de 1 de março e 21 de abril, a título provisório, na dependência da 2ª Repartição do SGDN. Tinha inicialmente a missão de orientar e controlar a divulgação de notícias de natureza militar, com o objetivo de auxiliar a formação e manutenção de uma opinião pública que facilitasse o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas e o controlo de forma a evitar a divulgação de notícias que fossem inconvenientes a nível psicológico e da segurança das operações militares.

O Serviço de Informação Pública, autonomizou-se devido ao volume de trabalho e desenvolveu-se devido à necessidade de impedir a difusão descontrolada de notícias sobre a ação das Forças Armadas, em especial no ultramar, de modo a evitar repercussões desfavoráveis na opinião pública. Por outro lado, este serviço prestava informações ao público, e em particular às famílias dos militares no ultramar, relativas ao estado de saúde dos militares, falta de notícias, subvenções e pensões de sangue e à chegada e partida de transportes. Tinha ainda a seu cargo a estatística nominal e numérica das baixas, registo de sepulturas, censura militar com vista à segurança operacional, desmentido de falsas notícias dadas pelo inimigo e contactos com a censura, imprensa, rádio e televisão através de reportagens sobre as atividades das Forças Armadas no ultramar.

Em 1971, através da NEP 1, o SIPFA era composto por um chefe que dirigia e coordenava o serviço, e por 5 secções: Secção de Estudos Gerais, Secção de Informação, Secção de Baixas, Secção de Fotografia e Cinema e Secção de Expediente e Arquivo.

Tinha como missão:

- a) Estudar e analisar a informação pública nacional e internacional nos aspetos político, económico, social e militar;
- b) Estudar as necessidades de informação pública ao nível nacional e promover as ações que facilitem a missão das forças armadas;
- c) Estudar, planear e impulsionar a informação e formação da opinião pública sobre as atividades das Forças Armadas garantindo a verificação dos resultados;
- d) Explorar as informações disponíveis através de adequada divulgação da informação pública, contrapropaganda ou visando efeitos de doutrinação;
- e) Manter ligação com os serviços afins e órgãos de informação públicos e privados para efeitos de coordenação e mútua colaboração;
- f) Superintender tecnicamente nos órgãos militares afins por forma a impulsionar a coordenação entre o departamento e os três ramos das forças armadas.

[Fonte de Transferência]

Transferido para o ADN (Paço de Arcos) em junho de 2008.



[Âmbito ou Conteúdo]

Este fundo é constituído por documentação produzida pelo SIPFA, nomeadamente normas de execução permanente, boletins e comunicados e notícias a difundir pelo serviço, planos de informação pública a nível da imprensa, rádio e televisão/cinema; relações com outras entidades e departamentos do Estado, caso dos ministérios, Movimento Nacional Feminino, Cruz Vermelha, Liga dos Combatentes e em especial com as Forças Armadas. A nível da política de informação destaque para as relações com a censura e faltas cometidas pelos órgãos de informação, relatórios de imprensa do SNI e do CITA, boletins do Serviço de Escuta da Legião Portuguesa, boletins de informação do Estado-Maior do Exército e reuniões do Conselho Coordenador de Informação Pública; escutas-rádio da Rádio Portugal Livre e Rádio Voz da Liberdade, comunicados do inimigo, atividade subversiva, propaganda e ação psicológica. Nos processos de política ultramarina, predominam a análise de imprensa e rádio das províncias ultramarinas (Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor e Macau), boletins informativos, comunicados e relatórios do ponto de vista militar e político, com destaque para os movimentos de libertação africanos, incidentes e violações de fronteiras com países vizinhos, política seguida e relações com os países vizinhos e desenvolvimento económico-social das províncias e contribuição das Forças Armadas. Neste âmbito, destaque para a documentação da Índia portuguesa com as emissões radiofónicas para os prisioneiros e relações de pessoal, prisioneiros e feridos das Forças Armadas da Índia. No âmbito do ultramar, surge um conjunto de processos com informação relevante sobre baixas, nomeadamente estatísticas e sitreps (relatórios de situação) da Guiné, Angola e Moçambique sobre mortos, feridos e desaparecidos; pedidos de informação sobre militares com situação não definida, relações de mortos e feridos, comunicação de falecimentos e feridos, relações de internamento nos hospitais militares e evacuação para a metrópole; processos de desaparecidos, prisioneiros e desertores e pensões e subvenções. Em termos internacionais, os processos existentes centram-se sobretudo nas relações de Portugal com a ONU, OUA, NATO, alianças e acordos militares, reuniões dos Estados-Maiores Peninsulares e relações com a Espanha e na análise da imprensa a nível das atividades militares, políticas e económicas dos países mediterrânicos; Europa (bloco ocidental e oriental) e relações leste-oeste; África com destaque para as relações com a República da África do Sul e Rodésia; Ásia e relações entre a URSS e a República Popular da China; Oceânia incluindo a Indonésia; América do Norte e suas relações com a URSS, China e Ocidente; América Central e do Sul com destaque para o Brasil. Contém ainda processos sobre visitas de jornalistas e altas entidades estrangeiras a Portugal e ao ultramar incluindo pedidos de autorização e transporte de tropas para o ultramar, incluindo movimentos de navios e aviões.

[Sistema de Organização]

Após análise do fundo, identificaram-se dois classificadores originais usados nos períodos de 1961 a 1973 e de 1973 a 1974. A partir do seu estudo, estabeleceram-se 63 séries documentais, cujos processos foram ordenados cronologicamente e dentro desta por ordem original de processo. O classificador final ficou constituído da seguinte forma:

SR. 1 – Estrutura do SIPFA, 1958 - 1974

SR. 2 – Planos de Informação Pública, 1961 – 1974

SSR. 1 – Imprensa

SSR. 2 – Televisão

SSR. 3 – Rádio

SSR. 4 – Mensagens de natal

SSR. 5 – Cinema e fotografia

SR. 3 – Boletins do SIPFA, 1964 - 1974

SR. 4 – NEPS do SIPFA, 1966 - 1972

SR. 5 – Relações com outras entidades, 1961 - 1974

SR. 6 – Forças armadas, 1961 - 1975

SSR. 1 – Vida militar

SSR. 2 – Organização de programas destinados às forças armadas do ultramar



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SSR. 3 – Reportagens sobre as forças armadas
- SR. 7 – Comunicados, discursos e visitas, 1961 – 1974
- SR. 8 – Acordos militares, 1966 – 1974
- SR. 9 – Cerimónias militares, 1964 – 1974
- SR. 10 – Política interna, 1963 – 1975
 - SSR. 1 – Notícias sobre a metrópole
 - SSR. 2 – Discursos e declarações políticas
- SR. 11 – Relações internacionais, 1963 – 1974
 - SSR. 1 – Relações Portugal – Brasil
 - SSR. 2 – Aliança com a Inglaterra
 - SSR. 3 – Portugal no estrangeiro
- SR. 12 – Portugal na ONU, 1961 – 1974
- SR. 13 – Portugal na OUA, 1963 – 1974
- SR. 14 – Política económica, 1971 – 1974
- SR. 15 – Política de informação, 1961 – 1974
- SR. 16 – Comunicados e notícias a difundir pelo SIPFA, 1961 – 1975
- SR. 17 – Faltas cometidas pela censura e órgãos de informação, 1966 – 1974
- SR. 18 – Relatórios de imprensa do SNI, 1961 – 1968
- SR. 19 – Resenha de imprensa estrangeira do MNE/SI, 1968 – 1971
- SR. 20 – Relatórios de imprensa estrangeira da SEIT/DGI, 1969
- SR. 21 – Boletins de imprensa do CITA, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Gabinete de imprensa nacional
 - SSR. 2 – Gabinete de imprensa estrangeira
- SR. 22 – Atividade subversiva, 1972 – 1974
- SR. 23 – Serviços de escuta rádio, 1961 – 1973
 - SSR. 1 - Transcrição de noticiários estrangeiros pela Emissora Nacional de Radiodifusão
 - SSR. 2 - Boletins do serviço de escuta da Legião Portuguesa
- SR. 24 – Comissão Orientadora de Contrapropaganda Radiofónica (COR), 1966 – 1970
- SR. 25 – Propaganda e ação psicológica, 1962 – 1974
- SR. 26 – “Soldado! Coisas importantes que deves saber” (col.), s.d.
- SR. 27 – Boletim opinião (col.), 1971 – 1973
- SR. 28 – Boletim de informação do eme (col.), 1964 – 1973
- SR. 29 – Política ultramarina, 1961 – 1974
- SR. 30 – Comunicados do inimigo, 1963 – 1970
- SR. 31 – Cabo Verde, 1964 – 1974
- SR. 32 – Guiné, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Relatórios da Guiné
 - SSR. 2 – Comunicados e boletins informativos da Guiné
- SR. 33 – São Tomé e Príncipe, 1972 – 1974
- SR. 34 – Angola, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Relatórios de Angola
 - SSR. 2 – Comunicados e boletins informativos de Angola
- SR. 35 – Moçambique, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Relatórios de Moçambique
 - SSR. 2 – Comunicados e boletins informativos de Moçambique
- SR. 36 – Timor, 1961 – 1974
- SR. 37 – Macau, 1962 – 1974
- SR. 38 – Índia, 1961 – 1964
 - SSR. 1 – Pedidos de informação sobre a situação do pessoal das forças armadas da Índia
- SR. 39 – Espanha, 1963 – 1974



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- SR. 40 – Mediterrâneo, 1964 – 1974
- SR. 41 – Europa: bloco ocidental, 1964 – 1974
- SR. 42 – Europa: bloco oriental, 1964 – 1974
- SR. 43 – África, 1962 – 1974
 - SSR. 1 – África do sul
 - SSR. 2 – Rodésia, Zâmbia e Ruanda-Urundi
 - SSR. 3 – Congo Leo e Braza
 - SSR. 4 – Quênia, Tanganica, Niassalândia, Suazilândia e Zanzibar
- SR. 44 – Le Courrier d’Afrique, 1962 – 1963
- SR. 45 – Jeune Afrique, 1966 – 1967
- SR. 46 – Ásia, 1963 – 1973
- SR. 47 – Oceânia, 1964 – 1973
- SR. 48 – América do Norte, 1963 – 1974
- SR. 49 – América Central e do Sul, 1964 – 1974
 - SSR. 1 – Brasil
- SR. 50 – Visitas de jornalistas e entidades nacionais e estrangeiras, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Jornalistas e entidades nacionais
 - SSR. 2 – Jornalistas e entidades estrangeiras
 - SSR. 3 – Processos de visitas
- SR. 51 – Sitreps, 1971 - 1973
- SR. 52 – Militares com situação não definida, 1961 – 1974
- SR. 53 – Mortos, feridos e desaparecidos, 1961 – 1974
- SR. 54 – Relações de hospitalizados, 1961 – 1975
- SR. 55 – Informação sobre mortos e feridos, 196x – 1971
- SR. 56 – Retidos pelo inimigo, 1961 – 1974
- SR. 57 – Desertores, 1961 – 1974
- SR. 58 – Subvenções e pensões, 1961 – 1974
 - SSR. 1 – Concessão ou negação de pensões pelo Ministério das Finanças
- SR. 59 – NATO /OTAN, 1961 – 1975
- SR. 60 – Movimentos com tropas, 1961 – 1974
- SR. 61 – Correspondência expedida, 1961 – 1973
- SR. 62 – Informações e verbetes, 1962 – 1975
- SR. 63 – Telegramas, 1962 – 1975

[Condições de Acesso]

Desclassificado por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 14 de dezembro de 2010.

[Idioma]

Contém documentos em português, inglês, francês, espanhol e chinês.

[Unidades de Descrição Relacionadas]

Ver o fundo do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (PT/ADN/GABMIN), do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (PT/ADN/SGDN) e do Gabinete do Chefe do EMGFA (PT/ADN/CEMGFA).

Link: <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/details?id=7>



ACESSO

REGULAMENTO DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

I - Condições de acesso

1º

1. Todos os cidadãos nacionais e estrangeiros, devidamente identificados, têm acesso à sala de leitura do Arquivo da Defesa Nacional.
2. Caso o utilizador seja menor deverá fazer-se acompanhar de maior que ficará responsável pela conduta e pelo comportamento do utilizador menor, para todos os efeitos previstos neste e nos seus anexos

2º

A consulta do acervo documental do Arquivo da Defesa Nacional tem por fim único o apoio à investigação.

3º

O acesso à sala de leitura e as requisições de leitura são efetuadas no horário de abertura ao público, em anexo 1, estando disponível um número limitado de lugares na sala de leitura.

II - Procedimentos a observar na consulta

4º

A requisição de leitura obedece aos seguintes critérios:

- a) Preenchimento obrigatório de impresso próprio, em anexo 2, com indicação legível dos dados de identificação do utilizador, natureza e objeto da pesquisa a efetuar e identificação das espécies documentais;
- b) Caso o utilizador seja menor, a responsabilidade pelo preenchimento do impresso em anexo 2 será do maior que o acompanha;
- c) Apenas serão aceites requisições de três processos distintos – correspondentes a três cotas – em simultâneo.

5º

Ao utilizador apenas é permitido levar e utilizar na sala de leitura folhas soltas de papel em branco, lápis e computador pessoal, os quais ficarão à vista em cima da mesa, disponibilizando o Arquivo da Defesa Nacional um local apropriado para o utilizador deixar os seus pertences pessoais.

6º

O utilizador do Arquivo da Defesa Nacional deve observar os seguintes cuidados no manuseio do acervo documental:

- a) A consulta da documentação é feita exclusivamente na sala de leitura;
- b) Caso seja detetada alguma anomalia na documentação a consultar, deve dar conhecimento do fato aos colaboradores do Arquivo da Defesa Nacional;



- c) Ter as mãos limpas e secas;
- d) Manter os documentos assentes na mesa e/ou nos apoios próprios disponibilizados, nunca apoiando os cotovelos nos documentos;
- e) Manusear os documentos com as duas mãos, observando especial cuidado no folhear dos mesmos;
- f) Utilizar tiras de papel, ou marcadores apropriados, para marcar o ponto onde acabou de ler, nunca utilizando lápis, post-it, clips ou elásticos;
- g) Não arrancar, dobrar ou rasgar folhas de documentos;
- h) Não escrever ou desenhar nos documentos ou sobre os mesmos;
- i) Não permutar nem emprestar a outro(s) leitor(es) a documentação por si requisitada, pois é responsável pelas espécies que consulta até à sua devolução;
- j) Não Alterar a ordem dos documentos nas respetivas unidades de instalação, nem deixar os documentos fora das mesmas após a consulta.

7º

Enquanto se encontrar na sala de leitura o utilizador deve observar os seguintes procedimentos:

- a) Não fumar, comer ou beber;
- b) Não falar alto ou utilizar o telemóvel;
- c) Não trazer pastas, livros, revistas, fotocópias, fotografias, CD's ou outros elementos passíveis de ser confundidos com documentos a consultar.

8º

Caso seja solicitado, o Arquivo da Defesa Nacional pode prestar serviços de referência de informação e orientação de pesquisa.

9º

Qualquer violação aos procedimentos aqui previstos implicará a proibição de entrada nas instalações do Arquivo da Defesa Nacional e/ou procedimento civil penal nos termos da legislação vigente.

III – Reprodução

10º

O arquivo da Defesa Nacional faculta ao utilizador um serviço de reprodução de documentos, sujeito às seguintes regras e restrições:

- a) A reprodução de documentos é uma facilidade concedida pelo Arquivo da Defesa Nacional, não um direito do utilizador;
- b) As reproduções são solicitadas através do preenchimento de impresso próprio, em anexo 3;
- c) As reproduções efetuadas são pagas de acordo com a tabela de emolumentos em Anexo4, salvo se destinadas a fins de serviço e apresentados os pedidos por trabalhadores do Ministério da Defesa Nacional;
- d) São efetuadas reproduções em suporte papel, nos formatos A4 e A3, e digital, em CD ou DVD, sendo, neste último caso, utilizados exclusivamente suportes fornecidos pelo Arquivo da Defesa Nacional;



GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO DA DEFESA NACIONAL

- e) A reprodução de alguns documentos poderá estar condicionada, atentas as restrições legais e o estado de conservação, sendo essa decisão da exclusiva responsabilidade do Arquivo da Defesa Nacional;
- f) Não são autorizadas reproduções integrais ou superiores a 50% de qualquer conjunto documental, salvo autorização do Arquivo da Defesa Nacional, a solicitar antecipadamente, caso em que a reprodução integral é objeto de prévia orçamentação;
- g) A reprodução destina-se exclusivamente a fins de investigação, culturais, não lucrativos e sem objetivos comerciais;
- h) A reprodução com fins editoriais só é permitida desde que o utilizador assine o termo de responsabilidade, em Anexo5, e mencione de forma expressa e legível a proveniência do documento apondo “ADN – Arquivo da Defesa Nacional”;
- i) A reutilização em nova publicação de imagens anteriormente reproduzidas e publicadas está sujeita a novo pedido para esse efeito e liquidação da taxa devida;
- j) A título excecional e apenas caso disponha dos meios para o efeito, pode o Arquivo da Defesa Nacional autorizar reproduções feitas por meios técnicos especializados, pertencentes a entidades exteriores ao Ministério da Defesa Nacional.

IV – Disposições Finais

11º

O utilizador que tenha incluído em trabalho académico ou publicação com fins comerciais qualquer imagem ou cópia de documentos do acervo do Arquivo da Defesa Nacional obriga-se a entregar um exemplar da respetiva obra ao Ministério da Defesa Nacional.

12º

A decisão sobre casos omissos é reservada ao Arquivo da Defesa Nacional.

13º

O presente regulamento é revisto sempre que tal se mostre conveniente para o bom funcionamento do Arquivo da Defesa Nacional.



LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS FUNDOS ARQUIVÍSTICOS HISTÓRICOS DO MDN

Decreto-Lei nº 37 909, de 1 de Agosto de 1950

Instituiu o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, “como órgão de estudo e de trabalho do Ministro da Defesa Nacional”, cuja organização e atribuições foram fixadas pelo Decreto nº 37 955, de 9 de Setembro de 1950.

Decreto nº 37 955, de 9 de Setembro de 1950

Fixa a organização e atribuições do SGDN.

Decreto nº 37 925, de 1 de Agosto de 1950

Regulamento sobre Substâncias Explosivas e criação da Comissão de Explosivos.

Decreto 41 212, de 3 de Agosto de 1957

Criação da Comissão de Coordenação das Telecomunicações, que funcionará junto do SGDN.

Decreto-Lei nº 42 072, de 31 de Dezembro de 1958

Criação dos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA) na dependência do Ministro da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 42 095, de 14 de Janeiro de 1959

Altera o Decreto-Lei nº 37 925, de 1 de Agosto de 1950. A Comissão de Explosivos funciona como órgão consultivo do SGDN e Ministros do Exército e Marinha.

Decreto-Lei nº 42 201, de 2 de Abril de 1959

Regula a Base XXVI da Lei nº 2 084 sobre a Organização Geral da Nação para o tempo da Guerra e estabelece como princípios para proteção de invenções portuguesas que interessam à defesa nacional e das informações ou os inventos de origem estrangeira que lhe sejam fornecidos ou confiados em regime de segredo.

Decreto-Lei nº 42 510, de 18 de Setembro de 1959

Cria no SGDN o cargo de inspetor das bandas e fanfarras das forças militares e das forças militarizadas e regula a forma do seu provimento.

Decreto-Lei nº 42 805, de 1959

Aprova o Regulamento das Disposições de Segurança relativas à indústria e Comércio de Armamento, Munições e Explosivos.

Decreto-Lei nº 42 806, de 1959

Define as atribuições da Autoridade Nacional de Segurança OTAN.

Decreto-Lei nº 42 851, de 17 de Fevereiro de 1960

Institui o Lar Académico dos Filhos de Oficiais e Sargentos.

Decreto-Lei nº 17 639, de 19 de Março de 1960

Cria a Comissão Coordenadora da Investigação para a Defesa (CCID), órgão superior militar de planeamento, orientação, coordenação e inspeção das atividades da investigação científica e tecnológica para fins de defesa, sob diretiva do Ministro da Defesa Nacional. Os serviços de secretaria, expediente e arquivo desta Comissão são assegurados pela 3ª Repartição do SGDN.



Decreto-Lei nº 43 077, de 18 de Julho de 1960

Atualiza a organização e atribuições do SGDN.

Decreto-Lei nº 43 127, de 23 de Agosto de 1960

Altera a redação do artº 4º do Regulamento sobre Substâncias Explosivas.

Decreto nº 43 487, de 27 de Janeiro de 1961

Cria a Comissão Conjunta dos Chefes de Estados-Maiores.

Decreto-Lei nº 43 545, de 17 de Março de 1961

Cria o Serviço de Transusão de Sangue das Forças Armadas.

Decreto-Lei nº 43 816, de 24 de Julho de 1961

Institui o Sistema Unificado de catalogação (SUC).

Decreto nº 45 472, de 28 de Dezembro de 1963

Altera para Agência Nacional de Linhas a Grande Distância – NALLA, a designação da Comissão Nacional de telecomunicações e define a composição e atribuições da mesma.

Decreto-Lei nº 46 316, de 29 de Abril de 1965

Promulga a nova orgânica do Asilo dos Inválidos Militares, que passa a designar-se Lar dos Veteranos Militares.

Decreto-Lei nº 46 669, de 25 de Novembro de 1965

Cria na dependência do Ministro da Defesa Nacional, por intermédio do CEMGFA, a Comissão de Educação Física e Desportos das Forças Armadas.

Decreto-Lei nº 48 146, 23 de Dezembro de 1967

Cria, na Presidência do Conselho, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IAEDN).

Decreto-Lei 47 774, de 4 de Julho de 1967

Regula as funções de presidente e chefe da contabilidade do Conselho Administrativo do SGDN.

Decreto-Lei nº 48 146, de 23 de Dezembro de 1967

Cria o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, na dependência do Ministro da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 48 368, de 4 de Maio de 1968

Autoriza o Governo a abrir créditos consignados à defesa nacional para o reequipamento extraordinário do Exército e da Aeronáutica. Para execução dos planos elaborados pelo Ministério do Exército e pela Secretaria de Estado da Aeronáutica, são constituídas três comissões: COMPAFA - Comissão do Plano de Aquisições da Força Aérea; COMPAE - Comissão do Plano de Aquisições do Exército e CREEFA - Comissão para o Reequipamento Extraordinário do Exército e da Força Aérea

Decreto-Lei 48 462, de 2 de Julho de 1968

Atribui ao Departamento da Defesa Nacional competência para autorizar e fiscalizar o ensino e prática de artes marciais.

Decreto-Lei nº 48 515, de 5 de Agosto de 1968



Extingue a missão militar junto da Embaixada de Portugal em Washington e mantém os cargos de adidos militar, naval e aeronáutico, junto da mesma embaixada e cria a Missão Militar NATO junto da Delegação Portuguesa da NATO (DELNATO).

Decreto-Lei nº 49 059, de 17 de Junho de 1969

Insere disposições destinadas a possibilitar a execução do Acordo firmado entre os Governos do Canadá, França, República Federal Alemã, Itália, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos da América e de Portugal, para a instalação de um Polígono de Acústica Submarina na ilha de Santa Maria, Açores (PASA).

Decreto-Lei nº 49 106, de 7 de Julho de 1969

Dá nova redação ao corpo do artigo 1º, à alínea d) do artigo 2º e aos artigos 9º e 22º do Decreto-Lei nº 43 077, que atualizou a organização e atribuições do SGDN.

Decreto-Lei nº 49 107, de 7 de Julho de 1969

Reorganiza a estrutura das Forças armadas nas províncias ultramarinas onde as circunstâncias obriguem a realização de operações militares, com vista a garantir a soberania nacional sobre o território e a manter a ordem e tranquilidade pública.

Decreto-Lei nº 49 461, de 27 de Dezembro de 1969

Dá nova organização aos arts 5º e 12º do Decreto-Lei nº 48 146 que cria o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IAEDN).

Decreto-Lei nº 113/70, de 18 de Março

Autoriza o governo a contrair encargos até ao montante de 1.500.000 contos para continuação do reequipamento extraordinário do Exército e da aeronáutica (CREEFA).

Decreto-lei nº 153/70, de 11 de Abril

Adita dois números ao artº 6º do Decreto-Lei 49 107 que reorganiza a estrutura das forças Armadas nas Províncias Ultramarinas.

Decreto-Lei nº 306/70, de 2 de Julho

Dá nova redação às alíneas c) e d) do nº 3 do artigo 3º e ao artigo 5º do Decreto-Lei nº 48 368, de 4 de Maio de 1968, que autoriza o governo a abrir créditos consignados à defesa nacional para reequipamento extraordinário do Exército e da Força Aérea (CREEFA).

Decreto-Lei nº 521/71, de 24 de Novembro de 1971

Estabelece o regime de polícia da produção, comércio, detenção, armazenamento e emprego de armamento, munições e substâncias explosivas e determina a passagem da Comissão de Explosivos para o Departamento da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 566/71, de 20 de Dezembro

Promulga o Regulamento da medalha militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas.

Decreto-Lei nº 105/72, de 30 de Março

Regula a prática de artes marciais e cria a Comissão Directiva no Departamento da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 162/72, de 15 de Maio

Cria a Comissão Executiva do Polígono de Acústica Submarina dos Açores (PASA).

Decreto-Lei nº 192/77, de 13 de Maio

Define competências do vice-chefe do EMGFA.



Decreto-Lei nº 85/79, de 18 de Abril

Regulamenta o serviço de auditoria jurídica do CEMGFA.

Decreto-Lei nº 20/82, de 28 de Janeiro

Fixa as competências e atribuições do CEMGFA e estrutura interna do EMGFA.

Lei nº 29/82, de 11 de Dezembro

Aprova a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Lei 111/91, de 29 de Agosto

Lei orgânica de bases da organização das Forças Armadas.

Decreto-Lei nº 47/93, de 26 de Fevereiro

Lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional.

Decreto-Lei nº 48/93, de 26 de Fevereiro

Lei orgânica do EMGFA.

[FIM]